



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
1
2

21ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.

Brasília/DF.
16 de Fevereiro de 2016.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

43 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
44 **(Ibama)** – Bom dia senhores, desculpem pelo atraso mais uma vez, já expliquei
45 uma vez antes, esse horário é mortal, porque ele me obriga a passar no Ibama
46 antes, eu acabo me atrasando. Bom dia a todos, vamos dar início à reunião da
47 Câmara Técnica, eu queria cumprimentar os novos membros e os membros já
48 veteranos da Câmara, dar boas-vindas a todos, agradecer a presença, eu acho
49 que era interessante nós fazermos uma rodada de apresentação, já que somos
50 novos e a Câmara está retomando agora em 2016 seus trabalhos. Dra. Ana, eu
51 estava propondo que fizéssemos uma rodada de apresentação, já que temos
52 vários novos membros da Câmara. Vou começar por mim então, meu nome é
53 Márcio Freitas, eu sou coordenador geral de avaliação e controle de substâncias
54 químicas do Ibama e diretor substituto de qualidade ambiental, e também
55 representante do Ibama no Conama, conselheiro do Ibama no Conama, e até o
56 dia de hoje presidente dessa Câmara Técnica. Então, boas-vindas a todos, eu
57 espero que tenhamos um bom dia de trabalho, continuamos com as
58 apresentações.

59

60

61 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Sou diretora do Conama
62 aqui no Ministério do Meio Ambiente.

63

64

65 **A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**
66 – Sou assessora de gabinete da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São
67 Paulo.

68

69

70 **O SR. DIOGO SOARES DE MELO FRANCO (Governo de Minas Gerais)** – Sou
71 da Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas, estou aqui representando a
72 ABEMA, estou na presidência, estou aqui representando a ABEMA.

73

74

75 **O SR. WISLEM RICARDO ALVES CAVALCANTE (Anamma Centro-Oeste)** –
76 Bom dia. Representando a Anamma Centro-Oeste.

77

78

79 **A SR^a. EVA MÁRCIA CARNEIRO DE SOUZA (Anamma Centro-Oeste)** – Bom
80 dia. Eu sou presidente da Anamma Goiás e secretária de Meio Ambiente de
81 Senador Canedo – GO.

82

83

84 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Bom dia a todos. Sou
85 engenheiro agrônomo, estou aqui pela Sodemap, representando a sociedade civil.

86

87

88**O SR. LUCIANO MARQUEZINE (IAP)** – Bom dia. Eu sou diretor jurídico do
89Instituto Ambiental do Paraná, representando o IAP aqui nessa reunião.

90

91

92**A SR^a. FERNANDA BARBOSA (Ministério dos Transportes)** – Bom dia.

93Represento o Ministério dos Transportes.

94

95

96**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Bom dia. Representando a sociedade
97civil, a ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

98

99

100**O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Bom dia. Estou representando a CNC.

101

102

103**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia. Eu sou especialista
104em políticas em indústrias da gerência-executiva de meio ambiente e
105sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria, estou aqui há nove anos.

106

107

108**O SR. SÉRGIO MACEDO (Idema)** – Sou do órgão ambiental do Rio Grande do
109Norte, Idema.

110

111

112**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

113**(Ibama)** – Eu pediria também aos que não são membros da Câmara, e estão
114participando da reunião.

115

116

117**O SR. HUGO RODRIGUES (Agência Municipal de Meio Ambiente/GO)** – Bom
118dia a todos, meu nome é Hugo Rodrigues, sou engenheiro ambiental, trabalho na
119Agência Municipal de Meio Ambiente de Senador Canedo – GO.

120

121

122**A SR^a. LAUREN COUTO (Patri Políticas Públicas)** – Bom dia. Eu sou Lauren
123Couto da Pátri Políticas Públicas.

124

125

126**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Bom dia a todos, meu nome é Gilberto
127Werneck, estou como coordenador-geral de gestão da qualidade ambiental do
128Ibama.

129

130

131**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Bom dia a todos, sou
132João Henrique. Trabalho no D-Conama, eu estou assessorando a reunião aqui.

133

134

135 **SR^a. LÚCIA GARCIA (MMA)** – Bom dia, eu sou Lúcia Garcia, trabalho na
136 Gerência de Qualidade do Ar do Ministério do Meio Ambiente.

137

138

139 **O SR. FÁBIO REIS (MS)** – Bom dia a todos, meu nome é Fábio Reis, trabalho no
140 Ministério da Saúde, com vigilância de populações expostas a poluição
141 atmosférica.

142

143

144 **O SR. LÚCIO COSTA (MMA)** – Bom dia. Lúcio Costa, Gerência de Resíduos
145 Sólidos do Ministério do Meio Ambiente.

146

147

148 **O SR. EDUARDO ROCHA (MMA)** – Bom dia. Eduardo Rocha, eu estou como
149 gerente de resíduos sólidos do Ministério do Meio Ambiente.

150

151

152 **O SR. CÁSSIO (MMA)** – Bom Dia, meu nome é Cássio, analista ambiental da
153 Gerência de Resíduos Sólidos do MMA.

154

155

156 **O SR. CARLOS (INPAS)** – Bom dia, meu nome é Carlos, também sou engenheiro
157 agrônomo, e sou da Diretoria da INPAS, que é uma Associação de Fabricantes de
158 Insumos para Agricultura Sustentável, e também estou representando a Diretoria
159 de Meio Ambiente Regional da CIESP, São Paulo.

160

161

162 **O SR. TIAGO MELO (Abraciclo)** – Bom dia, meu nome é Tiago Melo, eu
163 represento a Abraciclo – Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas,
164 Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares.

165

166

167 **O SR. PAULO FUJIKAWA (Abraciclo)** – Bom dia, eu sou Paulo Fujikawa,
168 engenheiro mecânico, e dou suporte técnico na parte da Abraciclo.

169

170

171 **O SR. ANTÔNIO LEOPOLDO NOGUEIRA NETO (MS)** – Antônio Leopoldo,
172 Ministério da Saúde, bom dia.

173

174

175 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
176 **(Ibama)** – Senhores, uma vez apresentados, então vamos dar início a reunião,
177 lembrando algumas questões do Regimento, do funcionamento da Câmara.
178 Normalmente na Câmara Técnica, tem direito a voz e voto somente os titulares
179 das representações da Câmara Técnica, e, naturalmente, que na ausência do

180titular o suplente, mas, aí, é um voto por cada representação. Também a questão
181de uso da palavra está em princípio exclusivo dos membros da Câmara,
182naturalmente, nós conduzimos em função dos assuntos que estão sendo tratados
183com alguma flexibilidade a isso, dando normalmente, pelo menos tem sido assim
184que nós temos feito, dando a palavra para todos os membros da Câmara, sendo
185titulares ou suplentes, e compõem essa mesa naturalmente os titulares e
186suplementes, e, naturalmente, permitindo o uso da palavra, dependendo do tema
187e da situação, para os demais participantes da reunião, sem nenhum problema
188quando estivermos discutindo as questões, embora lembrando sempre que em
189princípio, até por uma questão de condução da reunião, nós somos muitos
190membros, e os assuntos, muitas vezes, tem suas particularidades e polêmicas.
191Então, nós tentamos conduzir isso de uma maneira a que todos possam ser
192ouvidos, mas também preservando o papel de representação institucional que nós
193temos aqui. Bom, o nosso ponto de pauta, nós estamos na 21ª Reunião, a
194primeira de 2016, e o nosso primeiro ponto de pauta é a eleição do presidente e
195vice-presidente da Câmara Técnica, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno.
196Pelo Regimento Interno atual, todos os membros titulares, naturalmente é
197condição para ser presidente da Câmara, é ser membro titular da Câmara, podem
198apresentar candidatura e nós teríamos então nesse momento um espaço para
199apresentação de candidaturas, e para compormos, então, a presidência e a vice-
200presidência da Câmara Técnica de Qualidade, nos termos em que prevê o artigo.
201Então, a palavra está aberta aos membros conselheiros que queiram lançar suas
202candidaturas ou fazer indicação de representação na presidência e vice-
203presidência. A palavra está aberta. Para se oferecer como candidato, para se
204colocar na situação, ou indicar candidaturas.

205

206

207**A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Márcio, a sua coordenação tem sido
208ótima nos desmandes aqui da Câmara, que toda vez que eu leio as atas, eu vejo
209como que a sua influência tem sido extremamente positiva nos debates. Então, eu
210queria saber se você gostaria de indicar a continuidade do seu trabalho aqui?

211

212

213**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
214**(Ibama)** – Muito obrigado pelo elogios. Quem está aqui na Câmara há muito
215tempo sabe que não é bem assim. Na verdade, a Câmara, eu louvo sempre, eu
216acho que essa Câmara tem uma representação muito boa, muito competente, e
217nós temos tido de fato um bom trabalho aqui. Se me perguntarem pessoalmente a
218minha resposta seria outra, mas do ponto de vista institucional, há uma indicação
219do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama para que eu me
220candidate ao posto novamente de presidente. Então, essa provocação, Célio, eu
221respondo dessa forma, então em princípio há essa intenção do Ministério do Meio
222Ambiente e do Ibama em concorrer à presidência da Câmara, coloco dessa forma,
223e naturalmente, eu acho que estamos abertos a novas candidaturas, e também
224para candidatura de vice, que eu acho que temos que fazer a indicação. É por
225adesão... E o trabalho é bom.

226

227

228**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Então, já sugerindo que
229nós temos um candidato à presidência, que seria o Márcio, pelo menos alguma
230manifestação com relação à vice-presidência também para nós podermos
231continuar com esse processo de votação.

232

233

234**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
235**(Ibama)** – Eu acho que é sempre interessante nós compormos a Câmara com
236umas representação distintas. Nós estamos já aqui como chapa branca, vamos
237dizer assim, do Governo Federal, nós temos representações dos governos
238estaduais, temos da ANAMMA, temos da ABEMA, temos das organizações
239sociais, CNI, CNC, acho que todos, ABES como representante também das
240organizações, eu acho que é sempre interessante nós temos sempre esse
241balanço sociedade e governo e representação da área privada, então, nós temos
242aqui esses três muito bem delimitados, embora nós saibamos que Governo tem
243Governo Estadual, Governo Federal e Municipal, que tem características distintas,
244e também tem suas particularidades nessa condução.

245

246

247**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Márcio, eu acho que você assumindo a
248presidência, eu teria muito prazer, com o ABES, eu tenho um mandato de um ano,
249já deixando claro que eu tenho um mandato tampão de um ano aqui pela ABES,
250durante esse um ano, eu posso colaborar aqui.

251

252

253**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
254**(Ibama)** – Muito bem, temos já uma chapa para concorrer. Alguém mais se
255candidata na presidência, na vice-presidência? Não? Então vamos à eleição,
256estou sem a lista aqui das representações para poder chamar os titulares, sem
257risco. Então, vamos lá. Antônio do Ministério da saúde.

258

259

260**O SR. ANTÔNIO LEOPOLDO NOGUEIRA NETO (MS)** – A favor da chapa.

261

262

263**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**
264– A favor.

265

266

267**O SR. DIOGO SOARES DE MELO FRANCO (Governo de Minas Gerais)** – A
268favor.

269

270

271A SR^a. EVA MÁRCIA CARNEIRO DE SOUZA (Anamma Centro-Oeste) –
272Concordo.

273

274

275O SR. WISLEM RICARDO ALVES CAVALCANTE (Anamma Centro-Oeste) – A
276favor também da chapa.

277

278

279O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Sim, favorável à chapa.

280

281

282O SR. BERNARDO SOUTO (CNC) – Também favorável.

283

284

285O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap) – favorável.

286

287

288A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES) – Sim.

289

290

291O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR

292(Ibama) – Eu e a Célia, por unanimidade, então, estamos aqui na condução. Bom,
293gente, concluída essa etapa da pauta, nós vamos para a aprovação das
294transcrições da 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida dias oito e nove de outubro,
295nós estamos há bastante tempo sem nos reunir, naturalmente nem todos se
296lembram da reunião. Eu só lembro para os membros novos de que essas
297transcrições estão disponíveis no site, e, normalmente, nós temos acesso após a
298reunião e antes da próxima reunião, onde nós avaliamos e fazemos alguma
299sugestão eventual de correção, de alteração, as reuniões são todas reproduzidas
300no seu conteúdo. Por isso nós não temos uma ata propriamente, nós temos uma
301transcrição literal do que ocorreu na reunião. Alguém tem alguma manifestação a
302fazer?

303

304

305A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES) – Na última reunião, eu me abstenho de
306aprovar a transcrição da ata, na última reunião não constou a minha abstenção na
307votação da transcrição da ata. Então, na linha 53, eu gostaria que a ata foi
308aprovada com a abstenção da ABES.

309

310

311O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR

312(Ibama) – Linha 53, João, só para localizar aí, na anterior.

313

314

315 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Na transcrição não constou essa minha
316 abstenção. Na linha 53 o Márcio fala que foi aprovada a ata, e no dia, eu lembro
317 que eu me abstive de votar, então não consta.

318

319

320 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Célia, só para eu
321 compreender, você está fazendo uma ressalva na ata da reunião da 20^a
322 CTQARG, não da 19^a? É da 20^a?

323

324

325 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – É da 20^a.

326

327

328 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Certo. Obrigado.

329

330

331 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
332 **(Ibama)** – Ok. Registrado? Mais alguma situação em relação a isso? Nós vamos,
333 então, à nossa ordem do dia, e, por princípio, nós sempre discutimos um pouco a
334 ordem da pauta, então se alguém tiver alguma sugestão, ou solicitação de
335 inversão de assuntos, ou de novo ordenamento da pauta que nós temos,
336 lembrando aqui, vou passar rapidamente, que nós temos como pontos de pauta a
337 proposta de uma nova Resolução dobre compostagem, a proposta de alteração da
338 Resolução 359 de 2005, que define teores de fósforo nas formulações de
339 detergente para uso no mercado nacional, é então uma revisão de uma resolução
340 já existente no Conama, o item 4.3 é comissão de acompanhamento do Proconve,
341 na verdade é... Aqui, do jeito como está colocado está um pouco, está o nome do
342 processo, mas na verdade, por favor.

343

344

345 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Esse ponto de pauta, o
346 4.3, é isso? Só para corrigir aqui. O 4.3, ele realmente talvez tenha que ser
347 trabalhado de forma melhor na próxima reunião, na próxima vez que ele for
348 pautado, porque aqui está o nome do processo em si, que o processo iniciou-se
349 com essa revisão, mas posteriormente, dentro do mesmo processo estão sendo
350 inseridos os relatórios da CAP, então nesse caso o que está sendo pautado aqui é
351 apenas a apresentação do relatório à Câmara Técnica, e não o início de uma
352 discussão de revisão, certo? Peço desculpas se houve algum entendimento
353 equivocado, eu acredito que sim, nós recebemos esse tipo de manifestação, eu
354 até estava conversando com o pessoal do Ibama, o pessoal do Ibama isso, que
355 gera certa preocupação, então vamos verificar a possibilidade de alterar o nome
356 do processo, porque nós temos que deixar o nome do processo na pauta, então,
357 vamos alterar o nome do processo na pauta para poder corrigir mais esse mal
358 entendido.

359

360

361 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
362 **(Ibama)** – Só para deixar claro, na Resolução 196, aliás, 18 de 86, está previsto a
363 apresentação à Câmara Técnica de um relator do andamento do Proconve, então
364 que está pautado é a apresentação desse relatório, que é o nosso ponto de
365 pauta, que fica mantido, João, em princípio. Esse ponto está dependendo de uma
366 apresentação, não sei como o Ministério está... Se já está aqui a pessoa que vai
367 fazer a apresentação do relatório. Então, nós também temos essa possibilidade de
368 fazer essa inversão de pauta e colocar esse ponto antes. Então, é uma
369 apresentação do relatório de andamento do Proconve. O item 4.4 é a proposta de
370 revisão da Resolução 432, na verdade esse ponto também está colocado aqui de
371 uma forma um pouco não muito clara, mas vamos lá, essa Resolução está em
372 vigor, não é uma proposta de revisão da Resolução, essa proposta de revisão já
373 veio à Câmara Técnica, e na ocasião a Câmara entendeu que não caberia uma
374 revisão em si da Resolução, e sim uma discussão em cima da questão do prazo
375 de validade, é isso, não é? Não estou confundido nada? Do prazo de validade dos
376 dispositivos catalizadores nessa fase de veículos novos e motocicletas.
377 Principalmente na questão de motocicletas, é isso, não é, João? A minha memória
378 às vezes falha aqui, mas, então, na verdade nós tínhamos decidido na Câmara
379 Técnica, não me lembro em qual reunião, isso faz muito tempo, nós tínhamos
380 discutido criar um Grupo de Trabalho para discutir essa questão do prazo de
381 validade dos catalizadores, e esse Grupo de Trabalho nunca se efetivou, nós
382 fizemos algumas convocações em relação a essa criação do GT, e o GT não se
383 efetivou. Desculpem, eu estou confundindo o 4 com o 5 aqui. O 4.5 é que é isso.

384

385

386 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Inicialmente foi
387 apresentado pela PROAM, estava como entidade participante do Conama, esse
388 item 4.4, para estabelecer novas fases, uma revisão para estabelecer novas fases
389 do Promulti, se eu não me engano, só que isso demanda um tempo, então
390 estavam querendo fazer uma revisão, o entendimento na Câmara Técnica durante
391 a reunião em que isso foi pautado, o entendimento era que não havia tempo hábil
392 para a indústria se ajustar a uma nova revisão, aí, nesse sentido a Câmara
393 Técnica decidiu, e até por iniciativa do representante da PROAM na época, de
394 criar um Grupo de Trabalho para discutir isso de forma mais efetiva, e discutindo
395 especificamente a viabilidade de alteração do fator de deterioração de poluentes
396 de motos, então, aí, foi criado esse grupo trabalho, que é o 4.5 para analisar a
397 possibilidade, aí, o grupo de trabalho dando o entendimento que era possível,
398 dava o início de novo à discussão no item 4.4, então esse foi o entendimento da
399 Câmara Técnica na época. E, nisso, ao ser criado, nós criamos um novo
400 processo, a ser criado esse Grupo de Trabalho, solicitamos a indicação para os
401 conselheiros que encaminhassem membros para poder participar do Grupo de
402 Trabalho, e, nós, não obtivemos o número mínimo de indicações, e esse assunto
403 realmente ficou estagnado, por não haver indicação, e, talvez, interesse naquele
404 momento de encaminhar essa discussão. Então, esse é o breve histórico dos dois
405 processos que são ligados.

406

407

408 O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR
409 (Ibama) – Por isso que eu liguei os dois, na verdade eu acho que podemos
410 tratar isso em um ponto de pauta só, e tentar resolver essas duas questões,
411 porque uma está imbricada na outra, eu acho que primeiro nós temos que ver a
412 questão do Grupo de Trabalho, se vai efetivamente ocorrer, e, aí, nós passamos
413 para a outra questão. E o último ponto de pauta era uma proposta de revisão da
414 Resolução Conama 340, que tramitou aqui em princípio a pedido do Ministério do
415 Meio Ambiente, depois o Ibama, os membros mais antigos da Câmara devem
416 estar lembrados, o Ministério, em um determinado momento entendeu que não
417 caberia fazer a revisão, e o Ibama insistiu na necessidade de se fazer uma
418 alteração de menor monta, na questão da Resolução, para especificar melhor que
419 tipo de cilindro pode ser reciclado, etc. Mas, ao longo das discussões dentro da
420 própria Câmara Técnica e do Ibama, se chegou à conclusão de que também não
421 caberia fazer essa alteração agora, então o assunto ficou meio sob suspensão, e
422 a ideia, em princípio, seria mesmo arquivar esse processo, não havendo
423 manifestações outras em relação a isso. Esses são os nossos pontos de pauta, eu
424 acredito que não ficou nada de fora em relação às questões que nós tínhamos
425 mais emergentes aqui. E, eu sugeriria, então, que nós discutíssemos um pouco o
426 ordenamento da pauta para podermos vencê-la no dia de hoje, e já faço uma
427 sugestão aqui por ordem de complexidade, digamos assim, pegando as mais
428 simples no início, a minha sugestão seria que discutíssemos primeiro essa
429 questão dos cilindros da revisão da Conama 340, depois nós discutiríamos essas
430 questões do Proconve, por uma questão também de... Desculpem, primeiro o item
431 4.3, que é uma apresentação da pauta, depois o item 4.6, depois o 4.4 e o 4.5,
432 deixando o 4.1 e 4.2, se possível para a parte da tarde, se conseguirmos vencer
433 isso pela manhã, eu tenho a impressão que assim distribuiríamos um pouco
434 melhor a pauta em relação, até considerando a presença aqui do pessoal de
435 apoio. Se todos estão de acordo, ou se tem alguma outra sugestão, isso foi uma
436 proposta agora em cima da pauta para nós tentarmos otimizar o nosso tempo aqui
437 também, pegar do mais simples para o mais complexo, para nós até podermos
438 trabalhar melhor. Alguma observação, todos de acordo? Então, vamos ao item 1,
439 o item 1 da pauta, que seria o 4.3 da nossa pauta, que é a apresentação do
440 relatório de acompanhamento do Proconve. Passaria a palavra ao Ministério do
441 Meio Ambiente.

442

443

444 A SR^a. LÚCIA GARCIA (MMA) – Vou apresentar-me de novo, sou Lúcia Garcia,
445 trabalho na Gerência de Qualidade do Ar no Ministério do Meio Ambiente, então
446 só a efeito de esclarecimento, esse relatório foi feito com base no ano de 2014,
447 então, nós tivemos até o primeiro semestre de 2015 para encaminhar o relatório à
448 Câmara Técnica e a Câmara Técnica encaminhar ao plenário do Conama. O
449 relatório do ano de 2015 está em elaboração, e nós vamos apresentar no primeiro
450 semestre de 2016. Então, o relatório, ele faz o acompanhamento e a avaliação do
451 andamento do Proconve, então coloquei a Resolução Conama 414, e o art. 2º:
452 compete a CAP, que é a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do

453Proconve, elaborar o relatório, o art. 3º diz que o relatório será apresentado ao
454Conama anualmente, e no § único fala que o relatório será apreciado pela Câmara
455Técnica, e encaminhado ao plenário do Conama no primeiro semestre. A título de
456informação, a CAP é composta por dez representantes, sendo o Ministério do
457Meio Ambiente o Coordenador, além do Ministério do Meio Ambiente,
458representantes do Ministério da Saúde, Minas e Energia, Ibama, ANP, Abema,
459Anamma, CNI, Cetesb e a ONG. Também a título de informação, eu coloquei a
460questão da tramitação, que o relatório foi encaminhado no dia 25 de junho ao D-
461Conama, e essas são as informações do memorando, e o número do processo. O
462objetivo geral do relatório é apresentar as ações de acompanhamento, avaliação
463do Proconve e do PROMOT, e como objetivos específicos nós temos o
464acompanhamento do cumprimento dos prazos e obrigações. Acompanhamento
465dos prazos e obrigações estabelecidos nas resoluções Conama e demais normas
466jurídicas, apresentar também os indicadores de desempenho escolhidos para
467avaliação da eficácia do programa, e, além disso, propor recomendações para o
468aperfeiçoamento. Em 2014, realizamos duas reuniões ordinárias, no dia 07 de
469maio e no 15 de outubro. O acompanhamento do Proconve, na verdade em 2014
470não teve nada além do esperado, em relação às fases, em relação a veículos
471leves, estávamos na fase L6, em 2014 foi dada a continuidade à fase L6 do
472Proconve, que tinha entrado em vigor em 2013, em relação a veículos pesados,
473fase P7, que entrou em vigor em 2012, e em relação as motocicletas, fase M4,
474que é estabelecida pela Conama 432 de 2011, que depois foi alterada pela 456 de
4752013. E, em relação, então aquele foi acompanhamento, em relação à avaliação
476do Proconve, a Comissão optou por escolher o indicador de qualidade dos
477combustíveis, então, esses dados foram fornecidos pela ANP, e são relacionados
478ao teor médio de enxofre na gasolina A, teor médio de enxofre do óleo diesel s500
479e do óleo diesel s10/s50. Então, pelo indicador de qualidade de combustíveis, nós
480podemos ver pelos gráficos, que está bem abaixo do que foi estipulado das
481normas ou das especificações estipuladas pela ANP. Bom, o relatório na íntegra
482está disponibilizado na página do MMA, se tiverem mais alguma dúvida a respeito,
483maior detalhamento, eu não sei. É só isso, é uma apresentação bem breve.

484

485

486**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
487**(Ibama)** – Está aberto para manifestações em relação a apresentação. Nenhuma
488manifestação. Eu entendo que não cabe nenhuma questão de aprovação pela
489Câmara, é uma questão de apreciação pura e simplesmente. Então, se houver
490alguma observação de alteração, alguma questão, coloca-se alguma dúvida?
491Senão, vamos considerar que foi apreciado.

492

493

494**A SRª. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**
495– Só queria levantar uma questão com relação ao tempo, nós estamos avaliando
496agora um relatório de 2014, não teria como fazermos isso antes, tentar acelerar
497esse processo?

498

499

500O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR
501**(Ibama)** – Na verdade, eu não saberia dizer exatamente qual foi o problema, mas
502isso é uma situação atípica, não é o normal aqui, o que estávamos conversando, é
503que a ideia, é porque tem um cronograma de reuniões que precisam casar, as
504reuniões de Câmara Técnica com as da Plenária, provavelmente foi um
505descompasso nessa pauta na Câmara Técnica, talvez até em função da nossa, no
506final do ano passado, início do ano passado, final do ano passado, nós tivemos
507uma pauta bastante acelerada por conta de uma série de resoluções que tinham
508que ir para a plenária, talvez por isso não tenha sido submetido à Câmara
509Técnica, nós acabamos perdendo um ano, não sei se foi isso, João, mas, enfim,
510foi isso. A ideia agora é que o relatório de 2015, como a Lúcia comentou, a ideia é
511que o relatório de 2015, seja apreciado por nós na próxima reunião da Câmara
512Técnica, para que na plenária já vá o relatório de 2015, esse aí nem iria para a
513plenária, uma vez que ele até, ele pode até estar contido na apresentação de
5142015, mas, realmente, não tem sentido nós fazermos uma apresentação com uma
515defasagem de tempo tão grande, mas, isso é só uma questão de cumprir o
516Regimento, não tinha sido submetido à Câmara, mas é uma situação atípica, isso
517não é normal, e não deve se repetir, espero que não se repita. Então, a ideia é
518essa.

519

520

521O SR. LUCIANO MARQUEZINE (IAP) – Presidente, só para poder entender, eu
522não sou da área, sou advogado, então o que eu estou lendo aí é que a ANP está
523me dizendo que os teores médios de enxofre, tanto da gasolina como do óleo
524diesel reduziram a níveis aceitáveis, é isso? É isso que o quadro está me
525mostrando?

526

527

528A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA) – Na verdade não é nem a
529níveis aceitáveis, é a níveis abaixo do esperado, então a gasolina A, por exemplo,
530que deveria ter um teor médio de enxofre de, acredito que 500, ela está bem
531abaixo do que a ANP esperava.

532

533

534O SR. LUCIANO MARQUEZINE (IAP) – Mas não veio nenhuma Nota Técnica
535explicando o que aconteceu, qual é o milagre?

536

537

538A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA) – Não, não tem Nota Técnica
539sobre isso, eles encaminham os dados, eles têm um programa de qualidade de
540combustíveis dentro da ANP que faz esse acompanhamento. Então, na verdade,
541por exemplo, essa gasolina A, na verdade, é a gasolina fornecida para os postos,
542a gasolina que utilizamos nos carros é a gasolina C, que entra o etanol anidro,
543então essa é a gasolina que sai da refinaria.

544

545

546A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Desculpem pelo meu atraso, 547 como eu veio da 505, hoje o transporte me deixou empenhada lá, e eu fiquei 548 esperando. Deixa-me só prestar um esclarecimento, o Proconve é um programa já 549 bem antigo que o Ministério tem uma parceria com a Cetesb, e é um programa 550 exitoso dentro dos programas de controle da poluição e controle veicular, ele 551 pressupõe duas coisas: é feita uma avaliação do veículo ou motor, que o parecer 552 é feito conjuntamente entre Ibama e Cetesb, é feita uma avaliação desse veículo 553 ou do motor, qualquer uma das duas coisas é possível, quanto às emissões e 554 quanto ao ruído também. É indicado a ANP para você garantir que as emissões 555 atendam as diversas fases, veículos leves, pesados e motocicletas, você precisa 556 que o combustível seja especificado para poder atender, é uma junção, é o motor 557 funcionando bem e atendendo as fases, e o combustível que vai ser colocado 558 nele, especificado de modo a atender, o que é sinalizado, me corrijam se eu 559 estiver errada, o que é sinalizado normalmente à ANP é o que ela tem que 560 atender, nesse caso conseguiu atender menos, por avanços tecnológicos, ou uma 561 possibilidade, atendeu abaixo daquele nível que ela deveria ter atendido, o que é 562 positivo para todos. Mas, ela ainda atendeu abaixo disso. Eu queria fazer um 563 comentário em relação à pergunta do Governo do Estado de São Paulo, que eu 564 achei muito pertinente, lembro-me que quando discutimos essa Resolução que 565 obriga a ser apreciado na Câmara Técnica, o Ministério do Meio Ambiente se 566 manifestou, porque nós temos outras resoluções em que relatórios de 567 cumprimento de programas e resoluções são apresentados diretamente na 568 plenária, óleos lubrificantes usados, pneus, nós temos a apresentação direta na 569 plenária. Nesse caso, não lembro-me, também não importa, não lembro-me 570 exatamente quem sugeriu, que passasse a apreciação da Câmara Técnica, ano 571 passado a Câmara Técnica ficou com uma pauta muito limitada, pequena, e por 572 causa de falta de recursos também para montar uma reunião desse tipo de todos 573 os setores, não foi possível chamar, talvez fosse o fato até de se rever, se tem 574 necessidade de vim para a Câmara Técnica para ser apreciado ou pode ir direto 575 para a plenária, porque vai para a plenária depois para ser apreciado de qualquer 576 forma, é só uma sugestão que fica, o Ministério não vai propor isso formalmente, 577 pelo menos não pensa no momento, mas ficou uma coisa inócua, vem para a 578 Câmara Técnica, e acabou ficando preso por causa disso, porque a Câmara 579 Técnica estava sem pauta, não tinha sentido chamar todos aqui para apresentar 580 só o relatório e mandar todos embora, era um gasto completamente 581 desnecessário. Mas, na época nós falamos: tem outras resoluções que preveem 582 apresentação de relatório, e a primeira que tem a apreciação da Câmara Técnica, 583 ela não aprova, ela só é apresentado primeiramente aqui.

584

585

586O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap) – Com relação à 587 apresentação, eu estava até verificando aqui no próprio site do Ibama, o programa 588 apresenta uma série de resultados outros que vão além da redução, lógico que a 589 redução da taxa de enxofre é um avanço tecnológico importantíssimo, e que 590 reflete nas outras tantas medidas e resultados do programa, mas enquanto

591apresentação, eu senti muita falta desses outros parâmetros aqui a serem
592trazidos, aqueles parâmetros que sustentam os resultados apresentados como
593resultados oficiais do programa. Eu acho que tão somente abordar o indicador de
594qualidade do combustível aquém do que nós podemos entender e acompanhar a
595evolução desses resultados que se dizem apresentados como grandes conquistas
596e resultados significativos, porque tem outros sete ou oito itens apontados lá como
597resultados, e, senti falta na apresentação disso.

598

599

600**A SRª. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Muito pertinente, nós
601tínhamos dois indicadores, o primeiro é de emissão de poluentes, e o segundo de
602qualidade de combustíveis, a Comissão optou por utilizar esses dois indicadores,
603e o indicador de emissão de poluentes era o que mais dava uma indicação mais
604óbvia do resultado do programa. O que acontece? Esse indicador de resultado de
605emissão era baseado no inventário, e o inventário não foi atualizado, então não
606tinha sentido nós usarmos o mesmo indicador, porque esse relatório é anual.
607Então, não tinha sentido nós repetirmos o indicador, nós optamos por usar só o
608indicador de qualidade de combustíveis, assim que o inventário for atualizado, nós
609vamos voltar para o indicador de emissão de poluentes, mas o de emissões, no
610ano de 2013, se não me engano, ele foi utilizado, e está disponibilizado no site
611também, se quiser dar uma conferida.

612

613

614**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Só para complementar,
615Márcio, se me permite, porque uma das questões essenciais até para nós, para
616toda a sociedade é entender o Proconve, aonde que ele tem mais ferramentas,
617subsídios de mensuração, onde que os estados no País apresentam essas
618condições de aferição de melhoria, de nível tecnológico e investimentos
619principalmente na questão da monitoria, que é um dos gargalos, uma das
620questões que não conseguimos avançar a contento, por isso que ainda discutimos
621dentro da própria renovação da 03, da melhoria da Resolução de poluição
622atmosférica, e detectamos esses gargalos principalmente, e ter isso em termos do
623cenário nacional, onde que os investimentos estão aquém do necessário é
624importante como informação para ter num relatório desse acompanhamento, no
625grupo de acompanhamento, isso é imprescindível, porque tão somente informar
626que os dados estão aceitáveis ou então que houve melhoria nos combustíveis,
627mas onde que a situação se apresenta de forma mais agravada, ou menos
628gravada, em termos de resultados efetivos.

629

630

631**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
632**(Ibama)** – Agora só para entendermos, para poder chegar ao resultado, porque
633uma coisa é a verificação, como a Zilda explicou como funciona o Proconve, uma
634coisa é a verificação veículo a veículo, para podermos ter esse resultado que é
635desejável naturalmente, de ter como essas fontes móveis estão hoje distribuídas
636no País, e como elas estão em termos de emissão, nós precisamos justamente do

637inventário frota, e esse inventário da frota é que é um trabalho custoso para fazer,
638você tem que buscar esses dados junto a outros ministérios, e a outros
639organismos, para poder ter o perfil da frota, e a partir do perfil da frota com as
640emissões de cada veículo, fazer a totalização desses dados, o Ministério tem
641trabalhado no sentido de fazer isso a cada quatro anos, embora não exista um
642prazo legal formal para isso, o último foi feito em 2013, com dados de 2012, eu
643acho que foi isso que a Lúcia comentou, que nós devemos ter agora,
644provavelmente esse ano, uma nova atualização do perfil da frota, do inventário, e
645a partir do inventário poder gerar esse dado mais global. Não tem dúvida, o nosso
646grande problema na área ambiental de uma maneira geral, é justamente essa
647questão de apropriação das informações, nós temos uma informação, eu brinco
648sempre com esse negócio, quando falamos de qualidade ambiental, você tem de
649um lado a pressão sobre o meio ambiente, que é esse controle que se faz sobre
650as fontes poluidoras, e de outro lado, você tem a qualidade ambiental, então se
651tem lá medindo nas redes de monitoramento de qualidade do ar, medindo a
652qualidade do ar, se você quiser relacionar a fonte com o estado da qualidade
653ambiental, esse trabalho é um trabalho bastante difícil, porque você precisa ter
654elementos outros que não só o dado de monitoramento, não só o controle que
655você faz, é o caso típico aqui, nós controlamos veículo a veículo, quanto isso está
656impactando na qualidade do ar, na rede de monitoramento do estado de São
657Paulo? Depende do perfil da frota em São Paulo. Então, esse trabalho é um
658trabalho que não temos ainda sistematizado. Temos que trabalhar no sentido de
659avançar para isso, para que esse dado possa ter uma periodicidade menor de
660tempo. Sem falar nisso, sem falar que os parâmetros e padrões, etc. estão sempre
661em constante discussão. Então, essa é a razão, só salientando ando que de fato
662essa é uma meta a ser perseguida pelos órgãos ambientais, que possamos ter,
663num período de tempo menor, e de uma maneira mais ajustada no tempo essa
664informação, aí precisa de investimento de T.I., de uma série de coisas para
665podermos ter esse dado com uma periodicidade de tempo menor e mais rápido,
666mas sai lá do DETRAN o perfil da frota, sai do Ministério dos Transportes para
667chegar na área ambiental. Então, Tem a ANP, tem o MMA, tem Ministério dos
668Transportes, não é uma situação rápida e ágil. Alguém mais quer fazer alguma
669observação? Não. Bom, eu acho que fica registrado isso, eu acho que duas coisas
670nós tiramos daqui, uma é a necessidade de evitarmos essa situação que houve
671agora no *gap* de tempo de execução do relatório e apresentação à Câmara
672Técnica para apreciação, e o outro de que possamos ter os dados de poluição
673com uma periodicidade menor e com uma precisão maior.

674

675

676**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama/MMA)** – Só fazendo uma
677observação, o Ministério encaminhou para o Conama, para o D-Conama no prazo
678previsto mesmo, não foi o Ministério que encaminhou isso tardar, de forma
679alguma, ele encaminhou no prazo, em função da, como foi explicitado, da falta de
680reunião da pauta, por isso que não foi apresentado, está sendo apresentado
681agora, mas o Ministério apresentou o relatório no prazo correto que deveria ter
682sido encaminhado para nós aqui.

683

684

685 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Mas, eu só quero registrar,
686 com todo respeito à pessoa que apresentou, mas, eu acho que apresentar um
687 dado tão compartimentado, tão fracionado, sem a visão do todo, eu não entendo
688 como uma avaliação do Proconve. Para uma avaliação do Proconve teria que ter
689 um cenário, um diagnóstico, uma informação muito mais consistente do que tão
690 somente uma apresentação do que o teor do enxofre de combustíveis. Então, eu
691 quero deixar registrado de que em termos de informação para a Câmara Técnica,
692 eu entendo como insuficiente, com todo o respeito à pessoa que fez a
693 apresentação, mas eu entendo muito insuficiente, eu não tenho a visão daqui do
694 que o Proconve, além da questão do *gap* do tempo, mas também em termos de
695 conteúdo da apresentação, eu julgo insuficiente. O Proconve, ele se anuncia muito
696 mais do que isso, então gostaria de deixar isso registrado.

697

698

699 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
700 **(Ibama)** – Ok, feito o registro e feita a provocação para que o relatório que vá para
701 o Conama, o nosso próximo relatório e o relatório que vá para a plenária tenha
702 mais subsídios para podermos avaliar o programa. Ok? Vamos, então, ao próximo
703 ponto de pauta, que é a proposta de revisão da Resolução 340 de 2003, que
704 dispõe sobre utilização dos cilindros para envasamento de gás que destrói a
705 camada de ozônio, eu pediria para o Gilberto do Ibama fazer a apresentação,
706 principalmente para os novos membros, Gilberto, se puder contar um pouco o
707 histórico com mais detalhes do que eu diz na apresentação, e colocar qual é a
708 razão disso voltar à Câmara Técnica agora, que a intenção é justamente
709 definirmos, pelo menos a proposta do Ministério do Ibama, é pelo arquivamento da
710 proposta de revisão.

711

712

713 **O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Bom dia a todos novamente, vou me
714 apresentar, Gilberto Wenerck, estou como coordenador-geral de gestão da
715 qualidade ambiental do Ibama. Márcio, um relato do que fizemos de discussão, ele
716 é muito próprio do que aconteceu na Câmara Técnica, a nossa intenção inicial era
717 de prever na Resolução 340, uma motivação de você ter a proibição de
718 lançamentos de outros gases, senão CFCs e halons na atmosfera, e era uma
719 preocupação daquele momento para aplicação da execução do Protocolo de
720 Montreal, após a vinda para o grupo aqui, para a Câmara Técnica, outras revisões
721 ficaram necessárias, até porque a 340, para quem tem o conhecimento, é uma
722 Resolução que traz muitas informações técnicas, e ficou parecendo que só uma
723 inserção de um gás a mais na Resolução 340 não seria somente o necessário
724 para revisar-se a Resolução. Então, ficou-se nesse, não vou dizer impasse, mas
725 ficou-se nessa pendência de você ter uma apresentação de um texto de revisão
726 um pouco mais conciso, um breve histórico, então esse foi um breve histórico, e
727 só para lembra-los, o CFCs e halons, eles estão contidos na 340, na 340 você tem
728 a proibição de liberação dessas substâncias na atmosfera, você tem a obrigação

729de recolher o gás e armazená-los em recipientes adequados para evitar
730obviamente o seu vazamento, e a conformidade técnica dos cilindros, cargas e
731transferências de gás. A intenção de revisar é incluir outras substâncias
732destruidoras da camada de ozônio, e em especial os HCFCs, e as substâncias
733alternativas, que são os HFCs, e que tiveram consumo aumentando, pois eles são
734uma saio substância que substituíram o uso do CFC. Durante as discussões que o
735Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, com autoridades competentes pela
736implementação do Protocolo de Montreal tiveram, inclusive junto aos setores
737administrados, verificou-se que o mercado mudou muito do tempo quando nós
738apresentamos a proposta de revisão para a inclusão dos gases HCFCs, e além
739das proibições, que seria só uma breve alteração no artigo da 340, é necessário
740ter algumas ações a mais prevendo o incentivo de recolhimento dos resíduos de
741gases que ficam nos cilindros, e esses cilindros devem ser encaminhados para as
742instalações regeneradoras de gases. Existem as resoluções ABNT, que
743direcionam muito melhor as questões técnicas referentes a cilindros, como a
744ABNT 4706 de 2010, e a 15960 de 2011, ou seja, toda aquela parte técnica, que é
745aquele texto exaustivo da 340, ele poderia ser suplantado pelo atendimento a
746essas normas técnicas, e posteriormente também ao início da discussão, não ao
747que aconteceu na última discussão nessa Câmara Técnica, a IN do Ibama 14 de
7482012, ela prevê a proibição de lançamentos dos gases de HCFC, e a obrigação de
749recolhimento e reciclagem, sempre que possível, então isso é feito ao setor
750administrado, que é um setor muito particular, que é o setor de refrigeração e de
751manutenção de equipamentos de refrigeração. Então, na discussão que saiu daqui
752para a concepção de um grupo técnico, de um Grupo de Trabalho, desculpem,
753ficou evidente que somente uma revisão da 340 não seria suficiente. Então, nós
754temos uma previsão de fazer, elaborar uma nova regulamentação, e levando em
755conta as particularidades do mercado, como visto hoje, não mais naquele cenário
756de 2013, que é bastante diferente do atual. Para os senhores que não que tem
757conhecimento do Protocolo de Montreal, os HCFCs, que hoje são a maioria dos
758gases em uso para refrigeração, eles vão ter uma meta reduzida em 2021, então,
759por exemplo, os R22 e o R141B, eles vão ter uma redução em 36% do seu total
760de gás importando ou produzido, lembrando que o Protocolo de Montreal trabalha
761com esse universo produziu e importou, porque eles já consideram como emitidos.
762Então, a reciclagem, a regeneração, eles são importantes, apenas para manter
763equipamentos em funcionamento, eles não entram em cota ou em meta do
764Protocolo de Montreal. Então, essa redução de 36% em 2021 vai acarretar uma
765demanda de mercado para fazer a manutenção dos equipamentos que porventura
766ainda estiverem em uso e que usem esses HCFCs como gases de refrigeração.
767Então, esse trabalho de você ter uma visão para incentivar o recolhimento e a
768destinação para as indústrias de regeneração de gases, ele deve ser o foco daqui
769para frente, e em momento oportuno, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente
770apresentarão uma proposta de nova resolução para esse tema. Como em vias de
771que esse processo regimentalmente, até por instrução do processo do próprio D-
772Conama, ele está para arquivamento, o Ibama não se opõe ao arquivamento
773nesse momento, ele pode ir para arquivamento, e em momento oportuno, uma

774nova Resolução, um novo momento oportuno para discussão técnica dos gases
775destruidores da camada de ozônio. Acho que esse era o relato. Obrigado.

776

777

778**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

779**(Ibama)** – Alguém quer fazer alguma manifestação com relação a isso? Só
780lembrando que a iniciativa de revisão foi do Ministério e do Ibama, e o Ministério e
781o Ibama estão optando pelo arquivamento para um momento mais oportuno.
782Alguém quer fazer alguma manifestação? Alguém é contrário ao arquivamento
783dessa matéria?

784

785

786**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Só queria um esclarecimento, nesse
787período enquanto vocês vão fazer a revisão, tem alguma deliberação? Só a ABNT
788vai resolver essa questão dos cilindros, é isso que você está dizendo? A ABNT já
789tem uma exigência tal, que os fabricantes do gás estão atendendo, eu fiquei um
790pouco na dúvida quando você falou isso.

791

792

793**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – A 340, obviamente ela continua em
794vigor, ela não vai ser revogada, em absoluto. A nossa preocupação, que também
795era o lançamento de outras substâncias na atmosfera, ela foi contemplada pela
796Instrução Normativa do Ibama, pelo lançamento de substâncias destruidoras da
797camada de ozônio, não é o Governo brasileiro que determina quais são essas
798substâncias, é um protocolo internacional, do qual o Brasil é signatário, então,
799você incorporar isso ao ordenamento jurídico, principalmente por essa parte
800técnica administrada é muito mais simples, não necessariamente tem que ser por
801vias de Resolução Conama, porque a Resolução Conama é nacional, e nós
802estamos fazendo a apropriação de um tema técnico internacional, da qual o Brasil
803propôs e faz parte da comunidade internacional. Então, aquele ponto que era
804crucial, ele está abrangido nessa Instrução Normativa do Ibama, só que sabemos
805que outros pontos devem ser debatidos. Então, para uma situação nacional, uma
806Resolução com outros elementos, não somente aqueles apresentados durante as
807discussões técnicas nessa Câmara Técnica é revisão da 340, eles devem ser
808oportunamente ser apresentados.

809

810

811**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Obrigada.

812

813

814**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Eu só fiquei com uma
815dúvida do encaminhamento. Eu estou entendendo que a opção é não para uma
816mera revisão, mas que vai ser trabalhada uma nova regulamentação, e não que
817vai se aguardar um novo momento? É isso? O encaminhamento é por uma nova
818Resolução que vai ser trabalhada para que se possa acomodar melhor, é isso? Ou
819que vai aguardar outro momento mais favorável? Não entendi isso.

820

821

822**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – O que eu comentei é que foi uma nova
823resolução que vai ser apresentada em momento oportuno com outros elementos,
824essa revisão da forma como havíamos apresentado, ela não se faz mais
825necessária no termos do processo apresentado pelo Conama, e regimentalmente
826pelo Conama, esse assunto está para arquivamento, então caberia a essa
827Câmara Técnica decidir pelo seu não arquivamento, mas como os propositores,
828MMA e Ibama, eles não se opõem ao arquivamento, até porque operário cenário
829técnico e o cenário, até de mercado, mudou, nós abrimos mão e arquivamos.

830

831

832**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
833**(Ibama)** – Vou ver se eu deixo mais claro, a ideia é tanto o MMA como o Ibama
834tinham a intenção de rever a Resolução 340, por quê? Porque queriam colocar ali
835alguns elementos que já se fazem necessários em relação ao controle dessas
836substâncias, chegaram à conclusão de que mexer na 340 era inócuo, iria criar
837mais confusão no mercado, que já está regulado pela 340, do que mexer nesse
838momento, não há nada a descoberto, digamos assim, do regramento que está
839sendo feito para controle dessas substâncias, então não há urgência nessa
840mexida agora, como o Gilberto colocou, se eu entendi bem, me corrija aqui
841Gilberto, com toda a liberdade, eu estou tentando traduzir aqui você disse, há uma
842intenção, há uma previsão de que logo ali na esquina, nós vamos ter que fazer um
843aperfeiçoamento legal, uma atualização da Resolução e do controle. Mas, não
844dessa Resolução especificamente, e não através da revisão da 340, mas nada
845urgente e dramático, pelo que eu entendi. É isso?

846

847

848**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Obrigado.

849

850

851**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
852**(Ibama)** – Linguagem mais clara um pouco da proposição. Então, a ideia é
853arquivamento da revisão 340, a 340 continua em vigor, mas a ideia de revisá-la
854fica arquivada. Ok? Ninguém é contrário a isso? Então, a Câmara delibera pelo
855arquivamento da proposta de revisão da 340. Vamos, então, ao próximo ponto de
856pauta, que é a questão do Proconve, aqui então, como a proposta, vou puxar um
857pouco pela memória aqui, tentar relembrar. Então, o João já explicou um pouco,
858eu vou retomar a discussão. Houve uma preocupação manifestada pelo PROAM
859em relação ao, não sei se vocês querem apresentar, de repente acho que você
860apresenta melhor, mas, a preocupação é em relação a Conama 432, as fases de
861controle que estavam colocadas ali, durante essa discussão, se chegou à
862conclusão de que a questão fundamental era o prazo de vida útil dos catalizadores
863colocados na Resolução, no corpo da Resolução. Então, em vez de se propor
864direto uma revisão da Resolução, se resolveu o seguinte, vamos discutir a questão
865dos prazos, para ver se os prazos são adequados, eu me lembro que a

866argumentação na época era que outros países teriam prazos mais breves em
867relação a isso, havia uma argumentação de que esses prazos eram prazos viáveis
868do ponto de vista econômico para a indústria brasileiras, e que prazos menores
869não teriam essa efetividade no controle, e por outro lado um custo alto para a
870indústria. Então, a discussão era mais ou menos essa, e, aí, se resolveu então
871fazer, a Câmara optou por em vez de fazer a revisão da Resolução, como consta
872no item 4.4, criar um GT para primeiro avaliar essa questão da validade e
873viabilidade de prazos mais curtos de substituição dos equipamentos de controle,
874para só, então, depois do Grupo de Trabalho se concluir se precisa ou não revisar
875a resolução, por isso eu provoço que eu acho que o ponto de pauta mesmo é o
8764.5 primeiro. Aí o que aconteceu? Só estou historiando, depois já passo a palavra,
877Wanderley. O que aconteceu? Quando nós decidimos por criar o Grupo de
878Trabalho, chegou a se indicar a coordenação, se não me engano eu acho que eu
879mesmo fiquei na coordenação, mas alguém, só lembrando, pelo Regimento do
880Conama, o coordenador do grupo de trabalho tem que ser um conselheiro do
881Conama. Então, isso dificulta bastante a distribuição de tarefas aqui. Na ocasião
882foi indicado, inclusive a presidência, não se foi eu, mas eu me lembro que foi
883indicado a presidência do GT, e nós fizemos dois chamamentos para a inscrição
884de interessados na criação do GT, e não apareceu ninguém. Então, é nesse ponto
885que isso volta a essa Câmara, para deliberarmos se nós insistimos na ideia de
886criação do GT, ou enfim, que outros rumos nós tomamos aqui.

887

888

889 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Foi exatamente isso que
890aconteceu, eu estava presente durante a reunião, a nossa preocupação era que o
891Brasil já tinha adotado no PROMULTI padrões mais exigentes até do que padrões
892europeus, fases mais avançadas, que entraram em vigor esse ano, em 2016, e
893que não haviam elementos novos para que se pudesse solicitar uma revisão,
894portanto, a saída que foi dada naquela ocasião foi a criação desse grupo de
895trabalho, para haver uma discussão mesmo sobre o estado da arte das coisas e
896saber se conseguimos avançar ou não. Então, foi isso que foi colocado, e, eu acho
897que agora nós podemos deliberar sobre essa questão.

898

899

900 **SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Só também
901complementando, o ponto apresentado na proposta do PROAM, ele tratava da
902preocupação com a quilometragem, que os parâmetros comparativos com outros
903países não carregam o que na verdade ocorre de fato do uso dos ciclomotores
904aqui no Brasil, que é um uso muito mais intenso do que na maioria dos outros
905países, que foram comparados, e que estabelecer a vida útil com base na
906quilometragem, é uma quilometragem suprida muito rapidamente, e que tão logo,
907se não me engano eram oito mil quilômetros para motos pequenas e trinta mil
908quilômetros para maiores, ou 15 mil, uma coisa assim, mas que logo depois de
909atingir isso, estariam desobrigados do uso do equipamento e da sua manutenção.
910Então, só para resgatar também esse posicionamento que está na proposta do
911PROAM de 2013.

912

913

914 **A SRª. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

915– Só para expor algumas razões, que nós do estado de São Paulo, representando
916 aqui a ABEMA, porque consideramos importante rever essa Resolução, talvez
917 manter mesmo esse grupo de trabalho, como já as razões trazidas pela PROAM
918 aqui, de que a média de rotatividade das motocicletas no Brasil é muito superior
919 aos os outros países, e alguns dados levantados, por exemplo, de que a média de
920 rotatividade das motocicletas por ano no Brasil seria em torno de doze mil
921 quilômetros, então se nós pensarmos nas motocicletas menores, que são a
922 grande maioria, que estariam limitadas apenas a 18 mil quilômetros, elas só
923 teriam, então, essa garantia do fator de degradação por mais ou menos um ano e
924 meio, e se nós pensarmos na durabilidade do catalizador, que é onde está
925 localizado essa, desculpe, na durabilidade do escapamento, que é onde está
926 localizado o catalisador, ela é maior do que a do catalizador pelos critérios da
927 Resolução. Então, talvez o que seja interessante seria equivalermos a
928 durabilidade, tanto do catalizador quanto do escapamento, porque senão fica uma
929 situação, até se pensarmos pela geração de resíduos de troca dos equipamentos,
930 um catalisador que está funcionando mal dentro de um escapamento que continua
931 funcionando, que continua sendo usado, ou seja, emitindo mais poluentes, ou o
932 contrário, trocar um escapamento que ainda poderia ser usado, por causa de um
933 catalisador que já não está funcionando direito. Então, por isso consideramos
934 relevante fazer essa revisão da Resolução, e consideramos também oportuno
935 manter esse grupo de trabalho.

936

937

938 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

939 **(Ibama)** – Alguém mais quer se manifestar?

940

941

942 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Os representantes dos
943 fabricantes estão aqui, se você achar oportuno, eu acho que é importante eles se
944 manifestarem, eu vou pedir ao Dr. Paulo Fujikawa para que possa se manifestar.

945

946

947 **O SR. PAULO FUJIKAWA (Abraciclo)** – Novamente, eu sou Paulo Fujikawa, eu
948 sou engenheiro. Quanto a essa questão, eu sei que a maior preocupação é com a
949 frota de motocicletas lá em São Paulo, e lá em São Paulo, nós fizemos um
950 levantamento, na verdade tem até dados de número de motocicletas, a
951 porcentagem de motocicletas que rodam nessa quilometragem, e por faixa de
952 quilometragem, até tenho aqui, e mesmo aqueles que rodam, em torno de mais de
953 4 mil quilômetros por mês, isso representa em torno de cinco, seis por cento, a
954 frota é pequena, e tem mais, quem trabalha com isso, lá em São Paulo existe uma
955 Portaria que a cada seis meses, eles são obrigados a fazer a vistoria, aí é feita
956 inspeção de gases, coisas assim, e se tiver em desacordo, ele não trabalha mais,
957 na verdade isso é fiscalizado tudo. Então, o que teria efetivamente mais efeito

958para isso, seria uma inspeção veicular, mesmo para aquele pessoal que usa
959pouco, mas para os frotistas, os motoboys, isso daqui já tem uma Portaria, acho
960que é a 133 municipal, feita a vistoria toda. Lembro-me que o que a PROAM
961estava pedindo era 80 mil quilômetros, então para se contribuir com o meio
962ambiente, para ter a maior efetividade seria realmente a inspeção veicular em
963primeiro lugar, e antes de aumentar a quilometragem tem outra coisa que é
964adotado para carro, que é o OBD, que é um sistema que ele acusa irregularidade,
965quando o gás não está convertendo, o catalizador não está convertendo, ele
966acusa a luz no painel, e acusa mal funcionamento nos veículos, nos carros de hoje
967todos tem. E também nós sabemos que muitos clientes têm o hábito de comprar
968motocicleta e trocar escapamento, então não adianta nós onerarmos a indústria,
969coisa assim, então isso aí nós estamos trabalhando junto com o INMETRO para
970criar aquela certificação obrigatória, e nós estamos exigindo, as montadoras
971investem uma grana, muito dinheiro para atender níveis e emissão, e o pessoal
972troca por escapamento paralelo, perde tudo, nós estamos pedindo para que
973mesmo esses fabricantes de escapamento não original atendam os níveis de
974emissão, nós estamos preocupados também com isso, e já estamos fazendo esse
975trabalho.

976

977

978**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

979– O que considero preocupante com relação a colocar toda a responsabilidade na
980inspeção veicular é que você está colocando a responsabilidade no usuário de
981manter a qualidade do produto, e o problema é que esse nível que está agora
982nessa Resolução é muito baixo, é uma durabilidade muito baixa, se mensuramos
983pela média de uso das motocicletas, os parâmetros internacionais, por mais que...
984Bem isso já foi discutido aqui, que a quilometragem é menor, mas é porque eles
985usam menos, mas há também um parâmetro de que o catalizador deveria durar
986em média cinco anos, e se pensarmos nesses cinco anos, a nossa expectativa
987com essa Resolução está muito abaixo do que seria esperado, eu não estou
988defendendo que precisaríamos chegar nessa quilometragem proposta pela
989PROAM, que talvez seja excessiva, 80 mil quilômetros, ela excede até essa média
990de cinco anos, mas precisaríamos rever sim esses valores.

991

992

993**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

994**(Ibama)** – Só queria pontuar que o que está em discussão é se retomamos a ideia
995do grupo ou não, essa é a discussão que nós estamos fazendo aqui, a rigor tem
996que ocorrer no grupo, mas só para nós... Ela também ajuda a esclarecer, então
997deixar correr um pouco.

998

999

1000**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Então, a bem do debate, e
1001também acho que para oferecer mais subsídios que possam caminhar rumo à
1002manutenção da necessidade de ter um GT, eu também entendo que, embora, o
1003que alega o representante do fabricante, que em primeiro lugar, conforme a sua

1004expressão, se trataria disso na fiscalização. Nós sabemos que no cenário
1005brasileiro a fiscalização é o item, não só para isso, mas como para a maioria das
1006coisas, totalmente ineficiente, e a anos-luz de atingirmos um patamar aceitável
1007naquilo que se chama de fiscalização, as médias cidades, não estou nem falando
1008das pequenas cidades, mas as médias cidades brasileiras não tem fiscalização
1009nenhuma, e não atingiríamos isso, e a maioria delas há saturação de qualidade do
1010ar, enfim, com graves problemas, e também, não sei, mas uma peça do
1011equipamento adquirido pelo comprador, pelo cliente, uma peça que tem uma
1012durabilidade tão pequena, não sei, só estou colocando aqui a bem do debate, não
1013sou advogado, aí no caso teria até que ser analisado pela Lei do consumidor,
1014porque você oferece um equipamento numa motocicleta, para citar um exemplo,
1015que ele tem uma durabilidade tão pífia, ele está dentro de outro equipamento que
1016tem uma durabilidade muito maior, e também há alegação de que a troca irregular
1017ou sem acompanhamento dos escapamentos pelo próprio cliente coloca uma
1018condição de que não adianta a indústria investir nisso, eu acho, o senhor me
1019desculpe, mas também fora do propósito de se oferecer um equipamento dentro
1020de padrões aceitáveis e que contribua efetivamente para minimizar o grave
1021problema que nós temos hoje de poluição atmosférica. Então, no meu
1022entendimento eu questiono as três afirmações, porque o que nós temos que
1023discutir aqui é trazido para o GT todos esses detalhes do nível tecnológico, do
1024investimento tecnológico necessário para se oferecer um equipamento
1025minimamente condizente com os termos de garantia desse próprio equipamento,
1026você compra uma moto e uma peça dela dura seis meses, oito meses, e depois
1027disso, e é tão essencial para todo esse sistema.

1028

1029

1030**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
1031**(Ibama)** – Alguém mais quer fazer alguma manifestação? Pode ser que eu mude
1032meu encaminhamento com a sua manifestação.

1033

1034

1035**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Novamente, Márcio, nós estamos nos
1036deparando com um assunto técnico vinculando ao Proconve, e que para a
1037surpresa dos senhores, já foi amplamente debatido nesse próprio Conselho, a
1038nova fase do PRONCOV, do PROMOT 4, ele trouxe muito mais restrições do que
1039a antiga fase, o PROMOT 3, dentre elas, esse uso do catalizador, obviamente
1040num debate técnico, numa argumentação técnica, todos os pontos são
1041observados, esse ponto do fator de deterioração, obviamente nós nos espelhamos
1042também nos modelos internacionais aplicados, não obstante as discussões do
1043fator de deterioração, se são 80 mil, 18 mil, 30 mil, nós notamos que para o perfil
1044de motos nacional, o fator de 18 mil quilômetros para moto de baixa cilindrada, e
1045de 30 mil para alta cilindrada, eles eram o adequado para o perfil nacional, nós
1046sabemos, nós temos distorções em regiões do País, onde o uso de motos é muito
1047mais frequente, inclusive é um meio de subsistência, são os moto frentistas, mas
1048esse fator em comparação a uma frota nacional, ele é somente 5%, e todo esse
1049sucesso de conseguirmos implementar uma política nacional de sucesso com o

1050PROMOT, o PROMOT 4 hoje, é a fase mais desenvolvida dos PROMOTs do
1051mundo, nenhum outro país utiliza regras tão restritivas quanto as nossas, e, hoje
1052em dia, nós somos modelo, em vez de ser apenas um programa que copia as
1053melhores práticas, hoje, nós fazemos uma melhor prática. Obviamente, não
1054querendo, de nenhuma forma, tolher a discussão técnica, mas toda a discussão
1055técnica da fase do PROMOT 4 foi devidamente, amplamente, teve ampla
1056participação e foi devidamente publicada e apreciada por esse Conselho, que
1057homologou a discussão. O fator de deterioração foi discutido, decidiu-se por esses
1058termos, e o que nós tememos também, Márcio, senhores conselheiros, perdão, é
1059que discussões de um grupo, ou de entendimentos que foram contrários, ou
1060suplantados na fase da discussão técnica de uma Resolução dessas que impõe
1061fases, impõe restrições a um setor, impõe medidas tecnológicas que levam tempo
1062para serem desenvolvidas, esse ano, na última face de implementação de uma
1063Resolução discutida em 2011. Então, toda essa prática, nós temos que
1064resguardar, esse Conselho tem que resguardar esse âmbito de discussão, e não
1065novamente reativar discussões que já foram vencidas, e que podem trazer sim
1066uma insegurança jurídica para o programa, não é o entendimento de que só um
1067setor é prejudicado, pois motos, hoje em dia, ela tem uma queda expressiva nas
1068vendas, vamos falar assim, mas ambientalmente, ela tem uma fase mais evoluída
1069de emissões no mundo. Então, obviamente discutir não vai trazer muitos ganhos,
1070até porque tecnologicamente, você teria no mínimo uma fase, como explicamos,
1071no próprio ofício encaminhado a esse Conama, onde você tem um parecer até
1072exaustivo colocando todos os pontos, inclusive até recuperando discussões que
1073foram feitas no âmbito do Grupo de Trabalho da época, de no mínimo quatro, é
1074uma janela de quatro anos, nenhuma mudança atual fará, impactará na qualidade
1075do ar imediatamente. 2016 é a última fase de programa PROMOT, obviamente
1076segue-se a discussão de novas fases, eu acho que na discussão de novas fases,
1077nós podemos sim trazer novos elementos para a discussão, agora, nós queremos
1078atropelar a implementação do programa do PROMOT, ele não é adequado, em
1079minha opinião. Então, essas são as opiniões. Obviamente temos que discutir
1080novas fases do programa do PROMOT, novas fases, voltar num ponto já superado
1081em 2011, por esse próprio Conama, é prejudicial sim. Obrigado.

1082

1083

1084**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

1085– Acho que a proposta seria na verdade fazer algo com um prazo mais extenso
1086para que a indústria possa se planejar e desenvolver a tecnologia possível, assim
1087como essa Resolução de 2011 estabeleceu esses critérios para que valessem a
1088partir de 2014, e assim como a última fase agora, os últimos prazos do PROMOT
1089são justamente para 2016, acredito que é um momento oportuno sim para que
1090façamos uma previsão para os próximos anos, até porque os trabalhos do Grupo
1091de Trabalho devem tomar algum tempo, e, nós podemos determinar um novo
1092critério para que valha daqui, talvez, três anos, para que a indústria não seja pega
1093de surpresa também, para que ela tenha tempo de desenvolver uma tecnologia
1094economicamente viável.

1095

1096

1097 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1098 **(Ibama)** – Lia, o que eu acho que é importante entendermos é o seguinte, o
1099 Proconve tem fases, tanto no PROMOT, como para veículo, para veículo leve,
1100 para veículo pesado, sempre o Proconve trabalha com fases, e justamente
1101 prevendo esse tempo todo, e o tempo necessário para a indústria se adequar e
1102 entrar em vigor da fase, e a fase subsequente, e assim progressivamente, é como
1103 o mundo inteiro tem trabalhado nessa questão de regulação das emissões de
1104 fontes móveis. Não é esse GT que vai fazer isso, seria a proposta de uma nova
1105 fase. Então é isso que o Gilberto está trazendo, o que o Gilberto está dizendo é:
1106 não adianta ficarmos discutindo aqui uma fase que já está quase que encerrando,
1107 a ideia seria: abre essa discussão, não sei se estou traduzindo bem, abre-se essa
1108 discussão na discussão da nova fase. Agora, Gilberto, tem calendário para essa
1109 nova fase? Tem previsão de entrada em vigor da nova fase? Não. Mas se tem um
1110 horizonte já previsto, “nós devemos trabalhar em uma nova fase para 2020”, não
1111 tem nada?

1112

1113

1114 **O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Seria relevante para acontecer no
1115 âmbito da discussão da nova fase.

1116

1117

1118 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1119 **(Ibama)** – Sem dúvida, o que eu estou perguntando é se já há uma sinalização em
1120 relação a uma nova fase? Não há. Muito bem. Então, é essa situação que está
1121 colocada, tem uma intenção trazida aqui, e, aí, eu quero também chamar a
1122 atenção para o fato de que nós deliberamos por isso em 2013, nós estamos em
1123 2016, fizemos dois chamamentos para o GT, e não houve adesão, eu não vejo
1124 problema de tentarmos novamente fazer essa discussão técnica e criar esse GT
1125 novamente, agora, nós não podemos também passar mais dois anos, e chegar
1126 aqui em 2018, e o grupo não se reuniu, e etc. Então, eu acho que temos que
1127 pensar também em algumas alternativas para a efetividade disso que decidimos
1128 aqui.

1129

1130

1131 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na verdade, Márcio, a nossa

1132 manifestação é no sentido mesmo de um olhar mais global, mais estratégico sobre
1133 todo o programa. Esse olhar pontual de apenas um equipamento não é algo que
1134 foi debatido anteriormente com exaustão, lembro-me bem quando estava aqui
1135 nessa Câmara, que nós debatemos, essa questão da quilometragem foi muito
1136 debatida, e o ponto foi vencido pela Câmara Técnica, o programa que nós
1137 estamos numa fase nova, que é *benchmark* mundial, que nós precisamos de um
1138 tempo ainda para amadurecer, para ter dados, para ter informações que possibilite
1139 pensar numa nova fase, com prazos e tudo mais. Então, a questão de nós
1140 estarmos apoiando, achamos que o GT nesse momento na ocasião, lembro-me
1141 bem o Carlos Bocuí foi quem pediu, nós não discordamos de discutir em momento

1142nenhum, a indústria não discorda de sentar à mesa e discutir, mas isso tem que
1143ser feito não de maneira açodada, pensando numa questão pontual, ela tem que
1144ser pensada numa questão estratégica maior, que tenham vários elementos que
1145possam possibilitar a criação de um novo programa, de uma nova fase dentro do
1146PROMOT, a nossa visão, a princípio o GT não tem essa informação madura,
1147porque nós já estamos na crista da onda, avançar mais em termos de programa
1148ainda achamos que talvez não seja o prazo, até porque nós podemos a qualquer
1149momento, qualquer um de nós aqui como conselheiros, solicitar a revisão das
1150resoluções, tendo como base elementos que nos possibilitem estar apresentando
1151uma proposta robusta de uma nova fase de um programa com a importância que
1152tem o PROMOT. Então, eu só queria fazer essa reflexão aqui.

1153

1154

1155**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Eu vou na mesma linha do
1156Wanderley, mas discordando dele, por incrível que pareça, na mesma linha, mas
1157em pontos divergentes (*Risos!*). Porque nos preocupa, porque poderia
1158logicamente, e eu acho até por óbvio mais interessante abarcar toda a discussão
1159numa nova fase do PROMOT, porém essa nova fase não existe, ela não está
1160palpável, ela não tem expectativa alguma ainda, e, nós estamos diante de um
1161problema, como o próprio Wanderley ressaltou, e eu concordo com ele, é que
1162todos os fatores em todos os setores entenderam que há um problema com
1163relação a isso, e que nesse caso aguardarmos a discussão, mesmo que pontual
1164de um equipamento, só quando estivermos sustentação, subsídios e um momento
1165oportuno para discutir uma nova fase do PROMOT, vai resultar naquilo que nós já
1166estamos em grave prejuízo da sociedade, que é o descontrole, é a falta de um
1167equipamento com uma vida útil mais condizente com o equipamento como um
1168todo, e já gerando um grave prejuízo à sociedade em termos de poluição. Então,
1169como proposta, eu acho que, senhor presidente, de tentarmos mais esse esforço
1170para a composição do GT, e, aí, uma última tentativa, porque se não aparecerem
1171interessados não tem como fazer GT, se não der certo, aguardemos a nova fase
1172do PROMOT. Mas, que o problema hoje existente já dá um subsídio, e já dá a
1173justificativa mais do que necessária para que nós possamos nos debruçar sobre
1174isso, para que enfim, possamos, mesmo que numa discussão pontual, contribuir
1175com essa questão para toda a sociedade.

1176

1177

1178**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**
1179– Só queria talvez propor aqui e até pedir um esclarecimento, se em vez do GT,
1180nós podemos, ou não sei se o GT poderia se dispor a isso, mas justamente pensar
1181nessa nova fase do PROMOT, então, talvez ampliar um pouco o escopo, assim
1182como foi sugerido pelo representante da Câmara, da CNI.

1183

1184

1185**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Essa discussão foi solicitada a criação
1186do seguro há dois anos, e ela já se demonstrou refratária entre os próprios
1187integrantes, as próprias pessoas que fazem o Proconve e PROMOT funcionarem,

1188dois anos depois novamente reinicia-se uma discussão dentro de um Grupo de
1189Trabalho onde o tema é discutir uma proposta encaminhada, ou seja, nós não
1190vamos ampliar os termos, que deveria ser criado outro GT, com outro propósito,
1191via outra solicitação, até porque a nossa contrariedade é também pelos termos em
1192que foi apresentado a solicitação do PROAM há dois anos, não acho que mudou o
1193interesse hoje. Mas, obviamente o fator de deterioração, pode sim ser
1194contemplado uma discussão do que será a próxima fase do PROMOT, àquela
1195hora que você me perguntou, Márcio, tem discussão do que o PROMOT 5, a nova
1196fase? Obviamente, esse aqui, o Conama é o âmbito de discussão, no Conama
1197não tem, mas, obviamente o Ibama, Cetesb, setor produtivo, a CAP, com seus
1198representantes, todos estão discutindo o que são as novas fases do Proconve, e o
1199Proconve de motos, hoje, nós temos que discutir, obviamente, porque nós já
1200estamos no topo, na crista da onda, referência mundial para motos, esse ponto só
1201vai gerar mais discussão, mais desgaste, acho que não contribui, inclusive para o
1202que nós estamos pretendendo hoje, dois anos depois da primeira proposta, que é
1203discutir o que é a nova fase de motos. Então, nos termos em que se apresenta
1204hoje, o Ibama se opõe a continuidade dessa discussão no grupo de trabalho.

1205

1206

1207**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1208**(Ibama)** – Mas a forma como normalmente as novas fases do Proconve são
1209geradas, só para entendermos, isso se dá no âmbito dos gestores do programa e
1210da CAP, e isso é trazido na forma de uma minuta de Resolução para a discussão
1211na Câmara Técnica, o que o Gilberto está de certa forma dizendo, me corrija se eu
1212estiver errado, há o entendimento por parte da equipe do Ibama de que não tem
1213sentido discutir a vida útil do equipamento, do catalizador numa fase de que já
1214está, numa fase que já está em implementação e já está no final, isso traria
1215insegurança ao setor que já está regulado dessa forma, agora em relação a uma
1216nova discussão, uma discussão desse assunto no âmbito da previsão de uma fase
1217nova, não há objeção em relação a isso, só que isso não está pautado no
1218Conama, e só será pautado no Conama via Proconve, em princípio, via CAP, via
1219os organismos lá. Então, essa é situação que nós temos, quer dizer, nós não
1220temos, não somos nós que determinamos, não é a Câmara Técnica que
1221determina: olha vamos fazer uma fase nova do Proconve, o Proconve tem seus
1222instrumentos de gestão e de atualização. Então, essa possibilidade de nós
1223criarmos aqui não há, o que nós temos que deliberar é: vamos discutir aqui, e, aí,
1224seria no sentido, aí nós temos que definir também o escopo do GT, se a ideia do
1225GT é discutir os fatores de deterioração que estão em vigor, e apresentar isso ao
1226Proconve, como um subsídio para a discussão das novas fases, é uma intenção.
1227A outra que estava colocada na época era discutir isso com vistas a uma possível
1228revisão da Resolução em vigor, eu acho que esse é o ponto que está pegando.
1229Quer dizer, a discussão técnica em si não há maiores oposição de que se faça, a
1230questão é a oportunidade de se revisar uma resolução que está em vigor. Não sei
1231se é isso, se estou pegando o ponto. Porque se a questão for essa, nós podemos
1232desvincular o item 4.3 da pauta, do 4.4, e dizer: o 4.3 revisão, nós arquivamos, e o
12334.4, nós criamos um GT, mas não com a finalidade de revisão, mas com finalidade

1234de fornecer subsídios para as novas fases do Proconve, não sei se isso é
1235pertinente, estamos inovando aqui um pouco, não me lembro de nenhum GT
1236criado com uma missão desse tipo, normalmente os GTs são criados ou para
1237proposição de uma nova resolução, ou para revisão de uma Resolução, estou aqui
1238propondo uma solução de conciliação, mas que também tem certe ineditismo, e
1239não sei se tem fundamento legal.

1240

1241

1242**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Márcio, na verdade, o GT
1243criado tendo como base uma proposta já consolidada, construída de uma revisão
1244de resolução, de uma nova resolução, e com base nisso se senta e se discute
1245ponto a ponto, e se traz à Câmara Técnica para deliberação, é assim que
1246funciona, e não o contrário, na verdade, nós, na ocasião quando conversamos
1247com o próprio PROAM, e a própria Câmara decidiu isso, era um debate que o
1248Rudolf, que estava presente na ocasião, naquela reunião, falou: não tem como
1249avançarmos, porque já colocamos aqui uma fase nova que começou esse ano,
1250aquela ocasião faltava dois anos para ser colocada, que é uma fase mais
1251avançada que nenhum outro país do mundo tem. Então é meio complicado agora,
1252a dificuldade de inovar vai ser maior, sabemos disso, não temos a quem espelhar,
1253nós precisamos ter dados, ver a avaliação que vai ser feita desse novo programa
1254que entrou em vigor, para depois o grupo especializado que faz isso já há um bom
1255tempo, se reunir e propor uma revisão, através de um programa novo do
1256PROMOT. O que eu avalio é isso, que é o mais correto, porque criar Grupo de
1257Trabalho, gente, ou manter, apenas para ter discussão, eu acho complicado, até
1258porque o Ibama, Ministério do Meio Ambiente, certamente vão ter que participar,
1259uma discussão como essa, uma discussão técnica, e achamos importante o que
1260foi colocado aqui pelo Ibama, e achamos também que a qualquer momento esse
1261processo pode ser retomado tendo como base dados que ainda nós não temos,
1262porque o programa começou em janeiro, há um mês. Ok?

1263

1264

1265**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – O que ficou evidente para mim, eu
1266queria marcar isso, havia um item da pauta que era a apresentação desse
1267relatório do Proconve e PROMAT, a apresentação foi falha, se houvesse uma
1268apresentação do que o grupo está fazendo, de quais são as propostas que estão
1269sendo apresentadas, foi feita uma apresentação, o pessoal da Sodemap
1270reclamou, falou que não deu uma visão geral, e eu acho que agora com essa
1271proposta que, que veio logo a seguir fica demonstrado que vocês realmente não
1272fizeram aquilo que se espera que seja trazido à Câmara Técnica, o que nós
1273queríamos aqui é que se falasse o que está acontecendo no grupo, essas
1274discussões que estão ocorrendo, os resultados que aconteceram e quais são os
1275objetivos dos trabalhos que o grupo tem, isso não foi realizado, aí, nós voltamos a
1276uma discussão antiga de formação de grupo técnico, e abrimos nova discussão.
1277Então, Márcio, eu acho que para mim, como membro dessa Câmara Técnica,
1278ficou falho, a lógica da apresentação, da programação da Câmara tinha certa
1279lógica, agora ela ficou muito falha, porque aquela apresentação, para quem não

1280acompanha o que é PROMOT, para quem não acompanha isso pari passu, e vem
1281aqui para deliberar, fazer uma votação sobre a criação de um grupo técnico ou
1282não, ficou prejudicada.

1283

1284

1285**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – É interessante esse ponto de vista da
1286conselheira da ABES, onde ela viu lógica não há lógica, a pauta não deveria ser
1287lida da forma como você leu, mas é interessante que as pessoas tragam esse
1288ponto de vista, essa leitura, porque o mandato que a CAP tem é apresentar
1289anualmente, na plenária do Conama tinha pelo menos, apresentar anualmente no
1290relatório da Conama, aqui é a primeira vez, que está acontecendo, a primeira vez
1291na Câmara Técnica, normalmente é apresentado lá, e, obviamente, colocava a
1292apresentação.

1293

1294

1295**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – *Lá na resolução que tem que ser apresentada na*
1296*Câmara Técnica.*

1297

1298

1299**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – As apresentações, então, elas se
1300debruçam no ponto que está em foco da implementação do Proconve/PROMOT,
1301perdão aqui pela afirmação, mas a leitura que se faz é uma leitura do momento,
1302do que foram as discussões, ela não se rege, não se pauta necessariamente por
1303todo o contexto do que está sendo a fase do Proconve, do PROMOT desde 2011
1304até 2016, não é esse o foco que as apresentações tem dado, e não se esperaria
1305que nessa apresentação de hoje fosse feito um levantamento histórico do que é o
1306programa, sendo que isso não é era a prática, obviamente isso pode mudar,
1307futuras apresentações podem trazer um histórico, mas acho que as publicações
1308que o MMA e o Ibama, e outros parceiros fizeram com relação a inventário
1309nacional de fontes móveis, eles são um marco na administração pública, em você
1310ter dados de alta qualidade sobre a qualidade do ar, a partir das emissões de
1311fontes móveis, isso não deve ser esquecido, deve ser olvidado na discussão.
1312Quando a conselheira coloca isso em ótica da pauta, é interessante, mas não é
1313assim que ocorre, historicamente não é assim. O ponto que estamos discutindo
1314aqui na questão da oportunidade é uma oportunidade já vencida de dois anos, em
1315que após convocação não houve interessados, obviamente eu acho que é um
1316dever, não é um poder, é um dessa Câmara Técnica, numa apresentação de uma
1317minuta por esse Ibama de uma futura fase do que seria um PROMOT 5, do que
1318seria essa nova fase, é dever dessa Câmara Técnica perguntar: e o fator de
1319deterioração, como foi a discussão? Eu acho que nós, às vezes, podemos estar
1320nos prendendo no imediatismo, ter agora um material para discutir, mas não é
1321assim que historicamente as coisas vêm acontecendo nesse programa, eu acho
1322que como o conselheiro da CNI colocou, não é um Grupo de Trabalho para dar
1323subsídios em uma futura proposta, essa proposta quando chegar aqui, essa
1324Câmara Técnica tem o dever de cobrar isso, e pedir explicações do que foi esse
1325ponto de discussão, essa é uma defesa política do programa mesmo, do que seria

1326a oportunidade, do que o Conama poderia ajudar e apoiar no que seria uma nova
1327fase do PROMOT, e, aí, não podemos fazer esse caminho reverso, ou alterar a
1328prática de que já tem sido demonstrada vencedora nesse ponto.

1329

1330

1331**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Gilberto, como foi o histórico
1332das fases até chegar à fase 4? Ou o tempo de se construir, nos dê um pouco
1333desse histórico e da sua expectativa sobre o surgir da fase 5, do ponto de vista
1334histórico de 1 a 4, quanto tempo levou, o que ensejou uma a outro.

1335

1336

1337**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Manara, você está pedindo a minha
1338opinião ou como instituição? Na verdade, o Proconve todo foi consolidado nas
1339fases, e o seu cronograma de implementação estão nas resoluções e suas
1340posteriores revisões. O que eu tenho de conhecimento obviamente é que todo o
1341processo, ele antecede um período de discussão técnico, onde engenheiros como,
1342esqueci o nome do senhor, o Sr. Paulo coloca, por exemplo, coloca é, inclusive
1343uma discussão técnica do que está em vigor, tecnologias que são utilizadas para
1344controle de emissões em veículos, essa discussão é ponderada, é feito
1345comparativos com normativos no exterior, esses grupos de trabalho, o grupo de
1346trabalho fecha uma proposta e apresenta na Câmara Técnica, com um
1347cronograma de implementação. Apresenta Wanderley, a minha opinião na
1348verdade é irrelevante no processo, até porque o servidor público ocupa cargo,
1349ocupa especialidade, a minha noção de programa, pode ser diferente do
1350Wanderley, o Wanderley trouxe um histórico ali, ele vai poder apresentar. Agora,
1351obviamente a expectativa, a minha expectativa como servidor é de manter o rito
1352de você ter uma discussão ampla com os setores, inclusive até a CAP tem,
1353inclusive representação da sociedade civil, das ONGs, da sociedade civil
1354organizada, é amplamente discutido, e quando chega nessa Câmara Técnica é
1355uma proposta, na maioria das vezes, com consenso já, ela tem pouco tempo de
1356duração de tramitação nessa casa, nessa Câmara Técnica, e tem ampla
1357aderência pela plenária. Então, a minha expectativa, como o Manara pediu a
1358minha opinião, é essa, de continuar.

1359

1360

1361**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu acho que têm duas questões
1362aqui, eu gostaria de tentar fazer um resumo, a primeira delas, houve um Grupo de
1363Trabalho, esse Grupo de Trabalho não teve interesse, e agora o Conama, entendo
1364que o Conama colocou isso na pauta para deliberarmos esse arquivo, o que faz,
1365esse é um ponto. Eu acho que esse pelas razões já aqui apresentadas, é um
1366assunto findo, ou seja, é de uma fase que já está em andamento, nós não tem
1367como interagir, não existiu uma negociação prévia, e eu acho que seria
1368interessante ser discutida há dois anos, não foi, não houve interesse, e eu acho
1369que teríamos que optar pelo arquivamento. Agora, quanto à avaliação das
1370próximas fases, existe uma questão regimental, a partir do momento em que, não
1371sei se seria uma revisão, ou se seria propor uma nova Resolução, que desse

1372continuidade a essa propondo novas fases, porque essa foi a sistemática de
1373trabalho de Proconve e PROMOT há mais de 25 anos, que eu acho que é uma
1374fórmula que parece que vem dando um bom resultado. Então, essa fase é a
1375seguinte: se decide primeiro tecnicamente entre Ibama, Cetesb, indústria, quais
1376são os avanços necessários, o que é possível, o que está acontecendo no resto
1377do mundo, porque não é uma indústria que trabalha sozinha no Brasil, é uma
1378indústria que oferece o mesmo produto no mundo inteiro, e atende até o nosso
1379Regimento, isso já é trazido ao Conama como uma proposta de uma nova
1380Resolução, ou como uma proposta de revisão quando couber, é assim que
1381trabalhamos. Nós não convocamos Grupo de Trabalho mais, no atual Regimento,
1382nós trazemos uma proposta e deliberamos sobre ela. O Wanderley já falou isso, o
1383Márcio também, eu não vou repetir, isso é um ponto. Agora, existe outra reflexão
1384que nós temos que fazer, a CAP já estava prevista de existir, e nunca havia sido
1385convocada, quando tivemos aquele problema do diesel 50ppm lá em 2008, 2009,
1386que não houve especificação da ANP, da Petrobrás, a ANP não pôde lançar a
1387portaria, aí esse grupo realmente foi criado, aí, eu faço uma reflexão, Márcio e
1388demais conselheiros, não é a primeira vez que esse Conselho busca criar grupo
1389de acompanhamento para política pública, e o que vemos é o seguinte, nós
1390juntamos representantes em diversos setores, eu tenho isso em outra resolução, a
1391362, do óleo lubrificante, você busca representantes de diversos setores, mas
1392você tem uma limitação legal para esse grupo agir, você chama um grupo de
1393monitoramento para avaliar uma política pública, eu acho uma coisa, às vezes, ela
1394funciona meio sem sentido, na época o que se procurou fazer era fazer com que a
1395CAP pudesse tentar resolver o problema que houve, que não foi por falta, porque
1396na época eu estava no lugar do Gilberto no Ibama, não foi por falta de mandar
1397ofício para a ANP, cobrando para o Ministério de Minas e Energia, cobrando, e
1398houve lá uma posição de governo de não especificar o combustível, de não testar,
1399e a fase não foi atendida no período. Então, a CAP foi formalizada, vamos dizer
1400assim, porque existia no papel, e nunca havia sido formalizado, com o intuito de
1401tentar cobrir esse papel. Ela se propõe a fazer uma avaliação do programa, eu não
1402sei se as pessoas que estão lá hoje teriam essa condição de fazer a avaliação. Aí,
1403é uma revisão pessoal minha, eu acho difícil você chamar um grupo de
1404monitoramento de um programa, e fazer com ele consiga entrar nos órgãos que
1405tem essa obrigação, e avaliar uma política pública, eu acho que a proposta pode
1406até ser boa, mas, ela é difícil de ser implementada, eu acho que nós estamos
1407engatinhando ainda. E, eu queria fazer um parêntese, Márcio, quando o GMP, que
1408é o Grupo de Monitoramento Permanente da resolução do óleo foi criado em
14092005, um dos pedidos do Conama na época para ele, foi que ele fizesse um termo
1410de referência do que seria esse monitoramento, isso foi discutido a exaustão no
1411grupo, e nós nunca conseguimos fazer isso, porque é uma tarefa complexa, não é
1412uma tarefa fácil. Qual é a minha sugestão para finalizar a minha fala? Essa é a
1413minha última reflexão sobre monitoramento, porque esbarra um pouco na
1414colocação do Manara, que eu acho que ele fez uma pergunta para o Gilberto, e eu
1415vejo a dificuldade, o que a Cetesb em parceria com o Ibama faz hoje? Pega as
1416fases que estão na Resolução, faz uma programação, e começa a cobrar de
1417todos, porque são coordenadores do programa junto com o Ministério do Meio

1418Ambiente, cobra da ANP via Ministério de Minas e Energia, que o combustível seja
1419especificado, e a indústria começa a providenciar, a se programar para fazer a
1420avaliação e os novos motores e veículos serem comercializados, atendendo
1421aqueles padrões, é isso que se faz, é uma coisa extremamente técnica para
1422ficarmos discutindo em um grupo de trabalho, em cima de achismos, eu tenho
1423dificuldade, eu coordenei essa área do Ibama um tempão, e tenho dificuldade,
1424porque é um assunto técnico específico, não é muito simples, e as discussões que
1425nós tivemos no Conama em 2009, 2010, deixaram isso bem claro, que nem todos
1426tinham capacidade de discutir esse assunto tão afundo. Então, o que eu
1427proponho? Eu acho que eu proponho que nós realmente arquivemos, e que avalie,
1428Márcio, se não conseguirmos avaliar isso hoje, que tragamos mais subsídios, e
1429traga mais subsídios de Cetesb, Ibama, da CNI, para apresentar um cronograma
1430das novas fases, ou uma proposta, um prazo que esse grupo que normalmente
1431discute esse assunto, poderia apresentar uma proposta que desse continuidade
1432ao programa, que acredito que conforme o Gilberto falou, o programa vai continuar
1433existindo, as fases acabam alguns períodos, mas a ideia é continuar discutindo,
1434porque eu acho que nós não vamos conseguir esgotar isso aqui agora, e esse
1435grupo, eu acho que já perdeu o sentido dele, ele ser reestruturado, o que se
1436poderia passar é uma tarefa de casa para os envolvidos nesse assunto, Ibama,
1437Cetesb, CNI, ou não sei mais quem, mas que nos apresentasse uma previsão de
1438apresentação nessas novas fases, eu não sei, eu acho que essa seria uma
1439proposta para não ficarmos discutindo tecnicamente o que nós não vamos decidir
1440agora.

1441

1442

1443**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
1444**(Ibama)** – Wanderley, quer apresentar o histórico do PROMOT?

1445

1446

1447**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só para responder o que o
1448Manara colocou, nós temos aqui um painel de evolução histórica do PROMOT, ele
1449foi estabelecido em 2002, a primeira fase começou em 2003, houve uma segunda
1450fase em 2006, uma terceira fase em 2009, uma quarta fase que começou em
14512011, 2014, e, agora nós estamos na segunda fase do PROMOT 4. Então,
1452basicamente é isso. Zilda, eu acho que tem que haver, eu acho que o Conama é
1453um fórum de debate e de discussão, com certeza, mas eu acho que o tema para
1454vim para a Câmara Técnica, ele tem que seguir aquele rito de nós termos uma
1455proposta formalizada, tem que passar pelo CIPAM, admissibilidade, todo o ritual
1456que todas as propostas de revisão ou de novas resoluções pedem. Então foi essa
1457a intervenção que nós fizemos aqui na ocasião, porque esse é um programa mais
1458exitoso que nós temos na área de monitoramento de qualidade ambiental que o
1459Conama fez, e ele tem pautado dessa forma, na ocasião lembro-me bem do Paulo
1460Macedo ter colocado os seus questionamentos em relação a discutir uma questão
1461pontual apenas, e não uma visão maior, que eu acho que é de interesse de todos
1462nós. Basicamente, era essa a informação, Márcio, eu acho que poderíamos de
1463repente, ver se conseguimos deliberar sobre esse ponto de pauta.

1464

1465

1466**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1467**(Ibama)** – Eu acho que a dificuldade é que tem, eu percebo que há uma
1468insegurança, de certa forma, em relação a esse tema por parte dos membros da
1469Câmara, tem gente que não conhece direito como funciona o programa, tem
1470pessoas que questionam com fundamento, mas que é um fundamento que precisa
1471de fato ser mais bem discutido, que é essa questão da vida útil dos catalizadores,
1472e o seu impacto sobre a qualidade do ar, porque eu acho que a questão é essa, o
1473que traz a preocupação que o PROAM trouxe não é uma questão, ela é pontual,
1474no sentido de que está questionando especificamente a duração do equipamento
1475de segurança, mas a preocupação, o questionamento é que reflexo isso tem sobre
1476a qualidade do ar, sobre a efetividade do controle das emissões, a preocupação
1477que ele traz é essa, eles estão dizendo: tudo bem, o padrão é o melhor do mundo,
1478está tudo bonitinho, mas na prática, esse troço pode durar muito pouco tempo e
1479favorecer o problema da alteração do equipamento, da alteração do desempenho
1480em função da vida útil do equipamento. Agora, nós temos que entender o
1481seguinte, e, aí, eu volto para aquela minha colocação inicial lá. Nós temos a
1482gestão ambiental, ela é muito mais complexa do que isso, nós estamos atuando
1483aqui, o Proconve atua numa ponta, que é a fabricação, e conformidade dos
1484veículos, quando saem da fábrica, quando eles saem da fábrica é uma situação,
1485depois que ele entra na vida real, aí o sujeito pode, todos nós somos proprietários
1486aqui, eu posso chegar lá e comprar um equipamento de quinta categoria na hora
1487de fazer a reforma do meu veículo, e foi aquela capacidade nominal de emissão
1488foi para o sacio no mesmo momento, eu posso simplesmente fazer uma
1489gambiarra, tem gente que vende no mercado um catalizador que parece um
1490catalizador, mas não é um catalizador, é *fake*, coloca aquele negócio lá no carro,
1491aí temos os problemas da inspeção, que foi isso que foi trazido pela indústria, qual
1492é a preocupação da indústria? Eu tenho responsabilidade sobre o que sai da
1493minha fábrica, eu não tenho sobre o que está rodando, quem é que tem
1494responsabilidade sobre o que está rodando? É o poder público que tem lá a sua
1495regra para fazer a inspeção e manutenção. Quem tem inspeção hoje e
1496manutenção no País? Dois estados. Então, nós temos um problema que é um
1497problema lá na ponta, que não necessariamente nós vamos resolver atuando
1498sobre a fábrica. Então, isso, nós estamos falando de uma fonte de emissão de um
1499poluente específico e de um compartimento, que é o ar, mas isso se reflete em
1500todas as outras questões que tratamos aqui nessa Câmara, a grande
1501complexidade que nós temos para a efetividade da política ambiental, um negócio
1502complicado, não é muito simples isso. Então, eu só quero dizer que o que foi
1503trazido para cá para a discussão, embora pontual, embota específico etc., embora
1504dentro de um contexto que podemos dizer: de nada vale agora discutir isso numa
1505resolução que já em vigor, o veículo já está saindo de fábrica, não é em quatro
1506anos que vamos alterar o que está saindo da fábrica. Há um argumento que eu
1507acho que é pesado, quer dizer, esse assunto foi discutido, teve o Grupo de
1508Trabalho, foi remetido ao Conama, foi discutido na Câmara Técnica na época, foi
1509à plenária, foi aprovado na plenária. Então, teoricamente, e é isso que o pessoal

1510que trabalha na área traz um pouco, é uma certa indignação, dizer: o momento de
1511discutir isso já passou lá atrás, a Resolução já está vigorando, e não tem
1512viabilidade de alterar a Resolução agora, esse é um fato concreto, que é um
1513pouco o que a Zilda traz também, vamos fazer um Grupo de Trabalho para quê?
1514Eu acho que talvez essa seja uma das razões, talvez até da baixa adesão ao
1515Grupo de Trabalho, o Grupo de Trabalho efetivamente teria pouco reflexo na
1516Resolução vigente, e menos ainda capacidade de intervenção para futuras fases
1517do Proconve. Então, estamos numa situação que eu considero um certo impasse
1518mesmo, temos que tentar encontrar uma saída que melhore esse conforto, que eu
1519acho, e eu verifico aqui, não é desejável, eu acho que os membros da Câmara
1520ficam em uma situação desconfortável, e nós estamos, o pessoal está um pouco
1521inseguro em relação a: bom, isso que está vigendo de fato teve essa discussão
1522profunda, técnica, ela dá segurança ao que está rodando aí? Ou há dúvida em
1523relação a efetividade disso? É só 5% da frota, o impacto é muito local em algumas
1524cidades que já têm outros sistemas de controle, não, esse impacto é maior, pega
1525as cidades de médio porte. Eu não sei, eu confesso para vocês que eu não gosto
1526das deliberações que já tivemos nessa câmara aqui por fazer seminário, fazer não
1527sei o quê. Mas, isso está me parecendo um assunto muito mais de uma questão
1528mais ampla de informação e de consolidação das informações que já estão talvez
1529aí só de posse de um grupo pequeno, e não de um grupo maior dentro do
1530Conama. Não sei, nós temos que pensar em alguma alternativa de
1531encaminhamento. E, aí, eu abro para sugestões de encaminhamento.

1532

1533

1534**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

1535– Eu, particularmente, gostei da proposta da Zilda, de que talvez a nova fase do
1536PORMOT possa ser apresentada aqui para a Câmara, porque o que talvez gere
1537esse descontentamento é o fato de nós termos atualmente uma Resolução que
1538não está satisfatória, e que nós não temos ainda, como o próprio Gilberto
1539mencionou, nós ainda não temos uma previsão, não está definida a próxima fase
1540do PROMOT. Então, eu acho que se tivermos uma definição, se puder ser trazido
1541isso para a Câmara, mostrando quais são as previsões para a próxima fase, eu
1542acho que isso pode amenizar esse desconforto.

1543

1544

1545**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1546**(Ibama)** – Eu acho que é interessante, agora, nós temos outro problema, que é
1547essa questão, eu não sei se teremos dados concretos para discutir do ponto de
1548vista da efetividade da Resolução em vigor, sem um inventário, o inventário, o
1549último que nós temos é de 2013. Pega moto também? Então, quem sabe nós
1550fazemos o seguinte, a minha sugestão de encaminhamento, vocês, por favor,
1551critiquem e sugiram outras.

1552

1553

1554**O SR. LUCIANA (INEA)** – Na verdade, o estado do Rio de Janeiro é o único

1555programa de M vigente, lá de fato é feita a inspeção sobre essas motos, todas que

1556circulam, e essas motos têm uma intensidade tão alta quanto São Paulo, e no Rio
1557de Janeiro as motos circulam muito intensidade fazendo esse trabalho, áreas de
1558serviço, e nós como fazemos a inspeção, acompanhamos como está o estado
1559desses veículos, se esse catalisador, ele finda a sua vida útil em um ano e meio,
1560então fica comprometido também os limites de emissão que são aplicados a esses
1561veículos, porque se entende que quando se estabelece os limites na ponta, no
1562programa de M, você estava contando com um sistema de controle funcionando a
1563pleno, e é isso que o proprietário deve manter, funcionando a pleno o que ele
1564recebeu, se eu em um ano e meio já tenho um sistema de controle já findado,
1565como que eu mantenho que o proprietário tem que manter já com esse período
1566tão curto a troca do catalizador para manter os limites de emissão aplicados pela
1567418? Então, tem que se pensar também, porque estamos pensando como se os
1568estados não tivessem programa de M, mas o Rio de Janeiro tem o programa de
1569M, e é aplicado os limites da 418. O que nós temos que tentar também é aumentar
1570os programas de M nível nacional. Esses programas de M têm que ser ampliados
1571para que os investimentos da indústria sejam garantidos ao longo da vida útil do
1572veículo. Obrigada.

1573

1574

1575**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1576**(Ibama)** – Foi o que nós colocamos aqui, porque é uma cadeia de
1577responsabilidades e de compromissos, inclusive do próprio cidadão que adquire o
1578bem, nós temos que zelar para que esse bem da forma como saiu, e com o
1579benefício, ou o prejuízo social que ele traz, seja mantido, essa é a complexidade
1580de toda a legislação ambiental. Quer dizer, não adianta nada eu fazer uma política
1581de logística reversa, de resíduos sólidos, e, eu mesmo, depois, como aconteceu
1582ontem, encontrarem um depósito com trinta mil pneus inservíveis lá num município
1583que por alguma razão não se deu vazão a um regramento que já está
1584estabelecido, de coleta de pneus inservíveis, de reciclagem, etc. A dificuldade não
1585é fazer isso, eu acho que é a complexidade que eu anunciei, não adianta nós
1586também ficarmos aqui imaginando que restringindo na parte legal, ou sendo mais
1587rigoroso na lei, eu vou ter o benefício lá na outra ponta, não é, é um
1588comportamento social, é uma cadeia, que ela normalmente, isso eu falo de
1589cadeira, eu acho que todos nós que trabalhamos na área ambiental falamos de
1590cadeira sobre isso, de licenciamento ambiental, vide todas as outras regras que
1591temos aí em relação à questão ambiental, eu, particularmente, estou trabalhando
1592com regulamentação de agrotóxico, é a mesma coisa. Uma coisa é o agrotóxico
1593como ele sai com a recomendação de uso, etc. e tal, outra coisa é como ele
1594efetivamente é empregado. Então esse complementar das ações de controle, é
1595que é o desafio que nós temos na gestão ambiental do País, e, inclusive com
1596relação ao comportamento da sociedade, quer dizer, o cara sair da fábrica com a
1597moto e vai ali na esquina e coloca um escapamento que causa mais ruído, eu
1598causa uma poluição, só para impressionar, chamar a atenção. Então, é um
1599negócio complicado, é um comportamento difícil. De toda forma, eu acho que a
1600questão é, porque veja, mesmo que dure um ano e meio o catalizador, com um
1601ano e meio o proprietário vai ter que trocar o catalizador, porque senão não vai

1602passar na inspeção, o princípio é esse. O encaminhamento que eu ia sugerir era
1603no sentido de nós votarmos pelo arquivamento ou não disso, e, independente do
1604resultado, nós marcamos, pautamos na próxima reunião da Câmara Técnica,
1605uma apresentação do grupo do Ministério, e, aí, Gilberto se manifeste agora, e o
1606Ministério também, o Ministério do Meio Ambiente. A provocação é que o
1607Ministério do Meio Ambiente e o Ibama apresentem um resumo das discussões
1608que levaram ao estabelecimento dessa vida útil, trazendo os dados que balizaram
1609essa decisão, inclusive se possível com alguns parâmetros internacionais, que nos
1610coloquem em relação a isso que vocês estão dizendo que nós somos o
1611*benchmarking* do mundo, então mostre, para avaliarmos e verificar isso, e trazer
1612também a discussão de previsão, se é que já tem, de como está se discutindo a
1613avaliação do programa, do PROMOT especificamente, e a previsão de novas
1614fases, eu acho que é viável fazer isso para a próxima reunião da Câmara? Porque
1615eu acho que isso traria um pouco mais de conforto em relação a essa história, que
1616não nos impede de retomar essa discussão talvez em outras bases, não com a
1617base da revisão da Resolução que está em vigor, mas a partir dessa
1618apresentação, aí, a Câmara Técnica poderia tomar outras decisões, que pode ser
1619até vamos de novo criar o grupo, enfim. Por isso que eu coloco independente da
1620decisão agora de aprovar ou não. Eu pensei nesse encaminhamento, se alguém
1621tem outros, por favor, coloquem, eu não estou plenamente satisfeito com ele, mas
1622foi o que me ocorreu.

1623

1624

1625**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Márcio, eu acho que muito do que você
1626falou se aplica sobre a gestão ambiental como um todo no País, informação, às
1627vezes a falta de um cumprimento de um agente público, ou de uma política pública
1628que é falha, de todos os casos que você comentou, e até com muita propriedade,
1629nenhum deles se aplica ao Proconve, nós sabemos onde que está a falha do
1630programa, nós sabemos onde o calo aperta, nós sabemos que as inspeções de
1631manutenção, elas são efetivamente o ponto onde teríamos a informação plena do
1632cumprimento do programa, e o próprio Conama não se olvidou disso, ele se
1633preocupou, ele fez uma resolução, ele falou como deveria ser feito um programa
1634de inspeção, e pouco se fez pelos agentes públicos responsáveis, não tem
1635nenhum problema em falar aqui, o Rio de Janeiro efetivamente é um parceiro
1636nosso, ele tem o programa acontecendo, nós tínhamos em outro grande município
1637o programa de inspeção acontecendo, até por uma questão política, ele foi uma
1638promessa política, ele foi suplantando, independente disso o Proconve tem
1639informações, para mim seria um prazer vim apresentar para os senhores aqui,
1640mas não é por falta de informações que precisamos saber como está um
1641programa desses, esse ano, 2016, o Proconve vai fazer trinta anos. Acho que
1642vamos ter, vamos ser assoberbados por informações sobre o que é o plano, como
1643é que foram esses trinta anos, provavelmente vai ter alguma coisa no Ibama, acho
1644que a Diretoria de Qualidade Ambiental está ciente disso, informações,
1645divulgação, isso tudo nós temos para mostrar, não é um programa que se faz as
1646escondidas, com falta de informação, nós fazemos como implementar e sabemos
1647onde o calo aperta, e sabemos como vamos tratar isso daqui para frente. Como

1648técnico, pontualmente me incomoda essa questão de se trazer discussões
1649vencidas e pontuar, e ter novas discussões sobre um ponto já superado. Eu fui
1650muito honesto quando falei, é preciso sim ter uma discussão do que é a nova fase,
1651é preciso sim ter a apreciação por essa Câmara Técnica, e é preciso sim ter a
1652cobrança de como foi a discussão, com certeza, só que isso é um processo, me
1653incomoda esse cortar da banda, vamos falar assim, já com um resquício do
1654carnaval, mas esse que é o ponto, nós temos muita coisa para apresentar, será
1655um prazer fazer uma apresentação pontual desse ponto, mas não é essa uma
1656condição para aprovar isso ou não. O arquivamento, inclusive ele foi instruído no
1657processo, isso tem um peso, talvez o desinteresse também seja um
1658posicionamento, eu não gosto de casar as duas coisas não, você como
1659presidente, tem que obviamente conciliar, o meu papel não é o conciliatório aqui,
1660estou apresentando propostas, e estou me dispondo a fazer uma apresentação
1661pontual aqui.

1662

1663

1664**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

1665**(Ibama)** – Mas, eu descasei, a minha ideia era descasar, eu não estou
1666condicionando uma coisa à outra, eu estou dizendo: independente do resultado da
1667votação, pelo arquivamento ou não, fazer essa apresentação, independente, foi a
1668minha proposta, porque eu também entendo que não tem que casar nada, são
1669coisas independente. O que eu estou identificando aqui é: nós temos de um lado
1670um desconforto em relação a informação, e de outro lado, nós temos uma
1671proposta de revisão de uma Resolução, e de discussão de ponto de partida para a
1672revisão, uma discussão da vida útil do catalizador, que até agora não evoluiu, e
1673ela perdeu, se já não tinha muita oportunidade temporal na época em que foi
1674proposta, agora ela está mais defasada ainda. Então, eu acho que nós temos que
1675avaliar, isso que é o que está na pauta, se vamos manter o grupo trabalho, se
1676vamos manter a revisão, mas independente disso, eu acho que nós temos que
1677sanar esse desconforto, quer dizer, nós não podemos simplesmente votar aqui e
1678continuar com esse desconforto, eu acho que tem que melhorar essa história. Eu
1679só queria comentar com vocês, eu tenho um problema pessoal, vou ter que sair
1680daqui a pouco, então, eu acho que nós temos que, se conseguirmos encaminhar
1681agora de manhã, melhor, senão, vai ter que se dá na minha ausência.

1682

1683

1684**A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Eu acho que isso cria um desconforto
1685muito grande, Márcio, e, aqui, eu queria deixar isso para o D-Conama, foi criada
1686uma pauta, nós vamos deliberar sobre essas propostas de revisão, e, eu entendo
1687que a proposta de encaminhamento do Ibama, ou do Ministério não ficou, para
1688mim não ficou boa, porque ela não foi justificada, então, eu me sinto muito
1689desconfortável, não vou votar, já estou aqui informando, não vou votar, por quê?
1690Porque as informações, eu abri todos os arquivos que me foram encaminhados e
1691que estavam na pauta, os arquivos que estão disponíveis para conhecermos, e a
1692primeira reunião que eu participo oficialmente como titular, os arquivos disponíveis
1693que foram lidos não me dão segurança suficiente para estar aqui deliberando, não

1694me informaram ao que eu deveria procurar, aonde eu deveria ser informada, eu
1695entendo que como conselheira, eu tenho que ser subsidiada nas minhas decisões,
1696e, eu não fui. Então, eu acho que isso é uma falha do processo, eu acho
1697imprudente se pedir a um conselheiro que vote sem que ele tenha tido relatórios
1698ou informações suficientes para deliberar, o que me foi enviado foram as cartas da
1699PROAM, foi isso, e um relatório todo cheio de documento remendado, eu li, tem
1700um que tem 358 páginas, e, eu acho que assim não dá para nós, enquanto
1701conselheiros, como representantes da sociedade civil, que nós não somos
1702especialistas em todas as áreas ambientais, nenhum de nós é, cada um de nós
1703tem a nossa característica específica, mas estamos aqui tentando colaborar o
1704máximo possível, e com informações dadas nesse formato, eu não me sinto
1705segura, nem confortável para fazer uma deliberação.

1706

1707

1708**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Deixa-me dar os
1709esclarecimentos, no site do Conama tem todo o histórico desses processos,
1710inclusive o histórico com relação a criação desse GT, os 90 dias que foram dados,
1711o pedido e a reiteração com relação a isso, tudo está lá no site organizado. Nós,
1712do departamento não produzimos documentos, então, eu acho que o que nós
1713podemos, até como uma sugestão a adotar é se vocês tiverem alguma dificuldade
1714com relação a documentos, quiserem mais esclarecimentos técnicos, peçam para
1715nós, que vamos atrás dos responsáveis para poder disponibilizar esse tipo de
1716documento, agora, nós do departamento não podemos produzir documentos, as
1717propostas chegam e disponibilizamos e organizamos da melhor forma possível.

1718

1719

1720**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Lúcia, os documentos estão lá, nós
1721também recebemos esse documento com algum tempo hábil, que não é muito
1722grande, você sabe disso, o tempo hábil dado. Então, o que temos é buscar ali as
1723informações, o que eu estou dizendo é que esperava aqui hoje na reunião, na
1724hora que fossem feitas as apresentações, as apresentações viessem então
1725consumando essas informações, e dando para nós, garantias do que estávamos
1726deliberando, hoje, eu não senti isso, eu já vim em outras reuniões, eu já participei
1727em outras reuniões aqui, quando foram dadas informações que me davam
1728consistência para fazer uma a votação, não vou fugir ao voto, vou deliberar aquilo
1729que eu entendo que seja melhor, mas, infelizmente, hoje, nessas três
1730deliberações, eu não me sinto confortável para fazer nenhuma deliberação.

1731

1732

1733**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Eu acho que o que você
1734colocou, Célia, é muito pertinente, nós já registramos isso, eu acho que agora nós
1735vamos ter cuidado com relação a essas matérias, eu acho que os responsáveis
1736pelas matérias já absorveram essas considerações e críticas para melhorar para
1737as próximas reuniões.

1738

1739

1740 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
1741 **(Ibama)** – Frente a essa manifestação da Célia da ABES, eu entendo que há uma
1742 outra proposta de encaminhamento, que é faça-se o chamamento para o
1743 esclarecimento na próxima reunião, e suspende esse ponto de pauta e o recoloca
1744 na próxima reunião, eu acho que isso contemplaria um pouco a preocupação.
1745 Então, na verdade é isso, tem outra proposta de encaminhamento aqui, que eu
1746 traduzo do desabafo da Célia, que é não dá para tomar decisão sem um maior
1747 esclarecimento. E, nós não estamos esclarecendo. Então, vocês acham que esse
1748 procedimento atende? Esse encaminhamento que eu estou propondo aqui atende
1749 melhor a saída para essa questão? Eu estou querendo fechar esse ponto de
1750 pauta, como eu falei, eu vou ter que ausentar, não há nenhum problema da Célia
1751 continuar coordenando a reunião, e nós já combinamos que horas eu retorno aqui
1752 à tarde, também se quiserem retomar essa discussão à tarde, nós podemos
1753 retomar, mas, eu entendo que também nós estamos chegando a um ponto que já
1754 dá para tomar uma decisão de encaminhamento em relação a isso. A proposta
1755 seria essa, nós convocaríamos o Proconve a fazer uma apresentação específica,
1756 como disse o Gilberto, nesse ponto do PROMOT, historiar um pouco a questão
1757 das emissões do PROMOT, fazer os devidos vínculos, porque se já temos o
1758 inventário de 2013, dá para trazermos um pouco a evolução das emissões de
1759 moto, e, aí, contempla também essa preocupação em relação ao relatório de
1760 acompanhamento, que foi manifestado aqui tanto pela ABES, como pelo PROAM,
1761 e apontar as questões de como está sendo pensado e como seria construída a
1762 discussão das próximas fases do PROMOT, nós faríamos primeiro essa
1763 apresentação do Proconve, eu sei que o Gilberto não está confortável, mas quem
1764 tem que estar confortável são os membros da Câmara, então se faria essa
1765 apresentação e depois retomaríamos esses dois pontos de pauta. Essa é uma
1766 saída para não ficarmos no impasse aqui também. Pode ser assim? Membros da
1767 Câmara estão de acordo, ficamos com esse encaminhamento, então? Então, eu
1768 pediria ao D-Conama que fizesse esse chamamento à direção do Proconve, ao
1769 Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama, para que promovesse essa
1770 apresentação na próxima reunião. Está bom? Aí, naturalmente tema liberdade
1771 para designar quem viria, que apresentações fariam, seria um período de
1772 apresentação, antes de nós, e o ponto ficariam em suspenso, e seriam retomados
1773 os dois pontos de pauta na próxima pauta do Conama. Está ok? Ficamos assim?

1774

1775

1776 **O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Só uma questão de ordem, no ofício da (...)
1777 citado pelo Gilberto, a folha de encaminhamento cita também um ofício da Cetesb,
1778 e eu não localizei na documentação disponibilizada. Está digitalizado apenas o
1779 ofício da (...), o 5877. Aí, eu acho que é importante nós termos esse parecer
1780 técnico, é o parecer técnico 01/13 ETHV/ETH da Cetesb.

1781

1782

1783 **O SR. JOÃO HENRIQUE (DConama)** – Bernardo, só para orientar, o ofício que
1784 você está falando do parecer do Ibama é o 4179?

1785

1786

1787 **O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Não. É o ofício 02001.005877/2013, que
1788 encaminha o parecer, que consta inclusive a informação dada pelo Gilberto aqui,
1789 que estamos discutindo 5% da frota, estamos pedindo uma mudança de uma
1790 legislação de 5% da frota.

1791

1792

1793 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Ele faz referência a qual
1794 nota? 05 de 2013?

1795

1796

1797 **O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – 01/13 da Cetesb.

1798

1799

1800 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – Da Cetesb.

1801

1802

1803 **O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – A Lia tem esse parecer?

1804

1805

1806 **A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

1807 – Não.

1808

1809

1810 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama)** – O da Cetesb, eu tenho a
1811 impressão que não contempla aqui o processo do Conama, ele deve estar
1812 fazendo referência a algum parecer que deve ter sido encaminhado ao Ibama
1813 diretamente, alguma coisa assim. Eu tenho que verificar isso com mais cuidado
1814 aqui, mas porque o parecer quando é solicitado, esse parecer foi solicitado
1815 quando foi apresentado ao CIPAM, não é isso? E, aí, ele só apresenta o parecer
1816 do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, e do jurídico aqui do Meio Ambiente.
1817 Então, da Cetesb, eu tenho que procurar.

1818

1819

1820 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Eu sugiro que
1821 procuraremos agora na hora do almoço, e à tarde, vemos se conseguimos
1822 localizar, e traz para vocês, porque ficar procurando não vai dar muito certo.

1823

1824

1825 **O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Eu acho que não tem problema, porque
1826 provavelmente vamos ter que deliberar numa outra reunião, mas é que no texto
1827 está colocado aqui que: concernente ao aludido tema, ao que nós estamos
1828 discutindo, encaminho também o parecer técnico, que é esse que eu mencionei do
1829 Cetesb. Então, só para termos o entendimento.

1830

1831

1832 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
1833 **(Ibama)** – Ok. Vamos tentar localizar e trazer à tarde. Nós temos mais dois pontos
1834 de pauta, que são justamente os que já havíamos programado para ficar para a
1835 tarde, que é a questão do item 4.1 e o item 4.2, que o 4.2 é a proposta de
1836 Resolução que altera a 359, e o 4.1 é uma nova resolução específica sobre
1837 compostagem. Como eu comentei antes, eu vou ter que me ausentar nesse
1838 momento por razões muito pessoais, eu só queria combinar o retorno, primeiro se
1839 continuamos, não há nenhum problema, a Célia pode conduzir a reunião e
1840 continuar, começar a discutir um desses pontos de pauta, ou nós interrompemos
1841 agora e retomamos, e, aí, nós teríamos que tentar retomar com certa brevidade
1842 depois do almoço, para não estendermos demais, até porque eu não sei, aí eu até
1843 consulto o pessoal que é de fora, que horas é o teto de permanência de vocês em
1844 Brasília hoje? Aqueles que têm teto, para podermos deliberar pelo início da
1845 reunião, e não perder tempo. 16h30 para sair daqui? 16h30 é um teto bom para
1846 todos? Então, eu vou propor que comecemos a 13h30, é possível? Fica difícil até
1847 pelo deslocamento aqui de todos, eu mesmo que não conseguiria chegar aqui às
1848 13h, vamos fazer um esforço no sentido de começar 13h30 para podermos vencer
1849 a pauta. Agradeço mais uma vez a todos a participação, obrigado, e retornamos à
1850 tarde.

1851

1852

1853 *(Intervalo para almoço).*

1854

1855

1856 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Vamos aproveitar aqui que o Gilberto
1857 vai mostrar aquele documento que estava faltando. Vamos aproveitar enquanto o
1858 Márcio não chega.

1859

1860

1861 **O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Esse foi o parecer técnico encaminhado
1862 pelo ofício do Ibama encaminhado ao Conama, essa numeração é aquela que faz
1863 a referência no ofício, e o parecer é curtinho, da Cetesb, tem uma página só, aí se
1864 os senhores quiserem ler, apreciar. A questão de se está no processo não, acho
1865 que o João Henrique depois pode explicar, mas só para considerar o que foi
1866 apresentado pela Cetesb.

1867

1868

1869 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Deixa dar um tempo para o pessoal ler,
1870 esse parecer é o parecer da Cetesb, no assunto que estava faltando desse
1871 processo 4.4, que é aquele que estava faltando. Então, vai ser encaminhado,
1872 anexado aos documentos disponibilizados para os conselheiros, e voltamos a
1873 conversar sobre esse assunto na próxima reunião. Eu acho que vai dar uma boa
1874 base para a próxima, trazer as defesas e aí deliberamos. Então, vamos para a
1875 pauta. Então senhores, conforme deliberado no início da reunião, nós vamos
1876 agora proceder ao assunto 4.2, que é o processo que tem a proposta de
1877 Resolução Conama que altera a Resolução 3059/2005, que define critérios para

1878utilização de fósforo na formulação de detergentes em pó para uso no mercado
1879nacional. O proponente é o Instituto Guaicuy, e veio da última reunião, foi adiado
1880esse assunto por conta que o Polignano queria fazer uma defesa. Eu consultei,
1881não sei se ele mandou alguma documentação para o D-Conama, mas não
1882recebemos nada. Então, eu gostaria de passar para o D-Conama para ver qual
1883documentação que vocês têm.

1884

1885

1886**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Nós recebemos só aquela
1887proposta que está disponível no site e o proponente da matéria não se manifestou
1888de vir apresentar. Então, eu sugiro que já vá direto para a deliberação e
1889manifestação de quem leu a matéria, enfim.

1890

1891

1892**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Está bom, senhores, então vamos abrir
1893os debates, ver se algum dos conselheiros tem algum comentário ou alguma coisa
1894a falar sobre essa proposta. Tem um parecer, os documentos que estão lá, tem a
1895consideração inicial. Eu acho que talvez o interessante aqui seriam os pareceres,
1896que lemos, Marcelo, você quer falar alguma coisa?

1897

1898

1899**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Só como sugestão, eu acho,
1900para nivelar para todos em termos de informação, quais são os pontos
1901controversos dos relatórios e da proposta do Polignano, porque daria para resumir
1902isso.

1903

1904

1905**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Você me ajuda, então, se eu esquecer
1906alguma coisa. Então, vou fazer um resumo para os senhores de como isso foi
1907proposto. O Instituto Guaicuy preocupado com a eutrofização contatada em
1908diversos rios em Minas Gerais mandou uma proposta de uma deliberação para
1909rever os valores de fósforo dos detergentes em pó, e mandou essa proposta
1910alterando a Resolução 359, que já está vigendo e pedindo a eliminação do fósforo
1911nesse tipo de detergente. Foram realizadas então algumas notas técnicas pelo
1912Conama, pelo Ministério do Meio Ambiente, e essas notas técnicas também se
1913fundamentaram em um trabalho do grupo técnico que já tinha acontecido em
19142005, se não me engano, em São Paulo 2005. 2010? Esse relatório é de 2010.
1915Então, foi fundamentado nesse relatório aqui de 2010, que tem aí algumas
1916conclusões. O último parecer é o jurídico, ele julga que há viabilidade jurídica da
1917proposta da Resolução, mas como foram dados dois pareceres técnicos que
1918dizem que não são favoráveis a tal Resolução, ele opta por se seguir os pareceres
1919técnicos. Então, tem um parecer técnicos aqui, uma Nota Técnica nº 11/2014 que
1920os senhores receberam, que é do Ministério do Meio Ambiente, eu acho que seria
1921ideal ler a conclusão, ler a conclusão desse parecer, que eu acho que isso
1922conjuga aqui o que estava em andamento, que em virtude das razões expostas
1923por essas questões técnicas, ele opta desfavoravelmente pela proposta de

1924modificação na Resolução Conama, que estabelece critérios para utilização de
1925fósforo na formulação de detergentes em pó. Ele fala assim: entretanto o estudo
1926do item 1.8 desse parecer técnico demonstra que a Resolução Conama tem sido
1927cumprida e as concentrações de fósforos têm sido consideravelmente reduzidas.
1928Desta forma, buscando contribuir para redução de fósforo em detergentes em pó,
1929sugiro uma alteração, eu sugiro que a proposta de alteração da Resolução
1930Conama, seja ajustada para indicar uma redução nos limites do teor de fósforo
1931preestabelecido. Outrossim, considerando as atribuições do Ibama de manter e
1932disponibilizar ao público relatório discriminado sobre o cumprimento pelos grupos
1933fabricantes importadores dos limites constantes do Anexo I. Então, essa foi a
1934proposta do Ministério do Meio Ambiente. Quer dizer, ele concorda que fique a
1935Resolução como está, mas ele sugere que talvez essa concentração de fósforo
1936nos detergentes possa ser ajustada. Finalmente nós temos um outro parecer do
1937Ibama, só estou lendo as conclusões, senhores, porque eu acho que não cabe
1938aqui outras considerações. O parecer do Ibama diz o seguinte, que é o § 15:
1939consoante ao apresentado entende-se que a vedação da utilização do fósforo nos
1940detergentes por si só não é um meio eficaz de combate à eutrofização dos
1941recursos hídricos, mesmo porque a redução do volume de importação dos
1942metafosfatos se reflete no percentual da substância na composição dos
1943detergentes. Esse processo de despoluição também da aplicação efetiva da
1944Política Nacional de Resíduos Sólidos impedindo que toneladas de resíduos
1945contaminem os cursos hídricos e da implantação de redes terciárias de
1946saneamento que eliminaria não só o fosfato, como também outras substâncias do
1947efluentes. E finalmente o tem item 16: reitera-se a recomendação do grupo técnico
1948de monitoramento do fósforo de que seja criado um grupo trabalho com o objetivo
1949específico de elaborar diretrizes para a gestão e controle de outras fontes pontuais
1950e difusas responsáveis pela ocorrência de eutrofização utilização no Brasil, com
1951prioridade para mananciais de abastecimento público de água. Critérios mais
1952rigorosos na análise dos projetos de tratamentos de efluentes industriais por parte
1953dos órgãos ambientais, e ampliará a rede do sistema de esgoto de todos os
1954domicílios, são exemplos do que pode ter sido adotado como controle. Então,
1955essa é a opinião aqui do Ibama, sugerindo, então, não se modificar a deliberação
1956normativa, mas a criação de um GT para acompanhamento da questão de fósforo
1957e da concentração de fósforos nos mananciais. Então, o encaminhamento que foi
1958dado. Agora, tem a palavra aqui e depois a Zilda. Está aberta a palavra.

1959

1960

1961**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Só para resumir um pouco
1962mais o resumo que você já colocou, eu entendi que a proposta do Polignano
1963oferece a redução a zero do uso, a proibição do uso no art. 2º da minuta que ele
1964apresentou, a partir da publicação da Resolução não se usa mais nos detergentes
1965em pó. Pronto. Aí tem, eu acho que duas outras leituras que é o parecer aqui
1966assinado pelo grupo, pela equipe técnica do Departamento de Qualidade
1967Ambiental na Indústria, não estou enxergando direito aqui, mas acho que é Otávio
1968Luiz Maior e Alberto da Rocha Neto, no item 2.2 que traz uma leitura não tão
1969restritiva como do Polignano, mas possibilitando reduzir aquilo que a Resolução

1970 trouxe, reduziu com a meta até 2008. Criar um outro patamar de restrição,
1971 avançando nessa diminuição do uso. E a terceira proposta seria essa da criação
1972 do GT, por entender, na manifestação do Ibama, que o item fósforo em detergente
1973 é por demais pontual e pouco significativo no contexto todo que resulta na
1974 eutrofização dos ambientes hídricos, que o GT daí se debruçaria naquilo que tem,
1975 naquilo que se deve trazer, enfim, para uma discussão sobre eutrofização dos
1976 corpos hídricos. Então, no meu entendimento são essas três propostas aí, que
1977 estão colocadas nos documentos.

1978

1979

1980 **SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Três propostas de encaminhamento.

1981 Zilda.

1982

1983

1984 **SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu acompanhei bem a
1985 elaboração da primeira Resolução, a 359/2005, e na época em que ela foi
1986 elaborada os debates versaram, seria interessante reduzir os teores de fósforo,
1987 mas isso não era o problema determinante, não era o efeito causal da eutrofização
1988 dos rios. Nós temos aí algumas falhas no processo de tratamento de esgoto, e
1989 isso seria mais substancial para poder atender. À época eu me lembro que o
1990 setor, que nós instituímos no Ibama um sistema de controle de declaração dos
1991 teores, na época eu lembro que esses teores que foram postados eles
1992 praticamente foram atendidos imediatamente pelo setor industrial. Até depois,
1993 talvez o Wanderley peça a palavra e dê a palavra também ao pessoal que está
1994 aqui. Mas o parecer do Ministério sinaliza para uma possibilidade de redução. Eu
1995 acho que zerar, aí vai pela minha lembrança também, zerar o teor de fósforo for
1996 implica numa mudança de tecnologia que talvez não fosse o mais adequado para
1997 tratarmos agora, até, se fosse a única causa de eutrofização dos rios, o uso do
1998 detergente, mas o detergente vem misturado com o esgoto doméstico, e muitas
1999 vezes o processo do tratamento desse esgoto é que é falho em alguns locais, não
2000 que seja em todos, em alguns locais, quer seja pelo volume, quer seja pela
2001 qualidade desse tratamento. Eu estou repetindo as palavras que eu ouvi naquela
2002 ocasião. Mas permita-me, eu gostaria de talvez, se caso esse grupo, o Manara
2003 listou muito bem quais são as três possibilidades, recusar, aceitar a proposta que
2004 foi feita pelo Polignano, ou fazer o que o Ministério do Meio Ambiente, o DQAM,
2005 está se propondo, que me parece que é uma proposta bem racional, caso isso
2006 seja feito, acho que precisávamos amadurecer isso, e ver se isso realmente
2007 possível, se vai resolver problema ou não. E permita, assim, eu acho que o Ibama
2008 fez um parecer muito interessante, mas me permita discordar porque tratamentos
2009 de efluentes não tem nenhuma ação objetiva na Política de Resíduos Sólidos, ela
2010 tem ação na Política Nacional de Saneamento, não na de Resíduos Sólidos,
2011 então, tem um erro ali conceitual dentro do parecer do Ibama, que eu acho que
2012 passou despercebido aí à chefia, ao técnico, ele tem a ver com a Lei de
2013 Saneamento Ambiental. Até com Resoluções do Conama sobre tratamento de
2014 efluentes e tal, mas a Política de Resíduos Sólidos não trata do esgoto doméstico,
2015 não trata de efluentes, e lixo em rio, ou no mar, ou qualquer curso d'água é

2016proibido pela Lei 12.305, não tem nada a ver com a Política de Resíduos Sólidos
2017esse assunto. Obrigada.

2018

2019

2020 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, eu participei da
2021discussão também dessa Resolução na Câmara Técnica, e me lembro bem do
2022que foi tratado aqui dessa questão da eutrofização, o problema que nós temos
2023hoje de eutrofização de corpos hídricos está fundamentalmente ligado ao não
2024tratamento terciário dos esgotos domésticos, que é a principal fonte de fósforo. O
2025setor se mobilizou, ele reduziu enormemente a quantidade de uso de fósforo,
2026algumas empresas eliminaram, mas nós sabemos que isso não é linear. Eu vou
2027passar a palavra à Patrícia, que representa a Associação Brasileira das Indústrias
2028de Produtos de Limpeza e Afins, que cuida dessa questão de detergentes e
2029sabões, e eu queria que ela nos pautasse um pouco de informações técnicas,
2030para podermos deliberar sobre o tema.

2031

2032

2033 **A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – Boa tarde a todos. Eu participei do grupo. Eu sou
2034Patrícia, sou consultora técnica da Abipla, e sou diretora técnica da Sepea. Então,
2035eu participei no grupo desde 2003, desde o início da discussão em nível federal,
2036depois eu participei do outro grupo, que nós quando terminamos a Resolução teve
2037um artigo que disse que depois de tanto tempo de aplicação nós teríamos que
2038avaliar a eficácia dessa Resolução. Na época minha opinião técnica já era que
2039não íamos conseguir enxergar nada, uma redução, alteração de nível trófico em
2040algum corpo d'água em função da redução do fósforo oriundo de detergente,
2041frente a todas as outras fontes. Por conta de literatura, toda literatura que já
2042tínhamos avaliado no grupo. Os países que conseguiram, que baniram o fósforo
2043no detergente, na década, tudo isso começou na década de 70 mais ou menos,
2044nos Estados Unidos e na Europa, comparando a formulação do produto lá e o
2045nosso aqui em 2003, quando começou o grupo, era completamente diferente,
2046nessa época, primeiro porque a água é diferente, a água era muito mais dura e
2047precisava de mais 'bioder' para reduzir os cátions e ajudar na lavagem. Então,
2048tinha produto que chegava a ter 50% ou mais de STPP, do fósforo no detergente
2049em pó em peso, aqui na época do início do grupo já era 26,5, já era regulado em
205026,5, então partíamos de um produto comparando com esses países, Estados
2051Unidos e países da Europa, que tinha até 50% de fósforo contra o nosso que
2052poderia ter até 26,5. Então, nós já tínhamos menos dentro da formulação. Outro
2053fato importante é o consumo, o consumo, tinham países que chegavam a 12
2054quilos por habitante por mês, eu posso consultar aqui, não, por ano, de
2055detergente, ao passo que aqui os dados da indústria apresentados foram de 3 a 4.
2056Então, nós fizemos simulações, nós utilizamos um modelo matemático que foi
2057utilizado no Projeto Guarapiranga, em São Paulo, então, nós pegamos uma área
2058crítica, que é o Guarapiranga e onde tinha muitos dados, foram feitos muitos
2059estudos, tinha carga fluente de fósforo, medidas por meio de *Calha Parshall*. Nós
2060fizemos por duas vertentes, uma olhando os dados do projeto e outra pegando
2061dados de consumo de STPP que ia para a indústria de detergente, porque

2062 tínhamos na época a Cooperbrás, a produção era nacional do fosfato para o
2063 detergente. Então, de toda produção de STPP, 95% ia para detergentes, então, eu
2064 tinha quantas toneladas eu tinha de fósforo no detergente por ano, por aí eu podia
2065 partir quanto eu ia ter dentro do esgoto. Então, eu tenho quantos gramas de
2066 fósforo por pessoa, por dia, por habitante por dia, fizemos o cálculo para avaliar
2067 quanto eu teria de redução de fosfato se eu banisse o produto. A redução,
2068 considerando um consumo excessivo, até um pouco acima da média, chegava a
2069 18, 19%, e aí jogávamos nesse modelo e simulávamos se eu teria alguma
2070 alteração de nível trófico, ficava assim, muito abaixo do que eu precisaria para
2071 alterar o nível trófico, aí nós fizemos um modelo ao contrário, quanto eu precisaria
2072 de redução para alterar o nível trófico desse ambiente que era o Guarapiranga.
2073 Precisaria de cerca de 76%, o que corrobora a literatura internacional, onde teve
2074 alguma alteração a redução foi de 70 a 90% da de fósforo no corpo d'água, mas
2075 em nenhum caso isso foi conseguido somente com a redução do fósforo em
2076 detergente, foi redução do fósforo em detergente, melhoria nas práticas agrícolas
2077 e tratamento terciário em áreas críticas. É claro que é impossível falar em
2078 tratamento terciário para o País inteiro, mas em áreas críticas onde eu tenho um
2079 ambiente fechado, onde há o manancial de uso para abastecimento, ou seja, só
2080 essa medida, mesmo lá atrás quando eu já tinha um percentual muito maior em
2081 um detergente, ela não seria eficiente. Agora, ela vai ser inócua, reabrir esse
2082 grupo, eu como consultora, eu recebo pela Abipla para vir aqui trabalhar, mas para
2083 mim, comercialmente seria interessante, mas tecnicamente isso para mim não tem
2084 sentido. No momento em que os setores estão focando recursos, onde os
2085 trabalhos estão escassos em todas as áreas, por conta do momento que estamos
2086 vivendo, eu acho que é um dispêndio de dinheiro e tempo desnecessário. A
2087 proposta que o parecer do Ibama coloca, que reitera o que nós colocamos no final
2088 do grupo, eu acho que é o caminho, é você olhar de uma forma integrada para
2089 todas as fontes, e todas as fontes mesmo. Aí tem um trabalho que citamos nesse
2090 relatório de 2010 que é do Brasil das Águas do Tindisi, onde ele divide o Brasil em
2091 regiões hidrográficas e você vê que em cada região o problema é um, claro que
2092 nos grandes centros urbanos o principal problema é o esgoto, mas vai ter local
2093 que o problema são animais, fezes de animais que vão para o corpo d'água, tem
2094 local que aí os animais adentram o corpo d'água que é raso, remobilizam o fósforo
2095 do sedimento. Então, cada local é muito específico, o Brasil é muito heterogêneo,
2096 não é uma medida única que vai resolver o nosso problema. Eu acho que um
2097 Grupo de Trabalho com foco em uma não, em todas as medidas, e diferentes por
2098 região específica em cada caso, seria o ponto fundamental. Acho que a indústria
2099 contribuiu sim, tem um outro fato importante, de lá para cá o consumo de STPP
2100 caiu absurdamente, um outro fato é que a indústria que produzia esse produto
2101 fechou, e acontece conosco hoje o que aconteceu com os Estados Unidos e
2102 Europa, estados Unidos não banuiu em todos os Estados, Europa não banuiu em
2103 todos os países, só que para a indústria fica muito mais caro manter duas rotas de
2104 produção. Então, nos Estados Unidos você não vai manter uma produzindo para
2105 um estado com fósforo, outra sem fósforo, então, se você banuiu em um, ou
2106 reduziu muito em um, você acaba banindo em todos, assim como aconteceu na
2107 Europa. Quando fecha uma indústria que produz o produto nacional e você só

2108pode importar, isso fica mais caro, então isso já fez com que reduzisse mais do
2109que o proposto na Resolução, por uma questão econômica, você não vai manter
2110duas rotas. Por outro lado as microempresas, e as pequenas empresas continuam
2111usando fosfato, e aí seria a quebra desse setor. Porque é muito complicado mudar
2112a rota produtiva. Bom, eu acho que é isso, se alguém tiver alguma dúvida.

2113

2114

2115**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Patrícia, com relação aos
2116dados, enfim, eu gostaria de saber nesse percentual da evolução aí para
2117atendimento da própria Resolução, o segmento hoje ele está dividido em quantos
2118por cento daqueles que erradicaram, aboliram o uso para esses que você aponta
2119como os pequenos produtores, que eventualmente quebrariam aí para uma
2120mudança tecnológica? Uma outra coisa é que me parece que o uso ou não uso do
2121fósforo ele não representa mais um desafio tecnológico, porque vários já
2122erradicaram, lançam produtos que não utilizam fósforo nesse mercado de
2123detergente em pó. Então, existem alternativas e creio que essa alternativa é viável
2124para a prateleira do supermercado que têm empresas que estão aí, enfim, estão
2125participando ativamente do mercado atendendo a esse desafio. Então, gostaria de
2126saber como que a Associação vê isso. E também aí já no sentido geral para todos
2127os colegas e conselheiros, gostaria de ouvir, eu acho que é importante nesse
2128processo, que hoje tem um segmento da química verde que está em crescimento
2129no País, eu acho que trazer representantes dessa outra ala da química verde para
2130também opinar e participar dessa discussão, seria enriquecedor para que
2131pudéssemos ter uma visão melhor e mais profundo do que é a opção para o
2132produtor se utilizar ou não esse tipo de produto.

2133

2134

2135**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Manara, essas práticas de
2136química verde são práticas que as Nações Unidas têm levado aí à frente em
2137alguns setores, no Brasil eu sei que CNI apoia projetos nessa área, ela diz
2138respeito a alguns setores da indústria química, não a todos de uma maneira geral,
2139quer dizer, ela não é uma solução ainda para tudo. Então, pega o setor, trabalha
2140aquele setor para reduzir periculosidade em determinados produtos que são
2141comercializados, mas por setores, não é uma coisa ainda generalista. Eu conheço,
2142já vi uma apresentação, eu conheço as pessoas que trabalhavam com isso já
2143estiveram no Ministério, conversaram não só com o Departamento de Ambiente
2144Urbano que eu estou à frente, como com a Leticia, no Departamento de Qualidade
2145Ambiental, que ela que cuida da parte de substâncias químicas, mas ainda são
2146algumas propostas setorializadas, eu acho que elas não resolveriam o nosso
2147problema nesse primeiro momento. Eu queria só fazer só mais um comentário,
2148aproveitar que eu tomei a palavra e fazer mais um comentário, e dizer o seguinte,
2149eu me preocupo um pouco quando nós elaboramos por Resolução algo, essa
2150Resolução diz o seguinte, ela propõe uma redução dos teores de fósforo e coloca
2151isso como declaratório dentro do Cadastro Técnico Federal, e aí quem tem que
2152controlar a indústria não seria, o Ibama controla a informação que chega, mas o
2153Ibama não licencia aquela indústria e nem emite nenhum tipo de autorização, de

2154licença para aquele detergente que está sendo produzido. Quer dizer, os
2155exemplos que tiveram êxito, que nós temos, de se controlar alguma coisa dentro
2156de produto foram exemplos dados por Lei, não por Resolução do Conama. Nós
2157também tivemos isso com pilhas e baterias, que dava lá os teores, nós pedíamos
2158laudo, era todo ano lembrando que a empresa tem que apresentar o laudo e tudo
2159mais. Eu me preocupo um pouco com a parte, nós vimos falando isso desde o
2160início da reunião, com a parte de monitoramento em si da aplicabilidade da
2161Resolução, como é que isso vai ser feito. Eu não imagino que o Ibama... O Ibama
2162não tem essa atribuição pela Lei Complementar 140, ele pode receber as
2163informações porque ele é gerente do Cadastro Técnico Federal, mas quem que
2164teria que fiscalizar isso seriam os Estados, e talvez até Municípios, mas a maioria
2165seriam Governos Estaduais. Eu acho que isso aí também é uma coisa que temos
2166que avaliar como que esse monitoramento vai ser feito depois.

2167

2168

2169**A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – Respondendo à pergunta; foi a primeira pergunta
2170que eu fiz para a presidente da Abipla, porque esse tipo de informação, eu como
2171técnica não tenho. Eu falei: você teria a informação e qual é o percentual, se é a
2172maioria média que já não usa mais ou que usa muito pouco. Ela me disse que ela
2173não tem, que essa informação é sigilosa, na verdade o próprio Ibama pode me
2174corrigir, mas eu acho que recebe, pelo menos no grupo quando recebemos era
2175indústria A, B, C, não era divulgado quanto cada uma estava usando. Eu acho que
2176essa informação também não é... Quando discutimos isso no grupo.

2177

2178

2179**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Deixa-me responder. As informações
2180eram para grupos empresariais, da forma, acho, que como está na Resolução, e o
2181grupo era um primeiro GMP, primeira experiência do GMP da resolução, ele teve
2182então uma proposta para avaliar após implementação, após 5 anos a eficácia
2183daquela resolução, e até então, o grupo não se reuniu mais. Então assim,
2184entregou-se o trabalho ao Conama, apresentou-se ele em Plenária, e grupo até
2185então não se reuniu mais. Os fatores que foram discutidos lá e concluídos eram
2186justamente, reduziu, houve uma redução de uso de fósforo em detergentes, mas
2187não é possível fazer esse link com a eutrofização ou melhora da qualidade da
2188água nos locais analisados. No Ibama então tem as porcentagens usadas por
2189produtos e é feita uma conta de grupo empresarial, então assim, ficou muito claro
2190também que a meta, se não me engano, vou falar aqui os valores de cabeça,
2191iniciou-se em 3,5%, encerrou-se em 2,2. O mais alto teor que tinha na época,
2192inclusive da realização do relatório era de 1,65%. Então, um grupo usava em
2193todas as suas marcas 1,65% do total, na média de fósforo nos produtos. Então,
2194ficou nesse impasse, restringiu-se, já está cumprido, o que fazer.

2195

2196

2197**A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – Dentro desse 1,65 pode ter então produtos com
2198nada, essa que é a questão, e abrir dessa forma não temos essa... O que foi me
2199passado pela Abipla é que as pequenas, os pequenos produtores é que continuam

2200utilizando, e por isso que o impacto econômico seria... Porque ia mudar a
2201produção mesmo, os que já mudaram, não, de fato. E é isso. E agora, aí como
2202técnica, o que eu acho que não tem sentido é que nós não teríamos resultado, nós
2203não enxergaríamos resultado algum com essa redução, por conta de todo outro rol
2204de contribuintes.

2205

2206

2207**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Obrigado, patrícia. Eu só
2208discordo dessa última observação, porque eu entendo assim, como você
2209mencionou, que é uma medida inócua, que não iria resolver o problema do
2210saneamento. Eu concordo com isso, mas nós não estamos buscando aqui numa
2211Resolução dar um *lppon* no saneamento, no problema do saneamento, porque
2212senão toda e qualquer sugestão vai ser analisada do ponto de vista pontual, falar
2213isso não adianta porque tem todo o resto, e nós nunca atingiremos o todo o resto
2214porque deixamos de observar aquilo que estava ao nosso alcance de tomar
2215medidas já efetivas, que já estão sendo tomadas pelo segmento, porque eu
2216gostaria sim de conhecer qual é o percentual disso, do que se alega, empresas
2217vão quebrar, porque isso é um discurso meio, é uma vala comum daqueles que
2218são refratários a adotar tecnologias, inovações tecnológicas menos poluentes, e
2219tudo mais e que vai ter uma quebradeira geral, vão ser 100.000 desempregos,
2220mas isso tem que ser apresentado para nós em termos de números para que
2221tenhamos consciência desse mercado até mesmo para em determinado momento
2222optar por se não uma proposta de uma ruptura já imediata, como trazida na
2223minuta, a partir da publicação não se usa mais, até para entender-se um período
2224em que essas pequenas empresa possam, como foi feita na Resolução original,
2225de 2005 a 2008 apresentassem uma redução. Então, eu acho eu acho que seria
2226contraproducente nós buscarmos sempre aquilo que vai de uma maneira única de
2227resolver o problema do saneamento, isso nós não vamos encontrar nunca. Agora,
2228não sou químico, não sou da área, mas creio que seja fato incontestável que se
2229não tiver esse componente nos detergentes vai ser uma contribuição à qualidade
2230dos recursos hídricos. Isso creio que não está em discussão isso, dizer que o uso
2231desse insumo não afeta nada os recursos hídricos. Eu acho que nós temos que
2232partir dessa análise, porque senão nós vamos estar sempre deixando de fazer o
2233passo um, dois, e três, para já chegarmos no passo 100 com uma Resolução que
2234é impraticável. Mas só para também concluir essa colocação, a questão trazida
2235pela Zilda sobre a química verde, eu tomei o cuidado de entrar em contato, eu vi
2236em um programa de premiação de empresas aí da Fundação Getúlio Vargas, eles
2237premiaram uma empresa de química ver, e eu entrei em contato com eles para
2238saber a linha de produtos, coloquei essa discussão de hoje, e eles me retornaram
2239dizendo que eles estão sim nesse mercado, não usam nada de fósforo, nada, e
2240que isso já é uma realidade inclusive em termos competitivos. O produto deles sai
2241igual ou mais barato em prateleira de supermercados, dentro da linha verde.
2242Então, não é uma coisa ainda incipiente, filosófica, ou uma tendência de mercado,
2243pelo que eu entendi já existem empresas e já estão em prateleiras e
2244supermercados exercitando isso em nome dessa química verde. Por isso que eu
2245coloquei essa possibilidade de ouvi-los também.

2246

2247

2248O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR

2249**(Ibama)** – Bom gente, eu acho o seguinte, essa discussão é bastante antiga
2250dentro do Conama já, já tem algum tempo desde a origem da primeira Resolução,
2251que agora está sendo proposta a revogação dela em troca dessa outra, e eu acho
2252que nós temos que tomar uma decisão hoje, ou nós aceitamos a revisão da
2253Resolução, a proposta de revisão, e em aceitando a proposta vamos criar um
2254Grupo de Trabalho para discutir. Ou então nós rejeitamos a proposta de
2255Resolução, e a discussão acaba aqui. Eu quero lembrar só o seguinte, nós
2256estamos pensando aí na questão de custo, do ponto de vista do custo da indústria,
2257etc., e aí fazer essa relação entre o custo da indústria em buscar um substituto, e
2258o benefício nesse negócio. Agora, eu quero lembrar que tem um outro custo aí,
2259que é o custo do Estado monitorar esse negócio. Então, do ponto de vista de
2260custo nós temos que colocar esse custo aí também, porque nós ficamos
2261controlando sabão em pó, teor de fósforo em sabão em pó, quando nós sabemos
2262que as fontes de fósforo na agricultura, do esgoto doméstico são imensamente
2263maiores do que essa, eu como gestor ambiental colocaria as minhas fichas em
2264outro lugar, eu não ia gastar um tostão monitorando, ou então nós fazemos uma
2265Resolução que diz assim, o teor de fósforo é esse, pronto, acabou, a indústria é
2266responsável, se não cumprir, pau na indústria, eu não vou fiscalizar ninguém, eu
2267não vou ficar recebendo relatório de produção para saber se tem fósforo ou não, e
2268divulgando, não sei o que lá, esse custo não quero, já digo aqui como Ibama. Isso
2269nós já tivemos de 2005 a 2008 se mostrou extremamente oneroso e muito pouco
2270produtivo. Então, não dá, nós ficamos, não, nós temos recursos escassos
2271também, manara, nós temos que escolher onde que vamos colocar as nossas
2272fichas, quer dizer, eu ficar controlando fósforo e sabão em pó, não, eu quero
2273controlar no efluente doméstico, no efluente industrial.

2274

2275

2276O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap) – Como que foi feito com a
2277Resolução 2005? Tinha que controlar ainda mais, aí são níveis...

2278

2279

2280O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR

2281**(Ibama)** – Eu estou criticando isso, estou criticando aquela, não essa, até porque
2282se vier essa discussão, essa discussão estará no grupo de trabalho, como vai se
2283controlar, quem vai controlar, como vai fazer e etc. Eu acho que a discussão de
2284fundo é essa que vocês estão colocando, quer dizer, vale à pena reduzir ainda
2285mais o fósforo, reduzir a zero o teor do fósforo em detergentes, frente ao custo e
2286ao benefício que decorre dessa medida? O benefício ambiental, e o custo, mas eu
2287só quis chamar a atenção aqui que o custo não é só o custo eventualmente social
2288da indústria, de se empregar, de mudar a linha de produção, etc., ou tornar o
2289produto mais caro, tem o custo de controle do Estado que é um custo alto e nós
2290estamos falando de recursos escassos também nessa área, cada vez mais
2291escasso, diga-se de passagem, e nós que trabalhamos em órgão de controle

2292sabemos o custo disso. Complicado. Desenvolve sistema, coloca sistema, gera
2293relatório, coloca relatório. É um negócio, e a efetividade, foi isso que nos mostrou
2294o grupo de 2005 a 2008, efetividade quase zero, nós estamos controlando um teor
2295que já estava sendo atendido pela indústria, e o resultado ambiental não se fez
2296notar. Se alguém me mostrar aqui reduziu eutrofização de 2005 a 2008, só
2297aumentou, nós sabemos disso, temos os dados de monitoramento, só aumentou.
2298Então, por que aumentou? Aí vem essa história que eu estou dizendo, nós temos
2299que enxergar onde é que nós colocamos as fichas do controle, onde é que com
2300menos custos eu obtenho um maior benefício. É um raciocínio muito pragmático
2301meu, mas eu acho que é necessário que tenhamos esse pragmatismo para atuar
2302na área ambiental, porque senão eu fico fazendo lá economia de fósforo e está
2303passando um caminhão de pólvora do outro lado.

2304

2305

2306**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, colaborando com o que
2307foi falado aqui, e tentando responder algumas coisas que o Marcelo Manara
2308colocou. Marcelo, eu sou engenheiro químico, então, conheço um pouco da
2309questão da indústria, e a indústria verde, principalmente que se fala da famosa
2310química verde, no Brasil está muito voltada à questão da substituição de derivados
2311de combustíveis fósseis por produtos renováveis, um exemplo que você conhece
2312bem é o plástico verde, de uma empresa que é brasileira, que tem o domínio da
2313tecnologia no mundo, e para tristeza nossa, e na área isso é mais forte, a questão
2314da política do preço do petróleo está meio que quebrando todos os setores, a
2315única que vai se manter nisso, porque se tornou uma questão de negócio é essa
2316empresa que eu citei aqui, posso dar o nome, se vocês quiserem, mas eu tenho
2317essa informação. Mas, na questão de fundo que nós estamos discutindo aqui, eu
2318acho que temos que tomar realmente uma posição, eu particularmente acho que
2319nós temos que tomar posições que sejam efetivas do ponto de vista ambiental, a
2320questão da eutrofização não é marcadamente mais o plano de fósforo, foi no
2321passado, fósforo em detergente, foi no passado, hoje as fontes são outras. Eu fico
2322muito, como representante da indústria, eu fico muito temeroso em tomar uma
2323indecisão aqui que prejudique os pequenos. Que são nitidamente aqueles que
2324mais se empregam no País. Então, eu basicamente não tomaria uma decisão
2325dessas, a não ser que você conseguisse responder para mim, uma informação
2326que eu não tenho, do impacto disso. Eu acho que da maneira que foi colocado eu
2327acho que o que nós poderíamos estar fazendo, Márcio, é deliberar se vai ou não
2328haver continuidade, e havendo continuidade se discute como fazer isso. Eu acho
2329que é mais por aí, para não ficarmos divagando também tanto, porque temos que
2330tomar uma decisão a respeito disso, eu estou bastante tranquilo, no
2331posicionamento que a CNI vai tomar em relação ao tema, sobre a questão da
2332efetividade. Então, a redução que foi feita em termo de uso de fósforo foi uma
2333coisa gigantesca, nós reduzimos muito, mas eu não posso tomar uma decisão de
2334banir e fechar um setor que eu sequer tenho a informação, mas eu tenho certeza
2335que vai vir impacto econômico e desemprego, uma situação bastante difícil que
2336nós vivemos hoje, é conjuntural, mas é algo importante.

2337

2338

2339**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2340**(Ibama)** – Vejam bem, eu não quero, como aconteceu pela manhã, a ideia é
2341conduzir no sentido de que nós não, aqui não é o Grupo de Trabalho, nós vamos
2342criar o Grupo de Trabalho, ou não, mas em criando o Grupo de Trabalho, todo
2343esse aprofundamento necessário será no Grupo de Trabalho. Se nós
2344entendermos que não vale a pena nem criar o Grupo de Trabalho, nem criamos o
2345Grupo de Trabalho, e essa é a decisão primeira que nós temos que tomar, ou nós
2346aceitamos a Resolução, e em aceitando a Resolução, eu vou defender, já antecipo
2347a minha defesa, em aceitando a Resolução, que se crie um Grupo de Trabalho
2348para aprofundar isso. Em não aceitando a Resolução o assunto fica fora de pauta.

2349

2350

2351**A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – Só uma informação que eu acho que é importante,
2352quando começou a discussão em 2003, começou a discussão do Grupo de
2353Trabalho, o dado de consumo de STPP era de cerca de 110.000 toneladas/ano,
2354de 90 a 95% disso ia para a produção de detergente. Hoje o dato é de 5.000
2355toneladas/ano, só para ter ideia do foco, onde eu vou apostar, onde vou jogar
2356minhas fichas. Então, eu estou falando, é claro que a indústria já foi se
2357mobilizando, quando começou a controlar a indústria não vai ficar esperando de
2358braços cruzados para depois não conseguir cumprir. Então, isso é um dado
2359importante. Caiu importante muito o consumo, nesses 5.000 isso inclui o uso não
2360doméstico, porque essa Resolução ela regulamenta o uso doméstico, aqui está
2361incluído o uso profissional, onde não é possível retirar o STPP. Só isso.

2362

2363

2364**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Eu estou entendendo que
2365nós temos algumas questões importantes não respondidas. Essa é uma delas, eu
2366vejo, por exemplo, dados controversos, eu acho excelente essa redução que a
2367Patrícia acabou de falar, demonstra bem a iniciativa, a proatividade da indústria
2368em termos da resposta aquilo que foi determinado na Resolução vigente. Então,
2369eu vejo que 5.000 toneladas/ano, num universo que era 100.000, essas passo
23705.000 toneladas elas iriam repercutir no fechamento de quantas empresas e
2371quantos postos do trabalho dentro desse argumento. Se o uso é tão pouco,
2372comparado, 5% do que se utilizava antes, esse 5% alimentam 50% do setor? São
2373questões não respondidas que eu acho que são importantes para esse cenário,
2374para corroborar ou não os argumentos utilizados. Outros pontos dizem respeito a
2375essa realidade do mercado, um mercado que pôde se adaptar de uma forma
2376rápida, então, há tecnologias, há ofertas de sistemas alternativos já em prática,
2377que demonstram que as empresas se sustentaram modificando um insumo.
2378Então, é outro ponto importante nesse contexto. E também concordo, a questão
2379da efetividade se traduzir numa, se rumar a discussão para não discutir mais
2380detergente em pó para discussão da eutrofização, eu acho que é uma das
2381demandas aí que nós temos que analisar para efeito da votação hoje, do que vai
2382se deliberar hoje.

2383

2384

2385 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2386 **(Ibama)** – Só esclarecendo, teor de fósforo em efluentes já está regrado pelo

2387 Conama. Bom, vamos lá.

2388

2389

2390 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Estou falando de controle da

2391 fonte em uma das fontes.

2392

2393

2394 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2395 **(Ibama)** – Você está falando da indústria.

2396

2397

2398 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Por exemplo, caso nós votemos

2399 pela formação do Grupo de Trabalho, a proposta que o Ministério do Meio

2400 Ambiente fez de ao invés de eliminar o teor de fósforo se trabalhar para uma

2401 redução dos teores atuais é possível? Eu estou imaginando, Ana, que é uma coisa

2402 assim, digamos que votemos favoravelmente à criação do Grupo de Trabalho, que

2403 lá no Grupo de Trabalho com os debates, apresentações, nós chegemos à

2404 conclusão de que é impraticável ser zero, e aí se busque reduzir os teores que

2405 estão na Resolução atual para teores mais baixos. Aí eu preciso fazer uma

2406 apresentação de uma proposta? Eu não tenho esses números agora. Ou num

2407 Grupo de Trabalho isso pode ser deliberado?

2408

2409

2410 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2411 **(Ibama)** – Eu acho que pode, eu acho que uma vez proposta a revisão da

2412 Resolução, que é isso que está em discussão, tem um texto base, o Grupo de

2413 Trabalho vai trabalhar em cima do texto base e pode alterar, não vejo problema

2414 ninguém. Inclusive naqueles aspectos que eu coloquei que certamente o Ibama

2415 vai brigar, que é a questão do controle.

2416

2417

2418 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Mas aí a decisão por essa

2419 nova visão é no Grupo de Trabalho.

2420

2421

2422 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2423 **(Ibama)** – O Grupo de Trabalho propõe e quem decide é a Câmara.

2424

2425

2426 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Tudo bem, mas eu digo o

2427 seguinte, vai se criar, o que eu estou pensando é o seguinte, tem uma proposta de

2428 revisão que vai em um sentido, já vai criar um Grupo de Trabalho mudando

2429 totalmente essa proposta já? Eu acho que não, eu acho que aí se trabalha na

2430 proposta que está dentro do Grupo de Trabalho e aí na decisão, ao longo das
2431 discussões traz para a Câmara Técnica.

2432

2433

2434 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2435 **(Ibama)** – Nada de novo, é a forma como o Conama sempre trabalhou, quer dizer,
2436 se entendermos que precisa criar um Grupo de Trabalho, cria-se esse Grupo de
2437 Trabalho, o Grupo de Trabalho inicia pelo texto base dado ao Grupo de Trabalho,
2438 são todas as Resoluções que nós fizemos aqui, e discute em cima. Chega uma
2439 proposta de preferência de consenso do Grupo de Trabalho, traz para a Câmara
2440 Técnica, a Câmara Técnica debate em cima daquela proposta, e ela que delibera,
2441 o Grupo de Trabalho não vota. Só para esclarecer para quem não conhece a
2442 sistemática do Conama. Depois disso ele para a Câmara Jurídica e depois vai
2443 para a plenária do Conama. Então, não é... E em todas essas instâncias pode ser
2444 novamente mudado o texto, inclusive completamente mudado o texto. Então, nada
2445 disso, pode chegar lá no plenária e depois de todo esse processo alguém dizer:
2446 não, eu quero zero. E volta para o zero, e pronto. Então, o processo é bem
2447 dinâmico nesse aspecto. Só para deixar claro o rito e não ter dúvida em relação a
2448 isso. Então, o que iríamos deliberar agora, é cria-se ou não o Grupo de Trabalho,
2449 aceita-se, melhor dizendo, aceita-se a proposta de revisão da Resolução ou não.
2450 Essa é a decisão que nós temos que tomar, se aceitamos a proposta de revisão
2451 da Resolução ou não.

2452

2453

2454 **A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

2455 – Uma pergunta seria com relação ao escopo do Grupo de Trabalho, porque só
2456 lembrando que já foi feito um Grupo de Trabalho sobre esse assunto?

2457

2458

2459 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2460 **(Ibama)** – Não. Não foi. Vamos só entender, que eu vou tentar explicar para deixar
2461 claro, esse assunto foi trazido ao Conama em 2005, 4, 3, sei lá, e foi criado um
2462 Grupo de Trabalho, foi criada uma Resolução, e a Resolução entrou em vigor, e
2463 vigorou até 2008, com todo um sistema de controle acompanhando o que era
2464 gerado de fósforo, e etc. Lá em 2008 concluiu-se, fez-se o relatório final, que não
2465 é o Grupo de Trabalho, é o relatório de acompanhamento do cumprimento da
2466 implementação da Resolução. Isso foi submetido, como o Gilberto lembrou, à
2467 plenária do Conama, e não houve maiores manifestações e o assunto ficou em
2468 *standby* não tinha novo rumo a tomar, o entendo dominante grupo é de que a
2469 missão tinha sido cumprida, tinha sido reduzido o teor de fósforo a níveis inclusive
2470 menores do que a Resolução propunha, e, portanto, o assunto tinha se encerrado,
2471 digamos assim. No ano passado foi apresentado ao Cipam, no Conama, essa
2472 proposta que é uma proposta de alteração daquela Resolução que está lá,
2473 trazendo os teores de fósforo a zero e estabelecendo esses sistema de controle,
2474 uma Resolução bem simples. Essa Resolução deu entrada, passou pelo Cipam, e
2475 veio à Câmara Técnica, chegou aqui na Câmara Técnica para nós deliberarmos

2476se ela faz sentido ou não faz. Não sei se está tudo claro, podemos colocar em
2477votação? Se alguém mais quiser se manifestar, tranquilo, mas eu gostaria também
2478de não ficarmos aqui discutindo o tema e discutir as medidas.

2479

2480

2481**O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Eu queria fazer uma pergunta à Patrícia,
2482houve alguma extrapolação desse estudo para um ambiente lêntico? Para um
2483rio...?

2484

2485

2486**A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – Não. Nós fizemos para esse ambiente porque, na
2487verdade, teve um projeto em São Paulo, que era o Projeto Guarapiranga, aí
2488tinham muitos dados, veio um pesquisador internacional. Então, tínhamos muitos
2489dados para esse ambiente, não foi extrapolado para um rio. E outra coisa, nós
2490utilizamos um ambiente crítico, mais que crítico do o que rio você trabalhar com
2491uma represa, é muito mais crítico, é muito pior, é lêntico.

2492

2493

2494**O SR. BERNARDO SOUTO (CNC)** – Existe algum segmento que não pode abrir
2495mão do fósforo? No detergente, no uso não doméstico?

2496

2497

2498**A SR^a. PATRÍCIA (Abipla)** – O uso não doméstico, dentro do uso não doméstico,
2499que você fala? A questão que não pode é complicado, o eu digo é o seguinte, de
2500novo, não é, qualquer ação é bem-vinda, é, mas é claro que para tomar uma
2501decisão nós temos que olhar todos os pontos. Em uma avaliação e impacto você
2502tem que olhar todos os pontos. E aí seriam os menores, seriam os que teriam
2503mais dificuldades porque ia mudar a produção. É isso.

2504

2505

2506**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2507**(Ibama)** – Só para também esclarecer, o que está se discutindo é: nós temos
2508problemas sérios no País de eutrofização, talvez o País seja daqueles que um dos
2509maiores problemas que nós temos do ponto de vista de recursos hídricos. A
2510questão é quais são as fontes desse fósforo? As fontes são detergente, esgoto
2511doméstico, matéria orgânica em decomposição, matéria orgânica em
2512decomposição, aí entende-se toda a matéria orgânica que podemos imaginar,
2513desde cemitérios, passando por animais, folhas, etc. Resíduos sólidos,
2514domésticos, fonte de fósforo importante, agricultura, porque usa isso como insumo
2515para fertilização, é outra grande fonte de fósforo no País, dos estudos que se tem
2516de recursos hídricos a conclusão é de que as maiores fontes são de fato a
2517agricultura e o esgoto doméstico, o esgoto doméstico entendido ou não como
2518esgoto... O esgoto sanitário, digamos assim, os sistemas urbanos que liberam
2519isso, e aí as fontes são industriais, domésticas, hospitalares, e tudo que tem numa
2520cidade, inclusive as indústrias de fertilizantes que também lançam seu efluentes
2521na rede urbana. Então, essa é a situação e o que nós estamos discutindo aqui é:

2522nós temos sistemas de controle em todas essas fontes, e o controle sobre o sabão
2523em pó está nesse pé que foi relatado aqui, a questão é avança-se nisso, ou não
2524avança-se nesse controle dessa fonte especificamente, nós não estamos aqui
2525tratando das outras fontes.

2526

2527

2528**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Márcio, só para esclarecer, existe nos
2529pareceres, principalmente no parecer do Ibama, uma contrariedade cujo escopo
2530da Resolução vem a ser debatido, enquanto nós estamos apontando para
2531trabalhar com fontes de eutrofização, nós já demos como: olha, a questão do
2532fósforo em detergentes, as empresas já atingiram um percentual baixíssimo
2533percentual de conteúdo que fósforo em todos os seus produtos, o que o grupo em
2534si, caso criado, vai ter de material para debate. Um ponto é falar a redução, mas e
2535os outros? O que nós vamos ter que entregar para a Câmara Técnica.

2536

2537

2538**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2539**(Ibama)** – Os outros não estão em discussão, a Resolução trata única e
2540exclusivamente de teor de fósforo em detergente, não trata de remoção de fósforo
2541no ambiente urbano. Então, não estão em discussão os outros pontos, não estão,
2542a única coisa que está em discussão é: vale a pena nós irmos além do que nós já
2543temos hoje, em termos de teor de fósforo em sabão em pó com vistas à proteção
2544e eutrofização. É isso que está em discussão. Nós não estamos aqui para o
2545resolver o problema do mundo, até gostaria, mas não estamos. É só esse
2546problema especificamente.

2547

2548

2549**O SR. GILBERTO WENERCK (Ibama)** – Então, nesse caso os posicionamentos
2550já foram dados.

2551

2552

2553**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2554**(Ibama)** – Já foram dados, o que nós temos que decidir agora é no conjunto da
2555Câmara se nós vamos dar segmento a essa proposta ou não. Está claro? Alguém
2556mais quer se manifestar? Podemos votar? Então, vamos começar pelo Antônio, do
2557Ministério da Saúde.

2558

2559

2560**O SR. ANTÔNIO LEOPOLDO NOGUEIRA NETO (MS)** – Na verdade é a minha
2561primeira participação nessa Câmara, apesar de já estar acompanhando o Conama
2562desde o ano passado, infelizmente nós não temos um histórico dessa discussão,
2563então às vezes fica bastante difícil nos posicionarmos. De modo geral pelas
2564questões que já foram levantadas e pela perspectiva de já ter havido a diminuição,
2565mas também pela possibilidade de, vamos dizer assim, de avançarmos naquilo
2566que se pode avançar, eu acho que nós somos a favor de avançar nessa discussão

2567até para poder nos apropriar melhor do assunto e termos maiores esclarecimentos
2568no âmbito de um Grupo de Trabalho.

2569

2570

2571**A SR^a. LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE (Governo de São Paulo)**

2572– Sou contrária ao prosseguimento de alteração da Resolução.

2573

2574

2575**O SR. DIOGO SOARES DE MELO FRANCO (Governo de Minas Gerais) –**

2576Contrário ao prosseguimento.

2577

2578

2579**A SR^a. EVA MÁRCIA CARNEIRO DE SOUZA (Anamma Centro-Oeste) –** Eu sou

2580a favor de aprofundar nesse assunto.

2581

2582

2583**O SR. WISLEM RICARDO ALVES CAVALCANTE (Anamma Centro-Oeste) –**

2584Da mesma forma da minha colega da Anamma, também sou a favor, também

2585acompanhando o colega ali, porque sou estreante na Câmara Técnica e gostaria

2586de aprofundar mais no assunto.

2587

2588

2589**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** CNI é contrária ao

2590prosseguimento da discussão do assunto.

2591

2592

2593**O SR. BERNARDO SOUTO (CNC) –** Eu também entendo que quem leva a

2594proposta tem que trazer no mínimo elementos que condizem com a realidade,

2595existem aqui documentação e literatura mostrando que a redução foi mais de 95%,

2596e que não vai surtir efeito, não vai tirar o ambiente do ponto de equilíbrio dele, não

2597vai eutrofizar. Então, eu acho que vamos gastar um tempo muito grande para

2598batermos num ponto que às vezes não vai ser efetivo para a qualidade ambiental.

2599Então, nós somos contrários.

2600

2601

2602**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap) –** Sou totalmente a favorável,

2603e só para justificar o meu voto, favorável ao prosseguimento no GT, nós estamos

2604diante da maior crise hídrica, o volume de água armazenado aumentou a

2605concentração de todos os poluentes, a questão da eutrofização é assunto de

2606extrema importância, o saneamento é assunto hoje, esse ano, no ano da CNBB,

2607Pastoral, o saneamento é uma questão essencial que sempre foi renegada a

2608posteriori, sempre foi deixada para trás, e hoje com reflexos gravíssimos para toda

2609a sociedade. Embora concorde que seja uma questão pontual dentro de um

2610universo de buscas aí que temos pela frente, nós precisamos dar um passo de

2611cada vez, se isso hoje é o que se anuncia para nós abraçarmos e resolvermos

2612esse problema, vamos em frente.

2613

2614

2615 **A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Agradecer a Patrícia, foi realmente
2616 esclarecedor, eu acho que saímos daqui com muito mais informação do que
2617 chegamos, isso foi muito importante. É uma proposta da sociedade civil, é uma
2618 proposta de Minas Gerais, eu sou à favor da formação do GT.

2619

2620

2621 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2622 **(Ibama)** – Então, eu naturalmente eu acompanho o voto do Ibama que é contrário
2623 à criação do GT. Como ficamos? 5 a 5? Então, agora eu tenho que dar o voto de
2624 minerva, esse é o voto que mais me enerva, mas naturalmente nessa condição eu
2625 acho que nós temos que criar o Grupo de Trabalho, não temos outra saída. Mas
2626 eu gostaria de salientar o seguinte, a minha origem é o saneamento, e eu tenho o
2627 maior apreço por essa área, agora justamente por isso eu sou contrário à criação
2628 do Grupo, justamente porque isso é absolutamente inútil, nós temos que colocar
2629 as fichas é no saneamento e não no sabão em pó, mas, enfim, não vamos
2630 também criar na Câmara esse desconforto de ficarmos no 4 a 4, essa situação de
2631 voto de minerva... 5 a 5, 4 a 4, 3 a 3, é empate igual. Melhor do que 7 a 1. Eu acho
2632 que não dá para ficarmos também, na dúvida, como diz a plaquinha de trânsito, na
2633 dúvida não ultrapasse. Então, vamos criar o Grupo de Trabalho, só que eu espero
2634 que as pessoas agora participem do Grupo de Trabalho, porque também criamos
2635 o Grupo de Trabalho e depois como ficou no outro Grupo. Então, nós temos que
2636 escolher um coordenador do Grupo de Trabalho. Eu estou entendendo que todos
2637 concordam com a criação do Grupo de Trabalho, nós temos duas opções, só
2638 lembrando aos novos na Câmara Técnica, existe a possibilidade de não criamos
2639 Grupo de Trabalho e fazemos a discussão no âmbito da Câmara, fizemos isso no
2640 passado várias vezes, quando entendemos que normalmente o critério para essa
2641 tomada de decisão, cria Grupo de Trabalho ou não cria Grupo de Trabalho,
2642 porque só também, vou falar aqui, chover no molhado para aqueles que são mais
2643 antigos, mas para os novos é importante entender, a diferença entre o Grupo de
2644 Trabalho e a Câmara Técnica, primeiro já comentei, Grupo de Trabalho não vota,
2645 ele só trabalha levanta, o conhecimento e apresenta uma proposta para a
2646 Câmara, ele é aberto, ele não tem essa regra que nós temos aqui de
2647 representatividade, qualquer pessoa pode participar do Grupo de Trabalho, é
2648 franqueada a participação nele. Os Grupos de Trabalho do Conama têm um
2649 problema que é o problema do custeio para a participação, não existe essa
2650 possibilidade de custeio. Então, nos Grupos de Trabalho o que normalmente
2651 acontece é que nós não temos uma representatividade garantida de participação,
2652 a participação é daqueles que conseguem se deslocar, normalmente as reuniões
2653 são em Brasília, aqueles que conseguem se deslocar e participar das reuniões,
2654 as reuniões não obedecem o calendário da Câmara Técnica, o próprio grupo cria
2655 o seu calendário, o cronograma de reuniões. E ele tem um mandato para ir até o
2656 momento que ele entender que o trabalho está maduro para trazer para essa
2657 Câmara. Então, esse é o formato, digamos assim, do Grupo de Trabalho. O outro
2658 formato que nós já lançamos mão algumas vezes, mas aí eu acredito que ele tem

115

58

116

2659 uma condição importante, que é o fato de entendermos que a matéria está
2660 madura, ela está suficientemente discutida, aí é questão e fazemos ajuste na
2661 Resolução, pequenas questões, nesses casos nós temos optado, inclusive nessa
2662 Câmara aqui, várias das Resoluções nós fizemos assim, nós temos optado por
2663 não criar o Grupo de Trabalho, justamente porque é mais rápido, menos custoso,
2664 mais efetiva essa discussão na Câmara Técnica, só que é aquilo que eu falei, isso
2665 pressupõe, como a Câmara Técnica não tem especialistas, a CLB bem colocou
2666 hoje de manhã, nós temos vários especialistas em coisa diferentes, mas não
2667 temos uma especialidade, no Grupo de Trabalho normalmente participam aquelas
2668 pessoas afetas ao assunto, então é um grupo de especialistas mesmo, ou deveria
2669 ser pelo menos. Na Câmara Técnica não. Por isso esse requisito que eu comento,
2670 quer dizer, quando a Resolução está madura, suficientemente madura e aí é uma
2671 questão só de ajustar terminologia, mandatos, redação, papéis dentro da
2672 Resolução, é um ajuste muito mais de gestão daquilo que ela está se propondo a
2673 fazer do que o fundamento da Resolução, eu entendo que podemos discutir na
2674 Câmara Técnica. Quando a discussão exigir maior conhecimento técnicos e
2675 específico, aí é uma postura muito minha, mas eu recomendaria a criação de um
2676 Grupo de Trabalho. Então, eu tinha comentado aqui a ideia de fazer o Grupo de
2677 Trabalho porque eu estava entendendo que do ponto de vista genérico havia já
2678 um consenso em relação a quem é contra e quem é favor, mas essa é uma
2679 decisão que podemos tomar, ou trabalhamos exclusivamente dentro da Câmara,
2680 ou criamos o Grupo. Outra condição do grupo, tem que ter uma coordenação e
2681 uma relatoria, a coordenação necessariamente de um membro conselheiro do
2682 Conama, relatoria não, pode ser qualquer outro participante, mas a coordenação
2683 do Grupo de Trabalho necessariamente, me corrijam se eu estiver errado,
2684 conselheiro formal do Conama.

2685

2686

2687 **A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Eu com tenho série de dúvidas quanto
2688 a essa questão do fósforo aqui, principalmente porque eu sou oriunda do
2689 saneamento, eu sei o que vai acontecer e o que não vai acontecer. O que eu
2690 achei que ficou faltando aqui, quando a Patrícia trouxe os dados e aí ficou um furo
2691 e nós perguntamos, não dava para zerar isso, quer dizer, nós ficamos com
2692 algumas dúvidas. Quando você fez essa proposta de discutirmos aqui nesse
2693 âmbito dessa Câmara Técnica, ou um Grupo de Trabalho que podemos fazer uma
2694 ou duas reuniões, talvez, e resolver essa questão, o que eu achei que ficou
2695 faltando é o seguinte, será que não existe uma proposta conciliatória? Porque a
2696 proposta que o Instituto Guaicuy fez e que está aqui é zero, é banimento do
2697 fósforo em todo e qualquer detergente. Está certo? Aí a outra proposta é: nós não
2698 vamos ter...

2699

2700

2701 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2702 **(Ibama)** – Só um encaminhamento para nós não nos perdemos, senão nós não
2703 vamos retomar a discussão que é do tema. A deliberação é: o que nós votamos
2704 não foi essa Resolução, nós votamos a revisão ou não da Resolução de Fósforo.

2705No entender do Ibama não precisava revisar aquela resolução porque ela tinha
2706atingido o seu objetivo. O que nós votamos e já deliberamos é de que cabe
2707discutir a revisão da Resolução, nós vamos discutir a revisão. Que discussão é
2708essa? Vai haver, nós já deliberamos que vai haver uma proposta de Resolução
2709para controlar fósforo em sabão em pó, como que vai controlar o Grupo que vai
2710definir, nós já definimos.

2711

2712

2713**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – O que você colocou para deliberar aqui
2714foi se isso seria realizado aqui dentro dessa Câmara Técnica.

2715

2716

2717**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2718**(Ibama)** – O que nós votamos foi cabe analisar a proposta de revisão da
2719Resolução? A conclusão foi cabe, vamos revisar a proposta de Resolução. A
2720questão é como. Nós podemos fazer essa revisão aqui na Câmara Técnica, será
2721aqui na Câmara Técnica, nós podemos fazer diretamente com os membros da
2722Câmara, ou com a criação de um Grupo de Trabalho, isso não precisa votar é uma
2723questão de deliberarmos aqui. Eu acho que ninguém vai... Eu estou colocando em
2724discussão aqui, o que vocês preferem, criar um Grupo de Trabalho ou discutir
2725dentro da Câmara. É isso. E tentei colocar aqui de maneira idônea quais são os
2726prós e contras de cada um.

2727

2728

2729**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – desculpe se retomei o assunto, não era
2730intenção minha voltar retomar o assunto, mas ao retomar o assunto o que eu quis
2731dizer é que eu entendo que o complicador não vai crescer de tantas discussões
2732complementares assim, eu acho que se pode chegar a alguma coisa.

2733

2734

2735**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2736**(Ibama)** – Doce engano seu. Se vai reabrir essa discussão, ela para fechar vai
2737demorar. Essa é na história. Eu francamente não era favorável a abrir, mas
2738também não acho cômodo nós tomarmos uma decisão aqui com voto de minerva.
2739É aquela história que aconteceu hoje de manhã, na dúvida eu prefiro que
2740fiquemos, discutamos até aumentar esse consenso, a não ser em algumas
2741situações extremas que já ocorreram aqui, e que eu tomei decisão com voto de
2742minerva e foi para a plenária com voto de minerva e deu problema lá na plenária,
2743mas têm situações que eu vou continuar tomando, e não vou fugir disso não. Têm
2744situações que eu acho que a briga vale à pena e eu vou fazer valer meu voto de
2745minerva, nesse caso aqui eu acho que se tem dúvida a ponto de ficar empatada,
2746uma situação, e o que estamos discutindo, na verdade, ninguém nega a
2747importância do tema, o que nós vamos discutir é a efetividade da medida, aí meus
2748amigos aninhos aqui de casa digo para vocês, é isso me preocupa, nós vamos
2749gastar tempo, dinheiro, numa medida que vai ter uma efetividade muito baixa, a
2750meu ver, isso aí é uma posição minha, é uma posição do Ibama, inclusive, não é

2751nem minha sozinho, é do Ibama. Bom, mas então é isso, criamos o Grupo de
2752Trabalho. Quem é favorável à criação do Grupo de Trabalho dos conselheiros
2753titulares levanta o braço. Quem é favorável, não vamos fazer uma votação formal,
2754só para medirmos conosco. Quem é favorável à discussão na Câmara Técnica
2755levante o braço. Quem acha que é indiferente, permaneça como está. Então,
2756primeiro quem é favorável à criação do Grupo de Trabalho.

2757

2758

2759**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Questão de ordem. O
2760trânsito disso na Câmara Técnica ele ficaria apertado dentro da pauta que é uma
2761pauta mais complexa. Como que você vê, com sua experiência aí como
2762presidente, isso já cairia para a próxima reunião? Abria a possibilidade de trazer
2763um ou outro especialista?

2764

2765

2766**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2767**(Ibama)** – Como temos feito as discussões aqui, o problema, como você está
2768colocando, o problema é que vai nos roubar pontos de pauta; provavelmente as
2769nossas reuniões terão que ser de dois dias para podermos dividir pauta, é isso
2770que vai ocasionar. Na hipótese de Grupo de Trabalho, sobrecarrega menos os
2771membros da Câmara, claro, alguns vão participar do Grupo de Trabalho, mas aí é
2772um calendário à parte do nosso calendário aqui. Essa é a consequência.

2773

2774

2775**O SR. DIOGO SOARES DE MELO FRANCO (Governo de Minas Gerais)** – Só
2776uma questão de entendimento, também como é a minha primeira vez, como que
2777funciona o Grupo de Trabalho? É por adesão por adesão?

2778

2779

2780**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
2781**(Ibama)** – É por adesão, com exceção do coordenador e do relator que nós
2782elegemos agora aqui. Coordenador, o substituto, e o relator. E aí estabelecemos
2783um prazo, mas é um prazo que também nós... É um prazo para também não
2784deixar o grupo muito solto, mas havendo justificativa se pode rever o prazo. O não
2785dá, o que não desejamos é que fique, nós já tivemos Resoluções aqui que ficaram
27868 anos, só para vocês terem uma ideia, um Grupo de Trabalho, já teve situações
2787assim, então é isso que queremos evitar, o grupo se reúne uma vez por ano, ou
2788não se reúne. Aí não dá. Tem um de 12 aqui, a Zilda está comentando. Mas isso
2789aí nós da Câmara, conto com os interessados no grupo. Vamos lá então, preferem
2790Grupo de Trabalho? Sim? Maioria? Então, vamos criar o Grupo de Trabalho.
2791Quem se habilita ou se apresenta para coordenar o Grupo de Trabalho?

2792

2793

2794**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Eu vou tomar a liberdade de
2795indicar a Célia, da ABES. Porque além da questão da ABES, dispensa explicações
2796maiores, ligada à questão de saneamento, é mineira, está junto como Polignano

2797lá. Fácil de... Que é o proponente da Resolução, enfim. Eu acho que está mais
2798que justificado.

2799

2800

2801**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2802**(Ibama)** – Agora nós precisamos de uma relatoria e de um coordenador.

2803

2804

2805**O SR. RENATO** – Eu acho que no sentido de equilibrar as discussões, a CNI
2806fizesse a coordenação e o Ministério da Saúde poderia ficar com a relatoria. De
2807forma que ficássemos com um debate mais direto.

2808

2809

2810**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu vou ter que indicar,
2811certamente não vou poder participar, vou ter que indicar alguém ligado ao setor da
2812Abipa, vou conversar com eles.

2813

2814

2815**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2816**(Ibama)** – Eu acho que tem que ser conselheiro.

2817

2818

2819**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não posso aceitar, lamento,
2820mas não posso.

2821

2822

2823**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2824**(Ibama)** – Vamos consultar os alfarrábios aqui. Eu vou ler. O GT, art. 50: os GTs
2825terão um coordenador, um vice coordenador e um relator, os quais serão
2826escolhidos pela respectiva Câmara Técnica, sendo necessariamente conselheiro
2827ou coordenador. O vice coordenador só assumirá a função na ausência do
2828coordenador. O coordenador e o vice deverão pertencer a seguimentos diferentes.
2829O coordenador do GT deverá zelar pelo bom andamento da reunião, podendo,
2830inclusive suspendê-la, devendo assinar o documento elaborado pelo relator, e
2831será o responsável pela apresentação aos membros da Câmara Técnica. É de
2832responsabilidade do coordenador do GT caminhar à Secretaria-Executiva do
2833Conama, no prazo de até 10 dias da realização de cada reunião uma divulgação a
2834documentação técnica e científica que suporta as propostas em discussão, bem
2835como seus respectivos resumos de reunião. Os GTs terão caráter temporário e
2836estabelecerão em sua primeira reunião o cronograma de seus trabalhos, devendo
2837serem instalados em até 90 dias de sua instituição. As reuniões dos GT serão
2838convocados por seu coordenador, em comum acordo com a Secretaria-Executiva,
2839com a antecipação mínima de 10 dias, Secretaria-Executiva do Ministério, mas
2840aqui representado pelo D-Conama, que faz a ponte. As reuniões dos Grupos de
2841trabalho poderão ser realizadas a critério da Secretaria-Executiva, em caráter
2842excepcional fora do DF, em território nacional mediante solicitação formal dos

2843seus respectivos coordenadores. Vai ser tudo em Minas, a base de queijinho aqui.
2844Os documentos para reunião. Desculpa, estava brincando. Os documentos para
2845reunião serão disponibilizados no sítio do Conama com antecipação mínima de 5
2846dias. Não serão concedidos pedidos de vistas às matérias que tramitam nos GTs.
2847O relatório final do GT deverá ser encaminhado à Câmara Técnica destacando os
2848eventuais dissensos entre os segmentos e entidades integrantes do mesmo, isso
2849no caso de haver dissensos, o que se busca sempre é o consenso. Então é isso, a
2850partir dessa definição que fica registrada aqui, a Célia convoca, abre, faz um
2851chamamento, o D-Conama vai fazer um chamamento então na página a quem
2852interessar participar do GT, essa relação depois é encaminhada à Célia que aí
2853começa a convocação etc.

2854

2855

2856**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Que seja estabelecido
2857prazo limite para receber o número de membros e não se vocês vão querer
2858aqui limitar. Ou indicativo de número de membros, alguma coisa assim, ou não.
2859Então, nós precisamos só do prazo, que vocês digam para nós qual é o prazo que
2860temos que estabelecer. O prazo para as pessoas se candidatarem para poder
2861montar o grupo, e aí chamar a primeira reunião do grupo, e aí na primeira reunião
2862se define cronograma e a forma de trabalhar.

2863

2864

2865**O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama/MMA)** – É encaminhado
2866ofício a todos os conselheiros, um solicitando a indicação, para a instituição, para
2867instalação do Grupo de Trabalho é necessário ter duas indicações no mínimo por
2868segmento, não havendo as duas indicações o grupo não pode ser instalado, que
2869foi o caso que aconteceu com os dos dois Grupos de Trabalho que discutimos
2870pela manhã. Então, não havendo essas indicações o grupo não pode ser
2871instalado, por entender que pode ter uma discrepância de representação da
2872sociedade. Então, ele não é instalado, agora, a participação nas reuniões no
2873Grupo de Trabalho, assim como na Câmara Técnica é livre, é aberta para poder
2874participar, não é necessário ser indicado para estar participando, apenas solicita
2875voz ao coordenador, quem tiver puxando a reunião, aos membros na reunião,
2876dando prioridade aos membros indicados que estiverem durante a reunião.
2877Apenas o único requisito necessário, são as duas indicações mesmo para
2878instalação.

2879

2880

2881**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Tudo certo. Eu acho que um prazo de
288230 dias de chamamento fica um prazo bom, e aí resolvemos e começamos a
2883iniciar em 30 dias.

2884

2885

2886**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Então fica, ABES coordena,
2887quem vai ser o vice coordenador? Eu não posso assumir. Nós podemos indicar,

2888ou o relator se vocês preferirem também. Aí eu vou indicar alguém diretamente ao
2889setor, que eu acho que é o mais apropriado.

2890

2891

2892**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2893**(Ibama)** – Tem preferência na colocação, na escalação aí do time, se vai ficar
2894como coordenador ou como vice coordenador?

2895

2896

2897**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que seria mais
2898produtivo estar indicando um relator. Talvez isso fosse mais produtivo.

2899

2900

2901**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2902**(Ibama)** – Então, a vice coordenação fica com o Antônio, da Saúde. Definimos
2903assim então, CNI na relatoria, ABES na coordenação, Saúde na vice.

2904

2905

2906**A SR^a. FERNANDA (Pesquisadora da UNB)** – Só uma questão da tentar

2907corroborar com os processos do Grupo de Trabalho, eu participei de grupos de

2908técnicos da União Sul-americana, em processos de assessoramento, e essas

2909reuniões ela aconteciam em fóruns virtuais, tinha a mesma limitação de recursos,

2910e aí a organização dos fóruns virtuais acabava sendo pela coordenação dos

2911grupos, que lá eram grupos de técnicos, e com uso de softwares que são até

2912bastante simples, que permitem que sejam mais de duas pessoas participando,

2913com a viabilização das pessoas falando, então, de repente valeria à pena, não sei

2914se ao D-Conama, ou a quem tiver interesse verificar essa possibilidade para

2915minorar os custos.

2916

2917

2918**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2919**(Ibama)** – Ok. É uma avaliação formal disso no Regimento, mas também não

2920vejo... Em algumas situações se lançar mão disso, para evitar também um número

2921excessivo de reuniões, talvez algumas etapas possam ser conduzidas dessa

2922forma.

2923

2924

2925**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Nós temos costume, a ABES tem

2926equipamento de videoconferência, mas o D-Conama teria que ter essa

2927disponibilidade do equipamento para que todo mundo pudesse conectar. Hoje tem

2928jeito da pessoa fazer pelo Notebook, mas quem centraliza o processo tem que ter

2929o equipamento.

2930

2931

2932**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

2933**(Ibama)** – Eu imagino que não dá para, hoje não daria por falta dessa logística de

2934infraestrutura de vários participantes, não daria para fazermos todas as reuniões
2935do GT assim, mas eventualmente alguma troca antes de outra, poderia se evitar
2936uma ou outra reunião presencial, agilizando quando for o possível dessa forma.
2937Está ok? Encerramos então esse ponto, vamos para o ponto seguinte da pauta
2938que nós já vamos avançando na tarde, são 15h00 e temos só uma hora e meia.
2939Vamos entrar então na proposta de Resolução de Compostagem, eu pediria para
2940a Dra. Zilda apresentar como proponente que o Ministério é. Então, a Zilda
2941apresentaria a proposta de Resolução que chega a essa Câmara também, para
2942fazermos o mesmo tipo de discussão, se criamos o Grupo de Trabalho, se não
2943criamos, como que fica, e essa é a proposta, Zilda, pediria que você apresentasse
2944rapidamente a proposta de Resolução.

2945

2946

2947**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu vou fazer uma apresentação,
2948eu tenho falado recorrentemente aqui, nós temos uma Política Nacional de
2949Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/2010, nós temos trazido a essa Câmara, ou
2950melhor, tem sido discutido nessa Câmara Técnica alguns aspectos relativos muito
2951mais à logística reversa, propriamente dita, mas agora trouxemos uma proposta
2952de Resolução que vai tratar sobre a qualidade do composto. O Departamento ao
2953qual eu estou à frente, Departamento de Ambiente Urbano, aqui do Ministério, da
2954Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, ele é o ponto focal
2955responsável pela implementação, pelo processo de coordenação a implementação
2956da Política de Resíduos Sólidos, mas eu tenho duas equipes que tratam disso,
2957uma é a Gerência de Resíduos perigosos, que sistematicamente me acompanha
2958aqui, que é a Sabrina hoje que está à frente da Gerência, que tratou o problema
2959de PCBs, as revisões das Resoluções que dizem respeito à logística reversa, a
2960óleo, ela coordena o Grupo de Monitoramento do óleo, e agora eu tenho uma
2961outra equipe que trata dos assuntos relacionados à implementação da Política.
2962Essa equipe acompanha, em nome da Secretaria alguns projetos que envolvem
2963outros Ministérios, nós temos um projeto junto com o Ministério das Cidades, e o
2964apoio da GIZ, a cooperação alemã, que trata do Probiogás, ele trata do
2965aproveitamento de gás pela decomposição natural da matéria orgânica. Dentro
2966desse grupo surgiu a possibilidade, nós fizemos uma leitura do passado, aqueles
2967que têm um pouquinho mais de experiência e idade lembram que o nosso País
2968durante a década de 80 foi alvo, principalmente de países industrializados e
2969recebeu uma série de unidades de tratamento de resíduos, que de nada serviram.
2970E isso acabou fazendo com que o composto orgânico fosse muito depreciado, de
2971uma maneira geral. O Ministério da Agricultura tem uma norma que regulamenta o
2972uso do composto, mas aquela história daquelas usinas em que você pegava
2973compostos, seria prego, parafuso, plástico, madeira. Depreciou muito. Então,
2974surgiu, por outro lado, eu vou pedir que o Lúcio, ele tem uma apresentação rápida,
2975o Lúcio atuou dentro da equipe. Lúcio ou Eduardo? O Lúcio apresenta. Pode
2976colocar aí, João. O Lúcio apresenta essa proposta, ele vai fazer uma
2977apresentação rápida, mas o que queremos com essa proposta de Resolução?
2978Fazer ver aos Governos Locais que a matéria orgânica não é um rejeito, ela é um
2979resíduo passível de ser reciclado, pode ser para formação de gás, e gás e

2980composto, o que seja, mas ele pode e deve ser reciclado, aplicar-se o art. 9º da
2981lei, e também criar realmente um padrão, um parâmetro de qualidade desse
2982composto. Então, é uma proposta que fazemos, eu adianto vocês que nós
2983gostaríamos de que fosse criado o Grupo de Trabalho, eu conversei isso com a
2984Ana, conversei com o Márcio, conversei com a minha chefia que é a Doutora
2985Cassandra Nunes, que é a secretária que assumiu no final do ano a Secretaria de
2986Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e a nossa ideia é uma proposta de texto
2987para ser melhorado. Essa proposta foi oriunda de um seminário que nós fizemos
2988em dezembro de 2014, onde participaram Ministério da Agricultura, Embrapa,
2989alguns OEMAs, representantes de universidades também, o Lúcio vai colocar isso
2990agora, e é uma proposta que nós vemos que se coaduna com os objetivos do
2991Conama, fazer padrões de qualidade ambiental, e também, principalmente com os
2992objetivos da Política de Resíduo Sólidos, eu pediria ao Lúcio Proença, que faz
2993parte dessa equipe, do qual o Eduardo ali é o gerente. O Eduardo vem pouco
2994aqui, é bom que ele se apresente quando vem. O Lúcio vai apresentar e depois
2995fica aí as discussões para vermos se aprovamos a criação do Grupo de Trabalho.

2996

2997

2998**O SR. LÚCIO PROENÇA (MMA)** – Boa tarde a todos. Ministério do Meio
2999Ambiente. O nosso tempo está curto; vou fazer uma apresentação, ela é bem
3000rápida, é só para contextualizar porque nós estamos apresentando essa
3001Resolução, qual foi o histórico para chegarmos nessa primeira proposição. O pano
3002de fundo principal dessa Resolução, é a Política Nacional de Resíduos Sólidos,
3003acho todo mundo aqui já conhece, foi sancionada em 2010, regulamentada nesse
3004mesmo ano, e ela trouxe algumas questões bem importantes que mudam alguns
3005paradigmas, que mesmo hoje 5 anos a sansão da Política ainda estão vigentes no
3006Brasil. Então, por exemplo, essa seta aí ela resume o art. 9º da Política, que é o
3007artigo que estabelece a hierarquia de gestão de resíduos no Brasil, que começa
3008com a prioridade máxima de não geração, depois redução, reutilização,
3009reciclagem, tratamento até chegar como último grau na escala de prioridade, na
3010disposição final adequada dos rejeitos, que significa disposição de rejeitos em
3011aterros sanitários. Então, embora a política tenha estabelecido isso, na verdade o
3012paradigma atual de gestão de resíduos no Brasil é quase o contrário dessa flecha,
3013a primeira questão que se pensa em gestão de resíduos é dispor resíduos nos
3014aterros. E a política também trouxe uma definição de reciclagem e uma definição
3015de rejeitos que nos fazem concluir que resíduos orgânicos, restos de comida,
3016restos de poda, restos de matéria que já foi viva, a princípio não é um rejeito, na
3017maior parte dos casos não é rejeito, não tem que ir para um aterro sanitário, ele
3018pode passar por processos de reciclagem, do qual a compostagem é um símbolo
3019porque é mais fácil, é um desses processos mais fáceis, mais acessíveis é a
3020compostagem. Então, essa Resolução vem para dar essa sinalização bem
3021concreta de que resíduo orgânico não é rejeito, e ele tem que ser reciclado.
3022Apesar de a compostagem ser um processo simples, que pode ser feito tanto
3023numa escala industrial, quanto numa escala doméstica, numa cozinha, a realidade
3024que temos de unidades de compostagem no Brasil é bem preocupante, nós temos
3025poucos dados realmente consolidados sobre isso, mas os últimos dados

3026censitários que nós temos, são os da pesquisa nacional de saneamento básico, de
30272000 para 2008 nós vimos um declínio da quantidade de resíduo que ia para a
3028unidade de compostagem. Então, por exemplo, 50% dos resíduos sólidos urbanos
3029são orgânicos, então, eles teoricamente poderiam estar indo para unidade de
3030compostagem, mas no ano 2000 já era uma parcela ínfima que estava indo, era
30314,5%. Em 2008 menos ainda, menos de 1% estava sendo destinado para unidade
3032de compostagem. E desde 2013 quando o Ministério do Meio Ambiente começou
3033a integrar o Comitê Gestor do Probiogás, o programa que a Zilda comentou, em
3034parceria com o Ministério das Cidades, nós começamos a estudar mais a fundo
3035essa questão dos resíduos orgânicos, para entender porque exatamente que a
3036compostagem não pegou no Brasil, porque esse potencial não está sendo
3037aproveitado. E aí conseguimos identificar, desenhar junto com alguns outros
3038eventos que vou citar mais para frente, um ciclo vicioso nessa questão da gestão
3039dos resíduos orgânicos, que ele começa, podemos estabelecer que ele começa na
3040década de, 70 e 80, onde o Brasil tinha uma baixa qualidade na gestão de
3041resíduos, que apesar de já ter melhorado, a nossa gestão de resíduos no Brasil
3042ainda tem uma qualidade bem inadequada frente à lei de resíduos. E nesse
3043contexto de baixa qualidade de gestão, as tecnologias que foram importadas para
3044fazer compostagem eram inadequadas, elas eram tecnologias de outra realidade
3045de gestão. E o casamento desses dois fatores resultou na produção de composto
3046de baixa qualidade, com um aspecto ruim, que criou barreiras culturais para o
3047consumo de compostos provenientes de resíduos urbanos. Até hoje quando se
3048fala em composto de lixo o imaginário popular ele pensa uma terra meio suja, com
3049plástico misturado, com vidro, com metal, até hoje essa barreira existe. A
3050regulação naquela época e até hoje, na verdade, ainda é uma regulação
3051desfavorável para uma boa gestão de resíduos, porque quem faz um composto
3052com má qualidade é tratado da mesma forma de quem faz um composto de alta
3053qualidade. Então, não tem nenhuma questão de mercado, assim, que favoreça
3054que se produza um composto melhor, que se favoreça uma gestão melhor dos
3055resíduos para ter um composto de melhor qualidade. Então, o resultado é
3056desinteresse do mercado por esse tipo de tratamento e a preferência geral dos
3057municípios e das empresas, indústrias que dispõem seus resíduos, preferência por
3058aterramento sanitário. Então, esse é o paradigma atual, do grande potencial de
3059reciclagem de resíduos nós não reciclamos quase nada de resíduos orgânicos.
3060Aqui nós trazemos alguns dados de quanto é essa geração no Brasil, então, os
3061dados do Plano Nacional de Resíduos, eles indicam que em torno de 700,
3062800.000.000 de toneladas por ano, desses 700.000.000 a maior grama parte é da
3063pecuária e da agroindústria, de resíduos orgânicos, mas essa parcela ela até não
3064é a mais importante, é uma parcela que pela própria atividade agrícola, muitos
3065desses resíduos já são naturalmente incorporados ao solo ou compostados, mas
3066essa parcela menor do resíduo sólidos urbanos, de 34.000.000 apesar de ela ser
3067pequena, ela é a mais preocupante do ponto de vista ambiental, porque ela que é
3068disposta de forma inadequada, ela que nas cidades causa atração de vetores de
3069doença, proliferação de rato, mosquito, mosca, barata, e mesmo quando ela é
3070disposta em aterros sanitários é essa parcela que gera a maior parte do chorume
3071e a emissão de metano. Então, mesmo nos aterros sanitários ela é uma parcela

3072que precisa ficar sendo tratada durante muito tempo depois da disposição. Então,
3073por exemplo, no paradigma atual esses 34.000.000 representam mais de 100.000
3074piscinas olímpicas, esse é o volume que temos que arranjar no Brasil a cada ano
3075para dispor em aterros sanitários. E ficar tratando o chorume que vai ser gerado
3076no mínimo nos próximos 40 anos. Ficou meio pequeno, não sei se dá para ler.
3077Aqui só mostramos um pouco a interface, essa questão da reciclagem dos
3078resíduos orgânicos ela não interessa só a questão sanitária, ela envolve diversos
3079outros setores, diversas outras agendas políticas, agendas públicas. Então, por
3080exemplo, o setor de agroecologia e de produção orgânica para produzir alimentos
3081de forma agroecológica são necessários insumos orgânicos, o Ministério da
3082Agricultura regula esse setor, não é qualquer tipo de insumo que pode ser usado,
3083o fertilizante proveniente da compostagem ele é um insumo orgânico. Então, ele
3084ajuda esse setor. Na Política de Saneamento Básico, coordenado pelo Ministério
3085das Cidades, a interface é bem óbvia, nós precisamos dar uma destinação
3086adequada para o resíduo. Na questão da segurança alimentar também, porque
3087hoje na sociedade brasileira existem muitos projetos de compostagem de gestão
3088comunitária de resíduos, e esses projetos estão sempre associados com produção
3089e alimentos, com agricultura urbana, então eles têm muito a ver com segurança
3090alimentar. Nós observamos essa correlação, toda vez que tem um projeto de
3091agricultura urbana ou de compostagem, quem planta precisa do insumo, então,
3092começa a compostar, então, quem composta quer plantar, quer usar esse
3093composto. Então, tem essa interface bem forte. Ao mesmo tempo mudanças
3094climáticas, os maiores, hoje no Inventário Nacional de Emissões para o setor de
3095resíduos a maior contribuição é o metano proveniente dos aterros sanitários, a
3096partir do momento que começamos a enviar pouca matéria orgânica para o aterro
3097sanitário, praticamente elimina a fonte de metano, e ao mesmo tempo um solo
3098enriquecido com composto orgânico, com matéria orgânica é um sequestrador de
3099carbono, é o que todas as pesquisas que estamos tendo acesso indicam, quando
3100devolvemos vida para o solo começa a aumentar a biomassa, isso absorve
3101carbono. Também a questão dos fertilizantes organominerais, hoje o Brasil, já
3102existem empresas que trabalham com isso, em compostar um resíduo de alta
3103qualidade e padronizar esse resíduo, ou fazer grânulos que podem ser usados na
3104agricultura mecanizada, em substituição ao fertilizante mineral, e uma boa parte
3105do fertilizante usado no Brasil é importado, nós somos dependente de insumos
3106externos. E por último, uma questão importante, e que nós enxergamos é que é
3107mais uma atividade que pode ser exercida por catadores. É mais um serviço, é
3108mais uma frente de serviços que pode ser prestada por catadores para municípios,
3109inclusive com dispensa de licitações, pela lei de licitações, isso é um serviço de
3110reciclagem. Então, ele também está abrangido por essa possibilidade. Sobre essa
3111Resolução específica citando o histórico, começou quando o Ministério do Meio
3112Ambiente começou a integrar o Comitê Gestor do Probiogás, com o Ministério das
3113Cidades e GIZ, isso foi em 2013, e a partir daí nós nos debruçamos bastante
3114sobre a questão dos orgânicos, visitamos outros países em que isso já está bem
3115avançado, principalmente na Europa em que já é proibido mandar resíduo
3116orgânico *in natura*, não pode mais ir para o aterro sanitário. Então lá o paradigma
3117já é da reciclagem, ou no mínimo da estabilização, de mandar o resíduo, se ele

3118 não está com uma boa qualidade, mandar ele estabilizado para o aterro sanitário.
3119 No final de 2014 o nosso setor promoveu um workshop aqui em Brasília sobre
3120 esse tema, e vieram representantes do setor produtivo, de quem já faz
3121 compostagem, de quem faz compostagem comunitária, dos movimentos de
3122 agricultura urbana, da academia, dos órgãos ambientais, a Cetesb esteve
3123 presente, e nesse workshop nós identificamos quais eram os pontos que
3124 precisávamos começar a atuar para quebrar aquele ciclo vicioso que nós
3125 mencionamos no início da apresentação. Então, a partir daí nós elaboramos,
3126 começamos a elaborar uma minuta dessa Resolução, e no ano passado, em
3127 2015, nós participamos dos principais eventos nacionais sobre os tema de
3128 compostagem, apresentamos as ideias, as propostas que estávamos discutindo, e
3129 continuamos algumas discussões bilaterais com o setor, principalmente com o
3130 Ministério da Agricultura, que desde o começo tem sido um parceiro na construção
3131 disso, desse quadro normativo, porque atualmente as únicas normas em nível
3132 nacional para compostagem são as instruções normativas de fertilizantes
3133 orgânicos do Ministério da Agricultura. Então, nós chegamos nesses pontos,
3134 esses são os pontos principais que estão expostos na Resolução. A Resolução
3135 acho que todo mundo teve oportunidade de ver previamente a essa reunião, ela é
3136 uma Resolução curta, sintética, bem objetiva, e tem esses 5 pontos principais.
3137 Então, o primeiro ponto é criar alguns critérios novos de qualidade do composto,
3138 deixar eles mais uniformizados em nível nacional, que considerem inclusive os
3139 critérios de entrada, que tipo de resíduo está entrando para ser compostado. Isso
3140 facilita muito, dá muito mais segurança na qualidade do produto final. Atualmente
3141 o controle é feito só na saída do processo, então, só se analisa produto final, e
3142 isso causa uma certa insegurança, na medida em que vamos aumentar, nós
3143 queremos que aumente a compostagem de resíduos urbanos, então, precisamos
3144 ter um controle mais seguro. Ela estabelece também uma diferenciação entre
3145 quem composta resíduos segregados na origem, ou seja, aquele resíduo orgânico
3146 que não foi misturado com outros tipos de resíduos, então, obviamente se o
3147 resíduo foi segregado na origem, o composto vai ter uma qualidade melhor, que é
3148 o composto. Então, se faz a diferença entre quem composta resíduo segregado na
3149 origem e o composto de coleta mista, que é o composto da coleta convencional de
3150 resíduos. Tem também algumas orientações para licenciamento, porque no Brasil
3151 poucos Estados licenciam esse tipo de unidade, e a maioria dos Estados
3152 praticamente não têm regra sobre esse tipo, e nós entendemos que todo mundo
3153 tem que ter, todo lugar gera resíduo, então, nós damos algumas orientações, para
3154 esse licenciamento, para dar segurança para esse licenciamento, para os órgãos
3155 licenciadores. E esses últimos dois pontos, as metas de reciclagem, são pontos
3156 que explicitam esse entendimento de que resíduo orgânicos não é rejeito. Então,
3157 criamos necessidade de que os planos do poder público, os planos de resíduos
3158 sólidos, eles têm que ter metas específicas de reciclagem de resíduos orgânicos.
3159 E para os grandes geradores, que são grandes instituições, indústria, Shopping
3160 Center, esses geradores pela lei eles já tem que fazer seus planos de resíduos.
3161 Então, nós estabelecemos que nesses planos eles têm que prever que a fração
3162 orgânica tem que ser destinada para unidades de reciclagem, por exemplo,
3163 unidades de compostagem, porque para um grande gerador é muito mais fácil

3164segregar essa fração, para o município é mais complicado, é todo um processo
3165cultural que tem que mudar, pode levar mais tempo, mas para um ande gerador é
3166uma mudança do processo bem mais simples. É claro que tudo isso está
3167harmonizado com o que já existe e com o que está sendo revisado com o
3168Ministério da Agricultura, eles estão num processo paralelo, estão caminhando
3169junto conosco revisando pelo menos duas instruções normativas que tratam sobre
3170isso, eles estão harmonizando junto com essas discussões que temos promovido.
3171Aqui eu trago só a estrutura para mostrar como que foi feita a Resolução, então
3172ela traz disposições preliminares, tem uma sessão específica sobre a qualidade do
3173composto, em que define classes de uso e limites de contaminantes, tem uma
3174sessão sobre licenciamento ambiental, disposições finais e os anexo que tem mais
3175a ver com a qualidade do composto. É isso que eu tinha para apresentar, e
3176ficamos à disposição para esclarecer as dúvida que surgirem no debate.

3177

3178

3179**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3180**(Ibama)** – Aberta a palavra.

3181

3182

3183**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós vemos com muito bons
3184olhos, Márcio, a regulação da compostagem no Brasil, embora eu já tenha uma
3185certa experiência com isso, já lido com isso há mais de 20 anos, e acompanhei
3186todo o processo de investimento em centrais de compostagem, eu sou de Viçosa,
3187o professor Tinoco, famoso, acompanhei de perto isso. Então, eu vejo que é uma
3188solução a mais que nós temos para gestão de resíduos sólidos no Brasil, em
3189particular eu acho que o interesse maior é a fração orgânica dos resíduos sólidos
3190urbanos, que eu acho que é o maior interesse, vou dizer claramente que eu não
3191acredito que isso resolva o nosso problema de resíduos sólidos orgânicos, nós
3192vamos precisar regulamentar no Brasil a recuperação energética de resíduos para
3193as grandes frações, que nós temos os grandes centros urbanos, eu acho que isso
3194vai ter que ser feito, não é competência do Conama fazê-lo, eu sei disso. Eu só
3195queria pontuar, márcio, que eu acho que é muito importante que o produto da
3196discussão, eu acho que estou entendendo que a proposta é criar um Grupo de
3197Trabalho, eu acho que é necessário é que essa Resolução seja uma Resolução
3198de fato aplicável, eu até anotei aqui na sua apresentação, em um dos slides a
3199questão da regulamentação desfavorável. Eu acho que Resolução tem que prezar
3200pela aplicabilidade dela, e nós não podemos desincentivar a compostagem, isto é,
3201nós não podemos cari erro que caímos na de esgoto. Claramente é isso, é criar
3202dificuldade demais. Acho eu que resíduos oriundos da agricultura devem ser
3203tratados de maneira diferente dos resíduos sólidos urbanos, minha opinião técnica
3204pessoal. Mas nós temos bons especialistas, tem aqui o Carlos Mendes que está
3205nos acompanhando aqui hoje, nós vamos indica-lo para participar do GT, se ele
3206for criado, e Bel, a Beatriz se mostrou interessada em participar, isto é, trazer
3207especialistas que lidam com isso no mercado, e tentarmos a essa regulação o
3208fator favorável para utilização na compostagem. É só essa questão que eu acho
3209importante, fico feliz de saber que o MAPA esteja participando disso, que eu acho

3210que é importante a participação dele. E já adianto o meu voto, sou favorável em
3211criar um Grupo de Trabalho para tratar do tema, ele é complexo, não é sim. E uma
3212pergunta que eu faria à Ana Lúcia, porque aqui tem um dispositivo de
3213licenciamento, a preocupação que eu acho é que está sendo revista a 237, lá tem
3214várias modalidades de licenciamento, e eu não sei se seria interessante ou não
3215essa Resolução passar pela Câmara ou trazer subsídios da Câmara de Controle
3216Ambiental, porque eu penso que temos que unir as duas coisas que estão sendo
3217discutidas, que é a racionalização do licenciamento e o enquadramento onde
3218couber das unidades de compostagem dentro das modalidades que possamos
3219estar prevendo para ele. Era essa questão que eu queria fazer, essa pergunta.

3220

3221

3222**A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELA (D-Conama/MMA)** – Pois é, nós já tínhamos
3223pensado nisso também, já até analisei essa proposta, eu acho que vai depender
3224da discussão no Grupo de Trabalho com relação ao capítulo de licenciamento. Se
3225for me perguntar hoje, hoje eu acho que não precisaria ter esse capítulo dentro
3226dessa norma, por quê? Porque a proposta que está sendo discutida na Câmara
3227Técnica de Controle ela traz as modalidades e traz os empreendimentos sujeitos
3228ao licenciamento, então é mais fácil levarmos para a discussão lá esse tema
3229compostagem, do que trazeremos o licenciamento para cá. Mas isso vai depender
3230do curso no GT.

3231

3232

3233**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Aí eles poderem nos ajudar
3234formatação desse texto, para ter harmonia entre as duas coisas.

3235

3236

3237**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3238**(Ibama)** – Mais alguém gostaria de se manifestar?

3239

3240

3241**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Nós também temos um interesse muito
3242grande na participação nesse GT, somos favoráveis à formação do GT, nós temos
3243gente... Esse eu vou deixar para o Ministério do Meio Ambiente coordenar, que a
3244Zilda tem mais competência para isso. Gostaria de indicar, a ABES tem
3245especialistas na área, não é o meu caso, têm especialistas na área que com
3246certeza vão considerar, gostar muito de participar das discussões. E aí resgatando
3247a questão das unidades de compostagem, nós esperamos porque em Minas nós
3248implantamos muitas unidades de compostagem, estão todas elas abandonadas no
3249Estado, dá muita tristeza em vermos tudo aquilo que aconteceu. Então, queremos
3250realmente trabalhar numa Resolução que possa trazer o sucesso dessas unidades
3251daqui para frente.

3252

3253

3254**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acompanhei de perto o
3255trabalho dele. O problema da compostagem é muito mais do que ambiental e

3256técnico, é político, de continuidade das prefeituras de estar investindo naquilo,
3257aquilo é um custo muito mais barato do que um aterro sanitário, se resolve o
3258grande problema ambiental dos resíduos sólidos urbanos, que é a parte da fração
3259orgânica que produz todo o problema da poluição, mas infelizmente a
3260descontinuidade, a questão do mercado não foi olhada com carinho. Nós temos
3261que olhar a questão em mercado, eu tenho batido e basicamente de que nós
3262temos que fomentar a reciclagem usando instrumentos econômicos, senão não
3263vamos sair do patamar que temos hoje no Brasil e a discussão não é aqui, essa
3264discussão é em outro fórum.

3265

3266

3267**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O Wanderley fez uma
3268provocação no bom sentido, quando discutimos a Resolução afinou grama
3269internamente, discutia no grupo, voltava e discutia internamente, uma das coisas
3270que tínhamos pensado, Wanderley, era de colocá-la como tratamento obrigatório
3271para fração orgânica do resíduo sólido urbano, a exemplo que foi feito em alguns
3272países da Europa em algum período, porque o entendimento nosso é exatamente
3273esse, que ainda sai muito mais barato do que outras formas sofisticadas de tratar
3274o resíduo. Então, compostar, mesmo que seja para não vender o composto, que
3275não haja mercado, vamos dizer assim, ela em si só já é um tratamento do resíduo,
3276ela já reduz periculosidade, já reduz volume, mas nós não chegamos a colocar
3277isso no texto da Resolução, mas eu acho que é um bom início para esse
3278processo.

3279

3280

3281**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3282**(Ibama)** – Quase que faço um comentário tenebroso, mas não vou fazer. Eu tinha
3283um amigo sanitaria que ele dizia que ele não estava mais que cético em relação
3284às coisas, ele estava asséptico. Então, eu só acho assim, nós temos que ter muito
3285claro que é exatamente isso que isso que se pontuou aqui, as coisas são muito
3286mais complexas, e têm relações, muito mais amplas, não vai ser uma Resolução
3287que vai resolver problema da compostagem, isso nós temos que ter claro. A
3288Resolução pode atrapalhar mais do que ajudar, então, temos que cuidar para
3289fazer Resoluções que não atrapalhem, e aí volto à questão do lodo de esgoto,
3290lodo de esgoto estava em um franco desenvolvimento tecnológico, e de mercado,
3291de opções de destinação de lodo das estações até a Resolução do Conama, a
3292Resolução do Conama foi um banho de água fria que parou, congelou essa
3293história e está congelado até hoje, eu estou perguntando aqui, pensando aqui
3294porque estamos pedindo revisão da Resolução de Fósforo e não fazemos da de
3295lodo de esgoto, tem muito mais fósforo lá e aqui na compostagem do que no
3296sabão em pó, mas estamos lá, nós com uma Resolução que brecou uma linha de
3297saída do setor de resíduos sólidos, porque é resíduo sólido, e ninguém desde
3298então, isso foi em 2006, 7, eu acho, essa Resolução, já se passaram 10 anos e
3299ninguém falou em rever essa Resolução. Essa é a Resolução que precisa ser
3300revista. Tem que aparecer alguém, como eu não estou mais no setor de
3301saneamento não posso propor, mas que, por favor, venha alguém a propor isso.

3302Aliás, vou fazer várias provocações para a Célia aqui porque eu também sou sócio
3303da ABES, uma é essa, eu acho que essa tem que vir e tem que vir aquela do
3304padrão de qualidade da água para reuso da água, que a ABES anunciou que ia
3305mandar, que não apareceu até agora, não tem padrão de qualidade de água de
3306reuso no País, isso é uma matéria dessa Câmara, agora a provocação para o
3307setor de saneamento, eu não posso, estou no Ibama agora, não posso fazer nada.
3308Está bom? É só provocação no bom sentido, como diz a Zilda.

3309

3310

3311**A SRª. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Me sinto provocada, o tema para vocês
3312que participam da ABES, você participa, você sabe que foi tema nos dois últimos
3313congressos, nós fizemos mesas redondas para discutir como trazer isso para cá,
3314você sabe disso, que estamos nesse processo e que tem sido difícil essa
3315construção dessa proposta para trazer para cá.

3316

3317

3318**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3319**(Ibama)** – Aliás, é isso que eu queria chamar a atenção, nessa questão
3320regulatória, que nós estamos falando aqui de Resolução, eu falei do risco da lei,
3321do regulamento de inviabilizar a coisa, eu acho que uma das resistências que o
3322setor tem é exatamente esse, é o medo de que venha para cá e saia uma coisa
3323mais engessada que acabe inviabilizando o reuso, como aconteceu.

3324

3325

3326**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A nossa experiência com lodo
3327de esgoto foi muito ruim, eu lembro disso, foi apresentada uma proposta
3328alternativa, integral, de uma Resolução bastante complexa em Plenário, e foi
3329ponto a ponto. Aquilo ali foi realmente muito ruim e nós temos experiência recente
3330de micronutrientes, não é Márcio? Então, nós sabemos que a capacidade de
3331tornar uma Resolução inaplicável é muito grande, é muito difícil você construir um
3332texto normativo, que seja objetivo, que seja claro e aplicável. O desafio nosso vai
3333ser esse.

3334

3335

3336**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3337**(Ibama)** – Concordando com a primeira colocação que o Wanderley tinha feito lá
3338atrás, que é a questão da variável econômica, se nós não colocarmos a variável
3339econômica, ficar só nesse mandato, nessa questão mandatória de comando e
3340controle, não tem como, nós vamos morrer na praia sempre, porque a discussão
3341vai ser sempre essa, melhor padrão tecnológico e não é o quê. E outra nós
3342esquecemos que nenhum País nasceu com essas questões prontas. Eu brinco
3343sempre, eu trabalhei muito tempo da minha vida com tratamento de efluentes, a
3344briga que tínhamos era essa, desde a Conama 020 o Brasil foi lá copiar padrão de
3345lançamento de países europeus, dá no que dá, quer dizer, fica mais interessante
3346não fazer sistema de esgoto do que fazer, compostagem é a mesma coisa, usina
3347de reciclagem é a mesma coisa, porque o padrão fica tão exigente que ninguém

3348consegue. E outra coisa que é importante nós termos principalmente na área de
3349saneamento, ter em mentem, o poder público tem uma dificuldade enorme de lidar
3350com custo operacional infinito, custo operacional infinito inviabiliza tudo, rede de
3351monitoramento tem custo operacional infinito, não rola, estação de tratamento de
3352esgoto, tratamento de água, bombeamento, usina de reciclagem, compostagem,
3353custo operacional infinito, você tem que colocar gente lá para operar. O que o
3354poder público tem facilidade é de inaugurar a obra, isso é fácil, isso há uma
3355vocaç o natural para fazer, inaugurar a obra, então, inaugura a estac o, depois
3356ela fica abandonada, seja ela de tratamento de resíduos, seja ela de tratamento de
3357efluentes, seja ela de monitoramento do ar, seja ela de monitoramento da água,
3358porque nós não temos uma linha de financiamento, e aí não   crítica vazia, nós
3359temos que entender o seguinte, não existe linha de financiamento para esses
3360custos infinitos, nem as tarifas viabilizam isso. Então, esses   o problema, as
3361nossas tarifas não viabilizam, de saneamento, não viabilizam esse custo infinito de
3362uma estac o de bombeamento, de uma estac o de compostagem, de reciclagem,
3363nem mesmo do aterro sanitário que o custo   baixíssimo, o mais baixo desses que
3364n s citamos   o aterro, por isso que tem aterro, porque aterro o cara pega a
3365m quina da prefeitura, coloca um cara l  para operar, o cara vai operando, e aí
3366s o os aterros "controlados", bota aspas nisso. Então, essa   a questão que nós
3367temos que ter claro, eu comungo com vocês desse discurso porque acho que
3368todos nós fizemos uma parte desse mesmo discurso aqui, porque eu acho que
3369temos que ter essa responsabilidade aqui, nós estamos fazendo regulamentos
3370aqui dentro e nós temos que ter a clareza de que os regulamentos amante eles
3371t m que ajudar a evoluir, eles não podem ser tão, ter a pretensão de ser já o
3372 ltimo estágio de desenvolvimento, porque senão nós não vamos para o caminho
3373da paralisa o, o caminho   a imobilidade, que   o que rege esses setores nos
3374Pa s, acaba ficando Mandrake, porque ou você, eu já falei isso aqui uma vez
3375quando nós estávamos discutindo a revisão da 20, l , a 430, falei: você coloca o
3376padr o l  em cima, o prefeito, se eu fosse o prefeito eu ia fazer a mesma coisa, o
3377prefeito que não tem sistema de esgoto na sua cidade, ele não tem ninguém
3378reclamando na prefeitura, ele não tem custo nenhum para operar sistema nenhum,
3379n o tem Ministério Público, não tem ninguém incomodando ele, não tem licença
3380ambiental, não tem nada, o esgoto está lá sendo lançado junto com esgoto pluvial,
3381e chegando no rio, e as pessoas não estão desgostosas porque as pessoas
3382querem afastar de sua casa, então se afastou ele não v  mais, não cheira mais,
3383acabou o problema, não existe problema. Agora, se você vai lá e vai construir uma
3384estac o que seja com tratamento primário, você tem toda essa encrenca atrás de
3385voc , você vai ter que ter gente para operar, vai ter que cobrar tarifa, vai ter que
3386ter órgão ambiental te cobrando resultados, vai ter TCU, vai ter AGU, vai ter
3387Minist rio Público, vai ter mau cheiro, vai ter o vizinho da estac o que vai ser
3388sempre o cara prejudicado com esse negócio, e ainda por cima vai ter épocas do
3389ano que você não vai atingir o padrão, porque por melhor que seja sua estac o, se
3390der qualquer problema, faltou energia, que não   um problema direto do setor de
3391saneamento, o padrão cai l  para baixo, e daí a eficiência e vai se embora o
3392atendimento do padrão e vem a multa. Então, desculpa, esse   o quadro séptico,
3393eu não sei antes, vocês não podem criticar.   só uma provoca o, a provoca o

3394 não é no sentido de, obviamente eu não tenho, se tivesse não estava aqui, a
3395 chave de saída desses impasse que temos no País, mas o que precisamos ter
3396 claro, e isso sim eu conclamo aos membros da Câmara, é que nós construíamos
3397 Resoluções que ajudem a superar os problemas e não que criem esse *Bay Pess*,
3398 esse caminho mais simples que é o não fazer nada é melhor do que fazer. Nós
3399 temos que estar sempre atentos para criar alguma coisa que mobilize, que motive,
3400 que tenha, provoque uma melhoria no setor.

3401

3402

3403 **O SR. LÚCIO PROENÇA (MMA)** – Só para corroborar com o que o Márcio falou,
3404 toda essa Resolução, todas as discussões que foram feitas, o que estamos
3405 propondo é que já é feito no Brasil, já tem gente fazendo no Brasil, só que não é o
3406 padrão, eles estão fazendo e quem está fazendo errado está dando no mesmo.
3407 Então, estamos estabelecendo algumas poucas regras, que não são difíceis de
3408 serem atendidas, já tem gente atendendo e queremos que isso se torne um
3409 padrão, que quem queira fazer isso tenha segurança, saiba como que se faz, qual
3410 é o jeito indicado.

3411

3412

3413 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3414 **(Ibama)** – Ok vamos então, criar o Grupo de Trabalho? Só vou lembrar que o
3415 nosso teto é 16h30.

3416

3417

3418 **O SR. CARLOS MENDES (AINPAS)** – Só uma consideração com relação aos
3419 dados e a avaliação que o Lúcio fez, quando ele coloca que decresceu a
3420 compostagem no Brasil, na verdade, ela cresceu, ela decresceu nesse setor de
3421 resíduos sólidos domésticos, domiciliares, isso pode ter decrescido. Então, se
3422 apresentarmos os nossos dados, que aí nós trabalhamos com resíduos que são
3423 de origem agrícola e industriais, o setor está crescendo bem. Então, essa história
3424 de que como não avança, o setor de compostagem não avança nessa reciclagem
3425 de resíduos Classe C e D, que seriam os resíduos de origem domiciliar e de
3426 sanitários. Então, o pessoal fica com essa falácia, isso é uma falácia, na verdade,
3427 aquela avaliação que você colocou, por que não vai, porque é muita
3428 regulamentação, na verdade é simples a coisa, é mais barato encaminhar o
3429 resíduo para aterro, é muito mais caro você fazer compostagem. É muito mais
3430 caro. E outra coisa também que eu discordo é dizer que compostagem é simples,
3431 ela não é tão simples não, o processo em si é simples, mas você tem que fazer
3432 investimento quando você quer trabalhar em grandes volumes, e aí começa a
3433 tornar-se complexo se você não quiser causar impactos ambientais na vizinhança,
3434 e começa a ficar complicado e aí o custo aumenta. Na verdade assim, nós temos
3435 que enxergar até para construirmos e elaborarmos uma norma bem feita, que não
3436 cause mais barreiras para o setor avançar, nós temos que ter uma avaliação
3437 precisa disso. E diferenciar esses resíduos, compostagem é um processo só, mas
3438 dependendo da origem do produto do resíduo que você trabalha e o volume, isso
3439 aí pode tornar o processo custoso e complexo. Então, isso aí eu acho que tem que

3440ser fundamento para começarmos a elaborar normas, senão vamos produzir
3441alguns erros na própria minuta que formos depois submeter, e vamos cair no
3442mesmo erro da Resolução Conama para esgoto. Então a nossa entidade que
3443agrega empresas que já trabalham, a minha empresa trabalha há 22 anos com
3444compostagem, se somar o tempo que eu era da Cotia, da Cooperativa de Cotia,
3445nós temos um tempinho na área. Então, nós temos acompanhado isso e tem
3446crescido, nós até lançamos um plano na época, o Plano Biomassa até para fazer
3447um diagnóstico junto com o pessoal da Embrapa, com universidades, o pessoal de
3448Viçosa estava também. E nós primeiro focamos os resíduos Classe A e B, de
3449agrícolas e industriais, porque sabemos que esses outros resíduos que se tornam
3450problema público, só vai ser resolvido quando esse probleminha simples que é só
3451econômico, quando esse problema for resolvido, quando o aterro começar a ficar
3452mais caro que compostagem, aí eu acho que vamos caminho parar uma resolução
3453desse problema. Enquanto for mais barato mandar o resíduo para aterro,
3454obviamente a solução vai ser o aterro. Não tenho dúvida disso.

3455

3456

3457**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3458**(Ibama)** – Gente, eu sei que esse tema é provocante. Faltou sua identificação só
3459faça no microfone.

3460

3461

3462**O SR. CARLOS MENDES (AINPAS)** – Sou Carlos, diretor da Associação da
3463INPAS, Associação da Indústria de Insumos para Agricultura Sustentável, estou
3464também na Diretoria Regional de Meio Ambiente e sou agrônomo também,
3465formado na Viçosa, conheço Tinoco também.

3466

3467

3468**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3469**(Ibama)** – O assunto obviamente é apaixonante, por isso todos nós nos
3470manifestamos, mas já são quase 16h00 e nós temos que discutir o GT, vamos
3471então, à formação do GT, eu acho que naturalmente a coordenação poderia ser
3472do proponente, no caso a Zilda é conselheira do Conama, facilita vida. Pode ser
3473Zilda? Precisamos escolher agora uma relatoria e uma vice coordenação,
3474necessariamente de outros setores, de outros segmentos que não.

3475

3476

3477**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – A minha disposição seria porque não
3478seria eu, seria uma pessoa indicada pela ABES, não precisaria ser eu.

3479

3480

3481**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3482**(Ibama)** – Para relatoria?

3483

3484

3485**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Para relatoria.

3486

3487

3488**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

3489**(Ibama)** – Para relatoria a ABES, então, alguém mais gostaria? CNI, pegar a vice

3490coordenação? Manara?

3491

3492

3493**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Pode colocar a CNI e nós

3494indicamos.

3495

3496

3497**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

3498**(Ibama)** – Primeiro Grupo de Trabalho que eu vejo que está sobrando gente para

3499trabalhar. Tranquilo? Fica a CNI então? É bom que ficamos com dois Grupos de

3500Trabalho bem distribuídos aí.

3501

3502

3503**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Lembrando que seria muito importante

3504a participação do Ministério das Cidades.

3505

3506

3507**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

3508**(Ibama)** – A Zilda queria apresentar uma proposta de termo de referência, por

3509favor, Zilda.

3510

3511

3512**O SR. RENATO** – Só a Fernanda lembrou bem aqui, a Ana Lúcia salientou

3513também a questão da Resolução de Licenciamento, a próxima reunião do grupo

3514vai discutir exatamente a matriz, talvez fosse interessante o MMA já trabalhar essa

3515possibilidade de capacidades, de forma que isso pudesse ser absorvido lá e

3516eliminarmos essa parte da discussão no âmbito dessa Resolução, já poderia suprir

3517essa necessidade lá.

3518

3519

3520**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

3521**(Ibama)** – Acho que a tendência era essa, na medida em que avance lá.

3522

3523

3524**O SR. RENATO** – Exatamente isso. O próximo ponto é exatamente essa matriz

3525onde você vai classificar os tipos de empreendimento e aí talvez fosse

3526interessante eles falarem.

3527

3528

3529**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**

3530**(Ibama)** – Levar a compostagem para ser classificada nos grupos de exigências

3531de licenciamento na nova Resolução. Ok? Só explica o que é que vocês vão
3532apresentar.

3533

3534

3535**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É uma exigência nova, mas eu
3536acho extremamente oportuna, não é tão nova assim, nós que às vezes
3537esquecemos, é um termo de referência para o Grupo de Trabalho. É rapidinho,
3538nós passamos os olhos nele, aí mostra os antecedentes do assunto, que eu e
3539Lúcio já falamos sobre isso, a consonância com as normas, o objetivo do grupo.
3540Então, e a composição subsidiar as discussões aqui, nós precisaríamos
3541preencher, agora nós preenchemos ali depois, coordenador, o relator e o vice. E a
3542proposta que colocamos é, colocar uma data ali provável, que as indicações dos
3543membros poderão ser efetuadas até o dia 26 de fevereiro, nós estamos propondo
35442 meses e 3 reuniões, pelo menos, e se nós não conseguirmos, nós voltamos aqui
3545e pedimos prorrogação, como já fizemos de outras vezes. E aí na primeira reunião
3546do Grupo de Trabalho nós já aprovamos o cronograma das reuniões. Então, eu
3547peço que todos aqueles conselheiros, isso vai ser veiculado pelo Conama, mas
3548aqueles que têm interesse de que centrem no Conama a indicação e pessoas,
3549existem alguns que precisam de um convite, ou alguma coisa assim nós
3550mandamos, mas já garantimos a presença. O Ministério das Cidades é nosso
3551parceiro nessa proposta, Ministério da Agricultura também, a Embrapa participou
3552muito disso. Reforço o convite para Saúde, e principalmente eu recebi alguns e-
3553mails de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente falando que viam com bons olhos a
3554proposta porque eles também estão enfrentando o licenciamento de unidades de
3555fazer compostos em alguns Estados. Então, eu reforço, a Anamma e a Abema, os
3556representantes dos órgãos estaduais e municipais que divulguem junto aos seus
3557pares que eu acho muito importante a presença de Governos Estaduais e
3558Municipais, os municipais é o *locus* da geração, e os estaduais muitas vezes têm
3559que licenciar, controlar, fazer algum tipo de controle e fiscalização nessa atividade.
3560Eu digo sempre, Márcio, que essa proposta é muito mais educativa, vai servir para
3561divulgar a importância do tema, lógico que eu acho que vai estar em mente
3562para nós essas observações, e nós já tínhamos trabalhado nisso, de não criar
3563mais um problema ao invés de criar uma solução, que a nossa proposta é de
3564tentar encaminhar solução. E infelizmente a Resolução não serve para criar
3565incentivos econômicos e financeiros, ela serve para em alguns aspectos para
3566desmistificar, eu fico feliz é porque a CNI entende que é um assunto que esse tipo
3567de composto deva ser reciclado na forma de composto, a matéria orgânica e que
3568isso é importante, a forma como vamos chegar a isso, nós vamos tentar
3569compatibilizar dentro do Grupo de Trabalho opiniões divergentes para trazer daqui
3570há 2 meses uma proposta aqui prazo a Câmara Técnica.

3571

3572

3573**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3574**(Ibama)** – Perfeito. Eu só lembro que nós estamos com algumas propostas
3575inovadoras aqui, como o termo de referência, essa história de convidar pessoas
3576que entendamos que pela sua atuação na área sejam importantes participar. Eu

3577acho que podíamos usar desse artifício nos outros grupos de trabalho também,
3578para buscarmos pessoas que não necessariamente estão aqui vinculadas, ou
3579interessadas diretamente no assunto, mas pela sua trajetória profissional tem
3580ligação com o tema, tem relevância no tema, que tentemos puxar para o Grupo de
3581Trabalho para qualificar as discussões também. Eu acho que com isso nós
3582melhoramos a participação, ampliamos a participação, o grande problema a esse
3583chamamento que a Zilda fez, é um dos grandes problema que nós temos no
3584Conama, o setor público de uma maneira geral está com muita dificuldade
3585financeira, e aí os Estados e Municípios que são o *locus* da aplicação de boa parte
3586das Resoluções do Conama, tem dificuldade de participar, invariavelmente nos
3587Grupos de Trabalho tem um ou dois órgãos estaduais, ou um ou dois órgãos
3588municipais, esse é um problema que um dia vamos ter que encontrar uma forma
3589de resolver, porque são órgãos que vão aplicar aquele regulamento e não
3590participam da sua elaboração. Então, isso cria uma dificuldade adicional. Depois
3591que o regulamento, eu vivi isso agora nessas duas Resoluções que nós fizemos,
3592que o Ibama é o regulador, é aquela de remediadores e de uso em ambientes
3593hídricos, o que eu tenho recebido de demanda dos órgão ambientais dizendo, mas
3594como que eu faço, faltou isso, faltou aquilo. Não puderam participar, não puderam
3595acompanhar as discussões aqui e nós todos perdemos com isso, porque eram
3596contribuições que sem dúvida teriam nos ajudado a aperfeiçoar o regulamento.
3597Nós vamos ter que pensar, inclusive eu acho que essa é uma tarefa para o
3598Conama do futuro, talvez, nós pensarmos um fórum, uma forma de aproximar
3599mais os órgãos porque assim, o setor regulado normalmente se mobiliza e vem
3600porque ele tem um reflexo direto nisso, os reguladores e a sociedade civil, aquela
3601que está organizada que também consegue vir, agora os órgãos reguladores eles
3602têm faltado bastante nessa discussão. É isso gente, eu acho que com isso
3603concluimos a pauta, temos calendário, João, da próxima reunião? Não temos?
3604Vamos depender muito do trabalho agora dos GTs, e da eventualidade de surgir
3605uma nova demanda de revisão, ou de nova Resolução via Cipam para que
3606tenhamos pauta para reunir novamente, claro, nós temos já um ponto de pauta
3607que é essa questão do Proconve, mas ela não tem uma urgência maior, embora
3608nós devamos pautar na próxima reunião, ela em sim não vai definir a data da
3609reunião.

3610

3611

3612**A SR^a. CÉLIA REGINA RENNÓ (ABES)** – Essas reuniões do GT nós estávamos
3613até conversando sobre isso, essas reuniões do GT seria muito bom se tivermos
3614uma reunião. For ter uma reunião da Câmara e nós nos reunirmos numa reunião
3615do GT, fazer todas essas reuniões mais próximas em datas próxima, poderíamos
3616otimizar, talvez, os trabalhos e o esforço.

3617

3618

3619**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Célia, às vezes isso não dá
3620certo, porque aí as pessoas, nós tentamos fazer isso com PCB, e as pessoas
3621ficam em uma ou na outra, não conseguem ficar 3 dias em Brasília, 3 dias, 3 dias
3622fica pesado demais para ficar aqui.

3623

3624

3625 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (D-Conama/MMA)** – A dificuldade é
3626 você dispor 3, 4 dias da semana para uma reunião em Brasília, quem é de fora,
3627 quem é da cidade é mais fácil, agora você se deslocar da sua cidade, tem suas
3628 atividades lá, para passar 3, 4 dias em duas discussões aqui, realmente oneroso
3629 para quem vem de fora. Então, essa foi uma dificuldade que nós encontrávamos,
3630 porque a pessoa vinha para uma, mas na outra saía, não conseguia ficar. Essa é
3631 uma dificuldade que encontramos. O máximo que já identificamos foi 2 dias, que
3632 na verdade vira um dia e meio ali suando. É complicado.

3633

3634

3635 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Presidente da CTQAGR**
3636 **(Ibama)** – Ok? Podemos então dar por encerrada a reunião. Agradeço mais uma
3637 vez a participação de todos, agradeço aos novo membros da Câmara, as
3638 contribuições, e até a próxima reunião. Muito obrigado. Até logo.